

Elena Lucía Rivero.

Um espaço, várias praças.
Conflitos e disputas em torno da Praça da Estação.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2015

Elena Lucía Rivero

Um espaço, várias praças.
Conflitos e disputas em torno da Praça da Estação.

Dissertação apresentada ao curso do Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientadora: Beatriz Alencar d'Araújo Couto.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura
2015

A Renato.

AGRADECIMENTOS

A la Universidad pública Argentina donde inicié este recorrido;

A la Universidad pública de Brasil por la posibilidad de continuarlo, en especial a la Universidade Federal de Minas Gerais y al programa de Pós-Graduação MACPS.

Al Núcleo de Pesquisa NucleUrb por el espacio de reflexión y aprendizaje constante;

A mi orientadora Beatriz por su confianza;

A los entrevistados por su tiempo;

Y a todos los que, desde otros lugares, me acompañaron en este camino: familia y amigos, de acá y de allá.

RESUMO

A seguinte dissertação analisa a Praça da Estação em Belo Horizonte na perspectiva da produção do espaço no período de 1980 até a atualidade. Nosso recorte temporal parte da identificação de acontecimentos e fenômenos que resultam significativos para entender as mudanças nas formas de conceber o espaço; nesse sentido, a escolha da década de 1980 tornou-se o ponto de partida devido à importância que ganha a questão do patrimônio na configuração do espaço. A década de 1990 revela a existência de diversas praças em tensão. A praça em seu cotidiano vai ser contrastada, de um lado, com a praça do passado, que já não existe, e, de outro, com a praça do futuro enquanto uma nova espacialidade que será alcançada através dos projetos de revitalização. Esses projetos começam a ser executados a partir do ano 2000 e, no ano de 2010, há uma regulamentação dos usos da praça. Entendemos que essas formas de se conceber o espaço não estiveram isentas de conflitos e tensões; neste sentido, recuperamos as disputas que foram estabelecidas em torno das diversas intervenções. Sendo o nosso foco o espaço enquanto produto das relações sociais, as fontes analisadas devem refletir essa diversidade. Desta forma, analisamos documentos produzidos pelo poder público, pela imprensa e pela sociedade civil. Por último, através dos trabalhos de campo, refletimos sobre as diversas formas de ocupação e apropriação da praça enquanto espaço público em seu cotidiano, em dias de eventos e como espaço de manifestação.

Palavras-chave: Patrimônio, Revitalização, Apropriações do espaço público.

ABSTRACT

This work analyzes a square (Praça da Estação) in Belo Horizonte in the view of the production of space from 1980 to the present. The 1980s became the starting point because heritage issue has acquired centrality in the ways of conceiving space in this decade. The 1990s revealed the existence of several squares in tension at the same place. The square in its daily live will be contrasted, on the one hand, with the square of the past, that doesn't exists anymore, and, on the other, with the square of the future as a new spatiality that will be achieved through the revitalization projects. These projects were implemented from the year 2000 and in 2010 there was a regulation of the uses of the square. We understand that these ways of conceiving the space have not excluded conflict and tension; in this sense, we recover the disputes that have been established around the interventions. We consider space as a product of social relations, so the sources of the research should reflect this diversity. Thus, we analyze documents produced by the government, the press and civil society. Finally, through field research, we think about the different ways of occupation and appropriation of the square as a public space in its daily live, in event days and as a space of manifestation.

Keywords: Heritage, Revitalization, Appropriation of public space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta Geral da Cidade de Minas.....	26
Figura 2 - Plano Geral da Estação Central e Dependências	29
Figura 3 - Provisória Estação de Minas (1885)	30
Figura 4 - Vista da Praça da Estação (1898)	31
Figura 5 - Quartel do Segundo Batalhão de Policia [entre 1905 e 1920].....	32
Figura 6 - Antigo prédio da Estação e a Praça (1910).....	33
Figura 7 - Vista parcial da Praça Rui Barbosa [entre 1930 e 1949]	34
Figura 8 - Cartão postal da Praça Rui Barbosa.....	35
Figura 9 - Inauguração do Monumento à Civilização Mineira (1930).....	36
Figura 10 - Praça da Estação [entre 1930 e 1935].....	37
Figura 11 - Vista parcial da Praça e o entorno [entre junho 1930 e 1939].....	37
Figura 12 - Obras para a duplicação da Avenida dos Andradas (1963).....	39
Figura 13 - Vista aérea da Praça da Estação e entorno após duplicação	40
Figura 14 - Cartaz do Encontro (198).....	42
Figura 15 - Centro Cultural da UFMG (1989)	49
Figura 16 - Eixos e Pedacos do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Praça da Estação	56
Figura 17 - Fórum Permanente 4 Estações (2001)	63
Figura 18 - Praça da Estação e equipamentos no entorno	64
Figura 19 - Projeto global.....	69
Figura 20 - Etapas do projeto	69
Figura 21 - Perímetro de intervenção	71
Figura 22 - Maquete da Associação Mineira de Ferreomodelismo.....	73
Figura 23 - Implantação do MAO [1].....	74
Figura 24 - Implantação do MAO [2].....	75
Figura 25 - Implantação do MAO [3].....	75
Figura 26 - Implantação do MAO [4].....	76
Figura 27 - Reforma da Praça Rui Barbosa [1]	76
Figura 28 - Reforma da Praça Rui Barbosa [2]	77
Figura 29 - Praça da Estação antes do Bulevar Arrudas (1990).....	79
Figura 30 - Praça da Estação após Bulevar Arrudas (2007).....	79
Figura 31 - Intervenção “simula” velório do rio Arrudas.....	81
Figura 32 - Área de intervenção do Plano de Reabilitação do Hipercentro	82

Figura 33 - Avaliação dos comerciantes.....	84
Figura 34 - Guia dos comerciantes e prestadores de serviço do Edifício Central.....	91
Figura 35 - Linhas de ônibus com ponto final ou parada no Edifício Central	92
Figura 36 - Queremos Praia do Grupo Galpão (1989)	97
Figura 37 - Lotes Vagos – Praia (2006)	97
Figura 38 - A ilha (2008).....	98
Figura 39 - Intervenção na Praça Raul Soares (2008).....	98
Figura 40 - Convite para a primeira Praia da Estação	99
Figura 41 - Okupe a Cidade.....	100
Figura 42 - Até parece a Lapa	103
Figura 43 - Eu alugo BH Radicalmente E cobro!.....	105
Figura 44 - Praia da Estação / Espaço <i>fan fest</i>	108
Figura 45 - Moradores de rua na Rua Aarão Reis	110
Figura 46 - Pixações na Rua Aarão Reis	110
Figura 47 - O corredor cultural já existe	111
Figura 48 - Praça da Estação e Praça Rui Barbosa.....	116
Figura 49 - Sol e sombra na Praça da Estação em 21 nov. 2013.....	117
Figura 50 - Improvisos detrás do monumento em 21 nov. 2013.....	118
Figura 51 - Jogando baralho no monumento em 1 mai. 2014	119
Figura 52 - Cartaz no monumento	120
Figura 53 - Estandarte da Praia da Estação em 15 fev. 2014	121
Figura 54 - Monumento no Carnaval em 1 março 2014.....	122
Figura 55 - Monumento no ensaio do Bloco Então, Brilha! em 25 jan. 2015.....	123
Figura 56 - Monumento no Vira o Santo.....	124
Figura 57 - Militantes do PT sobem no monumento em 25 out. de 2014	125
Figura 58 - Roda de capoeira ao pé do monumento em 2 fev. 2015	126
Figura 59 - Estandarte no monumento em 2 fev. 2015	126
Figura 60 - Altar para Iemanjá no monumento em 2 fev. 2015	127
Figura 61 - Fotografia de casamento em frente ao MAO.....	127
Figura 62 - Homem alongando no MAO em 29 mai. 2014.....	128
Figura 63 - Policias em frente ao MAO em 3 dez. 2013	128
Figura 64 - Viatura na lateral do MAO em 29 mai. 2014	129
Figura 65 - Cerimônia Policial frente ao MAO em 18 nov. 2014.....	129
Figura 66 - <i>Mapping</i> projetado sobre o prédio do MAO em 30 ago. 2014.....	130

Figura 67 - Lateral da Praça da Estação com Rua Caetés em 3 dez. 2013.....	131
Figura 68 - Objetos na lateral da Praça da Estação com Rua dos Caetés em 1 mai. 2014.....	131
Figura 69 - Tatuagens na saída do metrô na Praça da Estação em 29 mai. 2014.....	132
Figura 70 - Mulheres evangélicas em 25 jul. 2014.....	132
Figura 71 - Estação Central do metrô.....	133
Figura 72 - Carretos parados na Rua Guaicurus com Praça da Estação.....	133
Figura 73 - Moradia na Rua Guaicurus com Praça da Estação em 1 mai 2014	134
Figura 74 - Objetos na lateral da Rua Guaicurus em 29 mar. de 2014.....	134
Figura 75 - Intervenção da Praia da Estação em 3 dez. 2013	135
Figura 76 - Estêncil “Democratize a mídia” na Praça da Estação em 3 dez. 2013	135
Figura 77 - Tentativa de remover uma pixação na coluna de iluminação.....	136
Figura 78 - Publicidade na Praça da Estação em 3 dez. 2014	136
Figura 79 - I’m not a monkey. Praça da Estação em 29 mai. 2014.....	137
Figura 80 - Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [1] em 3 dez. 2013	138
Figura 81 - Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [2] em 3 dez 2013	138
Figura 82 - Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [3] em 3 dez. 2013	139
Figura 83 - Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [4] em 3 dez. 2013	139
Figura 84 - Bancos na Praça Rui Barbosa em 29 mai. 2014	140
Figura 85 - Homem tomando banho na fonte em 21 nov. 2013.....	140
Figura 86 - Foto familiar na Praça Rui Barbosa em 1 maio 2014	141
Figura 87 - Foto familiar na Praça Rui Barbosa em 3 agosto 2014.....	141
Figura 88 - Artesãos na Praça Rui Barbosa com Rua dos Caetés, em 1 mai. 2014	142
Figura 89 - Homem meditando nos jardins da Praça Rui Barbosa em 22 jun. 2014.....	142
Figura 90 - Mulher dormindo no jardim da Praça Rui Barbosa em 1 mai. 2014	143
Figura 91 - Macarronada Solidária na Praça Rui Barbosa, em 24 ago. 2014.....	145
Figura 92 - Praia da Estação [1] em 15 fev. 2014	146
Figura 93 - Praia da Estação [2] em 15 fev. 2014	147
Figura 94 - CPI BH na Praia da Estação em 15 fev. 2014	147
Figura 95 - Viaduto Santa Tereza [1] em 15 fev. 2014	148
Figura 96 - Viaduto Santa Tereza [2] em 10 fev. 2014	149
Figura 97 - Viaduto Santa Tereza [3] em 10 fev. 2014	150
Figura 98 - Viaduto Santa Tereza [4] em 10 fev. 2014.....	151
Figura 99 - Viaduto Santa Tereza [5] em 1º mar. 2014.....	152
Figura 100 - Marcha da maconha [1] em 31 mai. 2014	153

Figura 101- Marcha da maconha [2] em 31 mai. 2014	154
Figura 102 - Marcha da maconha [3] em 31 mai. 2014	154
Figura 103 - Ambulante na Praia da Estação em 25 fev. 2014	155
Figura 104 - Ambulante na Marcha da Maconha em BH em 31 mai. 2014.....	155
Figura 105 - A Ocupação # 7 [1] em 22 jun. 2014.....	157
Figura 106 - A Ocupação # 7 [2] em 22 jun. 2014.....	157
Figura 107 - A Ocupação # 7 [3] em 22 jun. 2014.....	158
Figura 108 - A Ocupação # 7 [4] em 22 jun. 2014.....	159
Figura 109 - Portão de entrada em 23 mai. 2014.....	160
Figura 110 - Catracas em 23 mai. 2014.....	161
Figura 111 - Fechamento do monumento e arvores em 23 mai. 2014	161
Figura 112 - Espectador do Minas ao Luar em 23 mai. 2014	162
Figura 113 - Grades na Praça Rui Barbosa em 23 mai. 2014.....	162
Figura 114 - Fechamento Praça Rui Barbosa em 25 de julho de 2014	163
Figura 115 - Fechamento Praça da Estação [1] em 25 de julho de 2014	163
Figura 116 - Fechamento Praça da Estação [2] em 25 de julho de 2014	164
Figura 117 - Lixeira nas grades na Praça da Estação em 25 julho 2014.....	164
Figura 118 - Intervenção ou casualidade? Praça Rui Barbosa em 23 ago. 2013.....	165
Figura 119 - Propaganda política pendurada nas grades. Rui Barbosa em 30 ago. 2014.....	166
Figura 120 - Abertura do fechamento da fonte. Praça Rui Barbosa em 9 set. 2014	166
Figura 121 - Grades no ponto de ônibus na Praça da Estação em 9 set 2014	167
Figura 122 - Roupas estendidas nas grades. Praça Rui Barbosa em 9 set. de 2014.....	167
Figura 123 - Homem entre as grades lendo um jornal em 13 set 2014.....	168
Figura124 - Abertura das placas da Praça Rui Barbosa em 14 set. 2014.....	168
Figura 125 - Praça fechada no Festival Natura [1]em 14 set 2015.....	169
Figura 126 - Praça fechada no Festival Natura [2] 14 set 2014	169
Figura 127 - Moradores de rua em frente ao Centro Cultural UFMG em 14 set. 2014.....	170
Figura 128 - Portão de ingresso do Festival Natura. Praça Rui Barbosa 14 set 2015	170
Figura 129 - Palco da Rua Aarão Reis na Virada Cultural.....	172
Figura 130 - Tapete na Praça Rui Barbosa na Virada Cultural	172
Figura 131 - Avenida dos Andradas em frente ao Edifício Central na Virada Cultural.....	173
Figura 132 - Resiste Isidoro ocupa a Virada Cultural [1].....	174
Figura 133 - Resiste Isidoro na Virada Cultural [2]	174
Figura 134 - Resiste Isidoro na Virada Cultural [3]	175

Figura 135 - Carnaval na Praça da Estação	176
Figura 136 - Jardins da Praça Rui Barbosa no Carnaval	177
Figura 137 - Fonte da Praça Rui Barbosa no Carnaval	177
Figura 138 - Jardins e esculturas da Praça Rui Barbosa no Carnaval	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMF	Associação Mineira de Ferreomodelismo
CDPCM	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município
ENCONTRO	I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
ICFG	Instituto Cultural Flávio Gutierrez
IEPHA	Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico
MAO	Museu de Artes e Ofícios
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A PRAÇA DA ESTAÇÃO NO PLANO E DINÂMICA DA CIDADE	25
1.1 A Praça da Estação e as políticas de patrimônio	41
1.2 Um espaço, várias praças.....	48
2. INTERVENÇÕES E REVITALIZAÇÃO (2000)	64
2.1 Iniciativa privada em espaço público	65
2.2 Nessa rua tem um rio	77
2.3 A Praça no Hipercentro	81
2.4 O conjunto urbano como fronteira.....	88
3. CONFLITOS NO E PELO ESPAÇO (2010)	94
3.1 Conflitos em torno aos usos da Praça da Estação.....	95
3.2 O lugar da juventude e da cultura na construção do espaço	108
4. UM OLHAR DE PERTO	114
4.1 A Praça da Estação e a Praça Rui Barbosa.....	115
4.2 A Praça das manifestações	145
4.3 A Praça dos eventos.....	159
4.4 Disputas e apropriações na Virada Cultural e no Carnaval de Rua.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	182

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa partiu da observação de um conflito em torno de uma praça, a Praça da Estação em Belo Horizonte. O conflito se estabeleceu, ou tomou caráter público, quando, em 16 de janeiro de 2010, ocorreu a primeira “Praia da Estação”, em que jovens convocados pelas redes sociais ocuparam a Praça da Estação para questionar um decreto, criado pelo prefeito da cidade Marcio Lacerda (Partido Socialista Brasileiro - PSB) em 9 de dezembro de 2009, que estabelecia: “fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação nesta capital” (BELO HORIZONTE, 2009). É importante ressaltar que a cidade de Belo Horizonte não tem praias e que a representação da “Praia” como espaço público e democrático é frequente no imaginário dos belo-horizontinos, que costumam dizer que os espaços públicos por excelência da cidade são os bares (botecos) e as praças - como veremos posteriormente, a estética “praieira” já tinha sido utilizada em outras intervenções urbanas antes da “Praia da Estação”.

Os argumentos que sustentavam o decreto eram as dificuldades de limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública, decorrentes da concentração de pessoas no local, assim como a depredação do patrimônio público - lembrando que a Praça forma parte do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Praça da Estação. A esse argumento, acrescentou-se a ideia de que o espaço, revitalizado havia pouco tempo, estava sendo depredado. A Praça tornou-se assim um espaço de disputa, mas as leituras dessa disputa foram estabelecidas, pelos diversos atores, em registros diferentes. Se, de um lado, o poder público atrelava a gestão do espaço e o decreto a um discurso de defesa do patrimônio e de segurança pública, de outro, os manifestantes estabeleceram o conflito em torno das noções de espaço público, o que, entendemos, possibilitou ampliar a escala da disputa: da Praça ao direito à cidade. O conflito revelou a potência que os espaços de representação - o espaço vivido - têm sobre o espaço concebido e a prática espacial contemporânea, enquanto prática que segrega e fragmenta a vida na cidade.

Se o decreto funcionou como um catalisador de uma série de demandas e críticas em relação à questão urbana que vinham sendo processadas em diversos âmbitos, isso foi ativado e capitalizado ao se associar à Praça da Estação, espaço que vinha atravessando diversas intervenções com o objetivo de “revitalizar” o local.

Surgiu, assim, uma série de perguntas sobre esse espaço, sobre sua história. Deparei-me com vários relatos que reforçavam um esquema que estabelecia três grandes momentos, ou três movimentos: auge, decadência e revitalização do espaço.

Tal periodização estabelecia o “auge” do espaço desde fins do século XIX até meados do século XX, levando em consideração vários elementos, entre eles, a importância do transporte ferroviário na época, a vocação industrial e comercial da região e a preocupação do poder público com o “embelezamento” do local. Toda uma série de elementos que destacam a centralidade e o valor simbólico do espaço como porta de entrada da cidade e como prova do desenvolvimento econômico da época.

A “decadência” ou degradação do local teria seu início na metade do século XX, em decorrência das diversas mudanças no planejamento e nas políticas urbanas, entre elas, a mudança do transporte ferroviário para o rodoviário, a desativação de algumas indústrias localizadas no entorno da praça e uma mudança no eixo comercial. Por fim, há também uma ausência do poder público em termos de investimentos e manutenção do local. É importante destacar aqui que a Praça da Estação se localiza nos limites do Hipercentro legal¹, no denominado Baixo Centro, “nomenclatura utilizada a partir de meados do século XX, quando se acentuou o processo de distinção sócio-espacial visível no interior do próprio centro da cidade desde os primeiros anos de sua história” (TREVISAN, 2012, p. 59).

Durante o último quartel do século XX, a partir do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação em 1981 (ENCONTRO) – impulsionado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, Minas Gerais (IAB-MG) – e do Tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça da Estação (1988) pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), o local voltou a ser o centro da atenção dos jornais locais e de projetos de revitalização.

¹ Hipercentro é a área compreendida pelo perímetro iniciado na confluência das avenidas do Contorno e Bias Fortes, seguindo por esta até a Rua Rio Grande do Sul, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Bias Fortes, por esta até a Avenida Álvares Cabral, por esta até a Rua dos Timbiras, por esta até a Avenida Afonso Pena, por esta até a Rua da Bahia, por esta até a Avenida Assis Chateaubriand, por esta até a Rua Sapucaí, por esta até a Avenida do Contorno, pela qual se vira à esquerda, seguindo até o Viaduto Jornalista Oswaldo Faria, por este até a Avenida do Contorno, por esta, em sentido anti-horário, até a Avenida Bias Fortes, e por esta até o ponto de origem (BELO HORIZONTE, 1996).

Embora essa periodização aporte à pesquisa vários elementos importantes para entender a dinâmica do espaço, esse olhar deve ser entendido como uma forma específica de percepção da historicidade. Tal periodização é construída a partir da perspectiva dos planejadores e dos atores hegemônicos: o poder público, a iniciativa privada e as parcerias público-privadas² (PPP). A Praça, nessa perspectiva “vista de cima para baixo”, era sempre apresentada como objeto físico passível de intervenções. Nesse olhar, o cidadão aparecia só na figura do “usuário”, como um destinatário passivo ou como agente ativo da degradação. Tornou-se, assim, fundamental para a minha pesquisa incorporar ao cidadão a condição de produtor do espaço.

Entendemos que o esquema – auge, decadência e revitalização – não permite captar os conflitos e tensões presentes na produção desse espaço, pois ele reflete só uma parte da história do lugar, a saber, a forma como o espaço é concebido pelo poder público e pela iniciativa privada. Nessa perspectiva, predomina um olhar técnico sobre o espaço em relação a suas qualidades arquitetônicas ou urbanísticas, e não como produto das relações sociais.

Propomos, assim, tomar como objeto de pesquisa a Praça da Estação na perspectiva da produção do espaço, entendendo as políticas de patrimônio, juntamente com os projetos de revitalização, como uma forma de conceber o espaço por parte dos planejadores que, através de diversas intervenções, materiais e simbólicas, propõem uma “revitalização” de um espaço “degradado”.

A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre tornou-se um ponto de partida para a pesquisa, pois a partir dela era possível analisar a produção do espaço levando em consideração todos os atores produtores do espaço superando assim a visão do espaço como “espaço em si mesmo” ou como o ordenamento dos objetos (matérias) “no espaço”. Segundo Schmid (2012, p.104), na proposta de Lefebvre, “o espaço deve ser entendido em um sentido ativo, como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo”.

² As parcerias público-privadas consistem um dos instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro para realizar investimentos em infraestrutura. Por intermédio de uma PPP, a União, os Estados ou os Municípios podem selecionar e contratar empresas privadas que ficarão responsáveis pela prestação de serviços de interesse público por prazo determinado. As PPP dividem a opinião de especialistas: enquanto alguns afirmam que, se bem formatada, essa é uma maneira interessante de prestar serviços de qualidade à população, há quem defenda que estas servem, na verdade, para que entes privados obtenham lucro com o respaldo e a proteção do poder público.

A noção de produção é central na proposta do autor, pois, como expressa Carlos (2012, p.62), esta “[...] revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes de produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas como é apropriada”. Assim, o espaço visto como socialmente produzido é fruto da intervenção de agentes sociais com interesses e racionalidades distintas. Neste sentido, a grande contribuição do autor é a possibilidade de se entender e analisar o espaço como produto das relações sociais.

Lefebvre postula que se há produção, há história. De acordo com o autor, a natureza é modificada pelo homem e essa ação sobre o meio natural tem duas modalidades, a dominação e a apropriação, e dois atributos:

A dominação sobre a natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa essa natureza permitindo às sociedades substituí-las por seus produtos. A apropriação não arrasa, mas transforma a natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido e a finalidade da vida social. (LEFEBVRE (1975) *apud* CARLOS, 2012, p. 164).

A oposição proposta por Lefebvre (2001, p.35) entre “valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos)” possibilita identificar e trabalhar as tensões que resultam da generalização, dentro do capitalismo, da privatização do espaço público.

A extensão do capitalismo realizou a generalização do espaço como propriedade privada, criando a contradição entre o espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca, com a separação radical entre espaço público e privado e aprofundamento da segregação, bem como a relação entre o Estado que domina o espaço, produzindo-o enquanto homogêneo, e o modo de apropriação que se quer diferencial (CARLOS, 2012, p. 68).

A proposta teórica de Lefebvre não pode ser isolada de sua proposta metodológica; nesse sentido, a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados– Lefebvre também os chama de “formadores” ou “momentos” da produção do espaço. Esses momentos se referem à “prática espacial”, às “representações do espaço” e aos “espaços de representação”, e a cada um deles corresponde, respectivamente, um tipo de espaço: o “espaço percebido”, o “espaço concebido” e o “espaço vivido”.

Segundo Lefebvre (2013, p. 97), “La práctica espacial de una sociedad secreta su espacio; lo postula y lo supone en una interacción dialéctica; lo produce lenta y serenamente dominándolo y apropiándose de él. Desde el punto de vista analítico, la práctica espacial de una sociedad se descubre al descifrar su espacio”. O autor postula que, no capitalismo, essa prática expressa uma associação, no espaço percebido, entre a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (as rotas que ligam aos lugares de trabalho, de ócio) que inclui a separação extrema dos lugares que vincula.

Se o espaço é percebido, o é, em primeiro lugar, porque ele foi concebido. Segundo Lefebvre (2013) nem todos os atores sociais têm a possibilidade e o poder de conceber o espaço, neste sentido, o espaço concebido se apresenta como o espaço dos científicos, planejadores, urbanistas e engenheiros sociais, como o espaço dominante em qualquer sociedade. Alguns exemplos de campos envolvidos com essas representações são a arquitetura e o planejamento urbano – dentro do qual incluímos as políticas de patrimônio.

Já o espaço de representação (o espaço vivido) é o espaço dos habitantes, dos usuários, o espaço dominado que a imaginação deseja mudar e que se constitui como alternativa às representações institucionalizadas dos espaços, propondo novas práticas espaciais, desenvolvendo-se numa relação dialéctica com as representações dominantes. A oposição “dominação-apropriação” não se limita ao discurso; ela dá nascimento a uma contradição, a um movimento conflituoso, que se desenvolve até a vitória opressiva de um dos termos.

Essas categorias permitem abordar a produção do espaço na Praça da Estação, identificando não só a forma como o espaço é concebido pelo poder público e pelos planejadores, como também a forma como o espaço é percebido e vivido pelos habitantes que, através das suas práticas, expressam alternativas às representações institucionalizadas dos espaços.

A nossa periodização foi construída a partir da identificação de acontecimentos ou fenômenos que resultam significativos para se entender as mudanças na produção do espaço. Após situar nosso objeto no contexto mais amplo de produção do espaço da cidade, a escolha da década de 1980 sustenta-se na identificação de vários acontecimentos, entre eles, o I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação (1981) e o Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação (1988), a partir dos quais é possível entender como a questão do patrimônio se torna um elemento central na forma de conceber o espaço e

nos posteriores projetos de revitalização. Esses documentos refletem, principalmente, o olhar que se tem do espaço desde as políticas do patrimônio.

Analisando outro tipo de documentação, principalmente crônicas da imprensa, observamos que “coexistem”, num mesmo espaço, várias praças: a praça em seu cotidiano é apresentada como um espaço degradado e contrastada com a praça do passado (o “cartão postal” da cidade) e a praça do futuro (a praça dos “sonhos”). Neste sentido, as crônicas refletem um momento de consolidação dos discursos sobre a Praça como um local degradado; tal diagnóstico possibilita e cria a necessidade de uma revitalização do local. A leitura sobre o aspecto físico da praça se sobrepõe à de espaço público, negligenciando os usos e apropriações que lá acontecem.

A partir do ano 2000 abre-se um novo ciclo, principalmente com a implantação do Museu de Artes e Ofícios no prédio da estação. Propostas que tinham surgido em décadas anteriores começam a ser executadas, como, por exemplo, um projeto arquitetônico, o qual vai se desenvolvendo em etapas: primeiro, a Praça da Estação (denominada Esplanada) em 2003; depois, a Praça Rui Barbosa (denominada Jardins) em 2005, realizada como parte de projetos mais amplos de mobilidade urbana. Já o Programa Centro Vivo (2004) e o Plano de Reabilitação do Hipercentro (2007) tomam como área de estudo o Hipercentro, identificando a Praça da Estação como uma subárea.

O ano de 2009 finaliza com a promulgação do decreto que proíbe a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, o que acaba colocando a Praça no centro de um debate sobre os espaços públicos na cidade e sua apropriação, como um momento de repolitização da vida urbana, de uma oposição entre lazer e festa, e de afirmação da cidade em seu valor de uso, momento que aponta, por um lado, a crise da cidade e, por outro, a utopia da vida urbana.

A partir do ano de 2010, as audiências públicas que abordam diversas pautas relativas ao espaço são recorrentes, o que expressa a falta de diálogo do poder executivo com as práticas, coletivos e instituições que habitam esse espaço e que, através destas audiências, questionam, principalmente, o fato de os projetos serem elaborados sem nenhum tipo de participação.

Quanto ao nosso recorte espacial, ele pode parecer a princípio simples, pois se trata de uma praça: “A definição de praça na cidade tradicional implica, como na rua, a estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano” (LAMAS, 2004, p. 102). A definição de Lamas (2004) serve como ponto de partida, mas é preciso acrescentar o fato de que, após o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação, a Praça está inserida nesse conjunto, e que muitas das reformas pelas quais o espaço atravessou estão estreitamente vinculadas a uma visão do “conjunto”. Além disso, precisamos incorporar a dimensão social do espaço. Desta forma, entendemos a Praça da Estação como espaço urbano e espaço público. Conforme observa Leite (2007, p. 200): “Embora o espaço público se constitua no espaço urbano, é possível entendê-lo como uma categoria sociológica que ultrapassa a rua, constituída pelas práticas que atribuem sentidos e estruturam lugares”. Neste sentido, entendemos o espaço público como um conjunto de práticas que se estruturam num certo lugar. A partir da distinção entre o caráter potencialmente público de um espaço urbano aberto e a existência de fato de relações sociais que o qualifiquem como público é que podemos inserir o nosso objeto no debate sobre o esvaziamento da dimensão social do espaço urbano.

O espaço da Praça da Estação não pode ser isolado do seu contexto mais imediato nem de um diálogo mais amplo com a cidade como um todo, pois o espaço está inserido dentro de dinâmicas espaciais (sociais, culturais, etc.) amplas e a pesquisa deve procurar refletir essa característica.

As políticas de patrimônio são abordadas aqui como uma forma de conceber o espaço, pois é a partir destas que são ativadas uma série de intervenções, simbólicas e materiais, sobre o espaço – tais intervenções são realizadas através de instrumentos, como o tombamento, e de conceitos, como o de conjunto urbano. Interessa-nos, em particular, analisar a Praça da Estação e o entorno enquanto um espaço de sociabilidade pública que passou por um processo de revitalização com o objetivo de recuperar seu patrimônio cultural e tornar passível sua reapropriação por parte da população e do capital. Neste sentido entendemos que esses processos de revitalização têm se tornado sinônimo de gentrificação e um fator-chave para se entender as transformações do espaço público.

Sobre a noção de espaço público, destacamos os aportes de Manuel Delgado na perspectiva de distinguir o espaço público, enquanto categoria analítica, da utilizada pelo

urbanismo oficial ligado a esses projetos de revitalização nos quais o espaço público é visto como...

[...] un vacío entre construcciones que hay que llenar de forma adecuada a los objetivos de promotores y autoridades [...] un ámbito que organizar con el propósito de que quede garantizada la buena fluidez entre puntos, los usos adecuados, los significados deseables, un espacio aseado y bien peinado que deberá servir para que las construcciones-negocio o los edificios oficiales frente a los que se extiende vean garantizada la seguridad y la previsibilidad (DELGADO, 2010, p. 225).

Paralelamente a essa perspectiva, Delgado observa, principalmente dentro do planejamento estratégico, o surgimento do espaço público como discurso, neste caso, o espaço público passa a ser o “lugar en que se materializan diversas categorías abstractas como democracia, ciudadanía, convivencia, civismo, consenso y otras supersticiones políticas contemporáneas” (DELGADO, 2010, p. 226).

Sendo o nosso foco a produção do espaço e os diversos atores dessa produção, as fontes de análise devem refletir essa diversidade. Dessa forma, trabalharemos com documentação produzida pelo poder público (legislação, decretos, audiências públicas), pela imprensa (jornais) e pela sociedade civil, em particular, blogs, sites e eventos no *Facebook* criados com o objetivo de mobilizar e convocar a população para participar de determinados encontros, audiências, etc.

A revitalização da Praça da Estação não é um caso isolado, ela se insere também num contexto em que várias praças da cidade (Praça da Savassi, Praça Sete e Praça da Liberdade) têm passado por uma série de intervenções urbanísticas. No projeto “Re-encontrar o Público nas praças da cidade: novas formas de apropriação no espaço urbano em transformação na Belo Horizonte do século XXI”, coordenado pela professora Regina Helena Alves da Silva, temos discutido as diversas formas pelas quais a população tem se apropriado dos espaços após as reformas. Tais discussões foram fundamentais para apurar o olhar sobre a praça, assim como para ensaiar algumas propostas metodológicas de campo.

Através das observações do cotidiano do local, poderemos avaliar o caráter excludente ou não dessas intervenções, assim como registrar os usos e “contra usos”, ou seja, “aquelas significações do espaço que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas, e que contribuem para diversificação dos atuais sentidos dos lugares” (LEITE, 2007, p. 213-214). As conversas informais, os cadernos de campo e o registro fotográfico serão algumas das

metodologias aplicadas para se entender as formas pelas quais o espaço é percebido e vivenciado pelo cidadão, possibilitando assim superar a visão do sujeito como usuário “passivo” reconhecendo também “nos edifícios e objetos urbanos funções urbanas independentes de seu uso prático racional” (SILVA, 2008, s.p).

Através de entrevistas qualitativas, pretendemos não só superar possíveis lacunas na pesquisa, como também dar voz aos produtores do espaço e entender suas lógicas e os impactos na dinâmica do espaço.

Entendemos que a Praça, como objeto de análise, tem um grande valor heurístico para se entender as intervenções culturais e urbanas, seus objetivos, estratégias e resultados. Entender qual é o lugar do patrimônio nesses processos, quais são as características de um espaço degradado e revitalizado, e analisar como esse espaço é apropriado após essas intervenções permite avaliar o caráter excludente ou não dessas ações. Considerando que, nesse processo de “retomada do centro tradicional”, a Praça da Estação ocupa um lugar central, interessa-nos, principalmente, recuperar as especificidades desse processo, os conflitos e disputas suscitadas entre o espaço concebido pelos planejadores e aqueles que o habitam.

Analisar esse processo permite-nos também uma reflexão sobre o direito à cidade, questão que tem se revelado como umas das principais problemáticas contemporâneas. Como expressa Maricato:

Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, 2013, p. 20-21).

A importância desse debate ficou evidente nas Jornadas de Junho³ (2013) as quais puseram em evidência que a questão urbana deve ser prioridade na agenda política. As jornadas revelaram também que é no espaço público (na rua) que as sociedades processam

³ As Jornadas de Junho foram protestos que aconteceram, principalmente, nas principais capitais do Brasil em Junho de 2013, no contexto de realização da Copa das Confederações. Surgiram, inicialmente, para contestar o aumento das tarifas de transporte público. Diversas obras de intervenção e teorização sobre esses acontecimentos foram compiladas em MARICATO, Ermínia *et al*, 2013.

suas demandas, nesse sentido, consideramos fundamental refletir sobre como o espaço público é concebido e apropriado, e quais os sentidos em torno dele estão em disputa.

Algumas perguntas que norteiam nosso trabalho são: Como é concebida a Praça da Estação desde o campo do patrimônio e nos projetos de revitalização? Há mudanças nas formas de apropriação e ocupação após as intervenções? Qual a natureza dos conflitos que se desenvolvem em torno à Praça da Estação? O que está em disputa?

1. A PRAÇA DA ESTAÇÃO NO PLANO E DINÂMICA DA CIDADE.

Começamos por situar a praça no contexto mais amplo de produção do espaço da cidade de Belo Horizonte, planejada para ser a capital do Estado de Minas Gerais no final do século XIX.

Tal como acontece com as cidades, em relação à composição da praça brasileira, Caldeira (2007) destaca que dois princípios podem ser apontados como sendo determinantes na sua estruturação: a praça de formato orgânico, derivada da formação espontânea do espaço urbano, e a praça formal, originada dos traçados racionais das cidades projetadas. Como observa Caldeira,

Na composição do plano de Belo Horizonte, as praças foram concebidas como peças fundamentais da paisagem. Elemento essencial da malha urbana, as praças aparecem em todos os cruzamentos das grandes avenidas, assim como em lugares estratégicos, defronte a edifícios públicos. Praças de todos os tipos, tamanhos, e funções: praça cívica, praça de lazer, praça de mercado, praça da Estação, *rond-points*, e praça da Igreja (CALDEIRA, 2007, p. 175).

Interessa-nos, principalmente, recuperar alguns elementos da planta da cidade aprovada pelo Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895, e elaborada pelo engenheiro Aarão Reis, chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, pois é nessa planta que é projetada não só a Praça da Estação como o seu entorno. Uma das especificidades que devem ser consideradas no momento de analisar a planta, e o local que ocupa o nosso objeto de estudo nesse desenho, é a organização funcional e estética desta; como expressa Lemos:

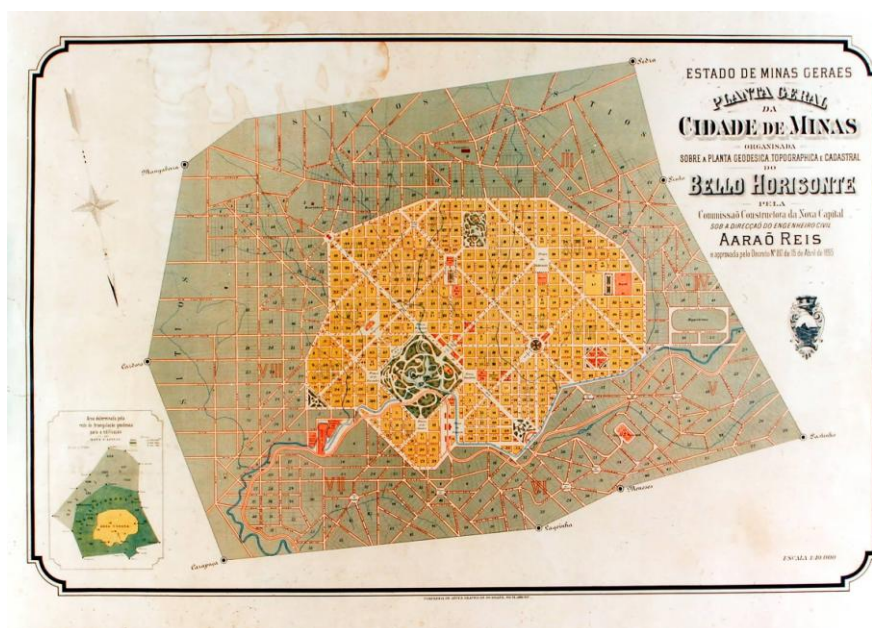
Na busca de uma eficácia projetual perfeita, com estudos técnicos voltados para o desenho e a localização das atividades, a Comissão Construtora planejou uma organização funcional e estética estrategicamente distribuída no espaço. Acompanhando a ordem e o racionalismo da concepção ocupacional, Aarão Reis e posteriormente seu sucessor, o também engenheiro Francisco Bicalho, atuaram, enquanto interventores do território, como verdadeiros higienistas

sociais. Viam o meio ambiente como responsável pela saúde do corpo social e de cada indivíduo, concepção essa que pautou seus projetos de saneamento, iluminação, habitação, sistema viário e de transporte, como o objetivo de promover a beleza da cidade e boas condições de vida e conforto para seus habitantes (LEMOS, 2010, p. 24).

O desenho da planta da cidade propunha a criação de três zonas, organizadas hierarquicamente como Zona Urbana (8.815.382 m²) a Zona Suburbana (com 24.930.803 m²) e Zona Agrícola (o último anel, reservado para a formação de sítios com a função de abastecer a cidade, possuía 17.474.619 m²). Nesse desenho, a Estação e a Praça estão situadas dentro da Avenida do Contorno, que define a Zona Urbana. Essa zona urbana apresenta o seguinte desenho:

Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana [...] dividida em quarteirões de 120 x 120 m, pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos de colocação e reparação das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e conforto que deverão, de futuro proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada à ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal, à manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos (BARRETO, 1995, p. 251).

Figura 1 – Planta Geral da Cidade de Minas.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Segundo Magalhães e Andrade (1989), a Avenida Afonso Pena introduz também, na Zona Urbana, certa hierarquia, neste sentido observamos que a Estação estava localizada do lado considerado menos “nobre” da Zona Urbana.

[...] de um lado, o mais próximo ao ribeirão, ficam os serviços comuns, como estação ferroviária, comércio, eletricidade, secretarias de Estado e exposição permanente; de outro, os mais nobres, como os três poderes, a municipalidade, o teatro, as escolas, o hotel, o hospital, etc. (MAGALHAES, ANDRADE, 1989, p. 125).

Alguns elementos assinalados por Magalhães e Andrade (1989) sobre o papel das Praças no desenho nos leva a matizar o seu caráter funcional, segundo os autores:

Embora, no ideário positivista, racionalismo e funcionalismo apareçam como destaque e se tenham perseguido esses objetivos, no projeto, os aspectos formais, a busca da expressividade, do espetáculo, predominam a do utilitário. A modernidade exigia um sistema de vias que permitisse maior fluência do tráfego, mas esta fluência estava comprometida não apenas pelo excesso de entroncamentos provocado pelo rigor do desenho, mas, principalmente, pela interrupção sistemática das avenidas por praças, em que culminavam suas perspectivas. Quase todas as avenidas projetadas tem seu curso interrompido por praças nos seus dois extremos ou em, pelo menos, um deles (MAGALHÃES; ANDRADE, 1989, p. 125).

As praças, além de serem espaços privilegiados pela convergência das avenidas, o são também “de forma simbólica, por receberem os nomes de Liberdade, Justiça, Progresso, Federação, Tiradentes, Benjamin Constant, Marechal Deodoro, José Bonifácio e das datas que comemoram a República, a Independência, a Constituição Mineira, a Lei de Organização dos Municípios” (MAGALHÃES; ANDRADE, 1989 p.126).

A Zona urbana contava assim com um total de 24 praças;

Muitas praças, de tamanhos e formas diversas, cortarão as ruas e avenidas, dando largueza para o efeito arquitetônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. Assim o Palácio Presidencial será erguido no centro da Praça da Liberdade, para onde convergem cinco avenidas; os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente, na esplendida Praça da Lei, circular e ponto de cruzamento de seis avenidas; o Palácio da Justiça ficara na Praça da Justiça, fronteira à áreas reservada para um grande hotel; o Palácio da Municipalidade ocupará com a biblioteca e o museu o centro da Praça 14 de setembro (data da lei que organizou os municípios mineiros), sendo triangular a forma dessa praça, etc., etc. (Gazeta de notícias, Rio de Janeiro, 30 jan. 1895 *apud* MAGALHÃES; ANDRADE, 1989, p. 70)

Com relação ao projeto da Estação, da Praça e do entorno, numa crônica de Barreto (1995) sobre a visita do presidente Afonso Pena, do presidente eleito Bias Fortes e do secretário da Agricultura, Davi Campista, a Belo Horizonte em 19 de agosto de 1884 para conhecer a localidade em que se trabalhava a construção da nova capital, encontramos uma primeira descrição:

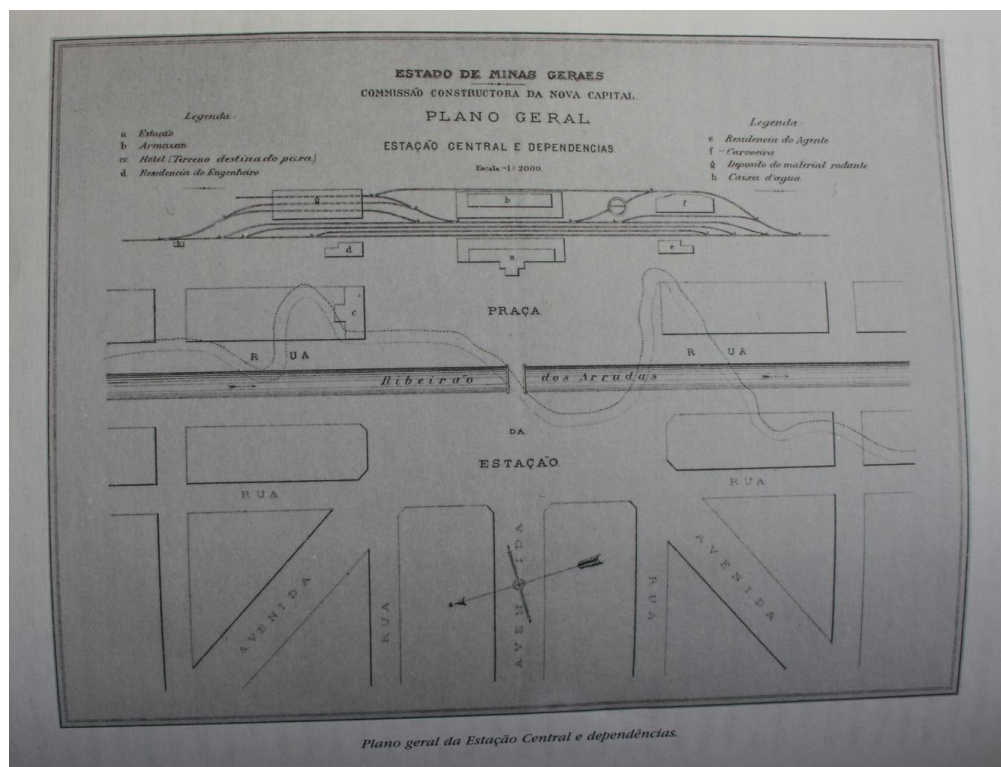
Viram, depois, a esplêndida situação em que iria ficar a estação central do ramal férreo, ocupando o fundo de uma bela praça de 200 por 100 m, que seria cortada longitudinalmente pelo ribeirão Arrudas, convenientemente canalizado e transposto, bem em frente à estação, por elegante pontilhão já projetado, sendo as ribanceiras tabuladas e gramadas. Uma alameda dupla, de 20 m de largura de cada lado, acompanharia o ribeirão em todo o seu percurso dentro da futura cidade [...] A enorme esplanada da Lagoinha, que ficava em frente à estação, seria naturalmente o futuro bairro comercial [...] Da Praça da Estação partiria, perpendicularmente a esse importante edifício, a Avenida do Comercio, de 50 m de largura, com passeios de 4 m junto aos prédios, via dupla para carros e *tramways*, dois renques de árvores frondosas com passeios, e, no centro, estrada arejada, de 8 m de largura, para cavaleiros (BARRETO, 1995, p 180).

Em relação ao prédio da Estação, Aarão Reis estipulava:

Quanto a Estação Central (Minas) que terá de ser levantada como pórtico, na nova capital, procurei dar-lhe não suntuosidades descabidas, nem mesmo luxo artístico dispensável, mas toda a elegância, todo o conforto e todas as comodidades, cujas faltas seriam imperdoáveis na Estação Central de uma cidade que vai ser edificada ao abrir do século XX (BARRETO, 1995, p 298-299).

Partindo dessas observações e crônicas entendemos que a Estação e a Praça foram projetadas de maneira conjunta, a praça como lugar privilegiado na convergência de ruas e avenidas e como uma esplanada para lograr o efeito arquitetônico do edifício da Estação. No plano geral da Estação Central (FIGURA 2) observam-se com mais detalhe a localização do prédio e sua relação com a Praça como ponto de confluência de ruas e avenidas. Importante destacar como, embora cortada longitudinalmente pelo ribeirão Arrudas e ligada ao centro da cidade por uma ponte ao fim da Avenida do Comércio, a Praça era designada, diferentemente de hoje, como *um único espaço* e com o nome de Praça da Estação.

Figura 2 – Plano Geral da Estação Central e Dependências.



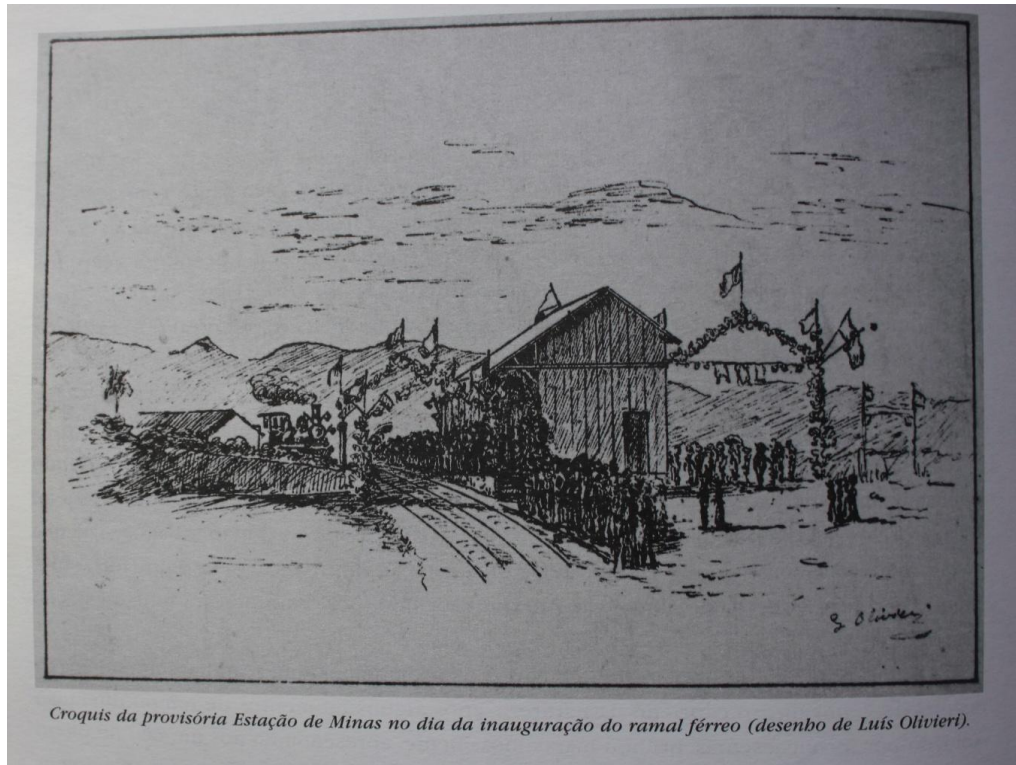
Fonte: Barreto, 1995, p. 360.

Segundo Lemos (2010), o centro, designado inicialmente como Bairro Comercial, tinha sua organização ancorada pela Estação Ferroviária e pelo Mercado Municipal e concentrava diversas atividades e serviços como moradia, comércio, pequenas fabricas e espaços de entretenimento e lazer. Segundo a autora, “a despeito de sua importância, o Bairro Comercial não recebeu serviços institucionais voltados para abrigar as mais importantes instâncias de poder” (LEMOS, 2010, p. 29 - 30).

Em fins de 1895, ao chegar à cidade de Belo Horizonte, Barreto fez uma observação interessante sobre a paisagem ao fundo da Estação, destacando o crescimento de, talvez, uma das primeiras favelas de Belo Horizonte.

A Estação de Minas era um provisório barracão de tabuas coberto de zinco, plantado no meio de uma esplanada que estava sendo preparada. Atrás dela, pelo alto da colina, acima da projetada Rua Sapucaí, ia-se adensando uma povoação de cafuas e barracões de zinco, a que o povo denominava de Favela ou Alto da Estação ou Morro da Estação. Denominava-se Favela por ser muito semelhante ao morro de igual nome existente no Rio de Janeiro (BARRETO, 1995, p 369).

Figura 3 – Provisória Estação de Minas (1885).



Fonte: Barreto, 1995, p. 378.

O projeto de Aarão Reis para a Estação tardaria em ser realizado e sofreria algumas modificações. Em 1896 há uma revisão do projeto por parte do novo engenheiro-chefe, Francisco Bicalho:

A execução do lindo projeto da “Estação de Minas” iria custar 800 contos, além de exigir outras disposições mais acordes com o seu fim; assim também o armazém de mercadorias estava colocado de forma a dificultar o acesso aos veículos, pelo que convinha deslocá-lo a fim de melhor atender à comodidade e conveniência pública. Com estes fundamentos, o engenheiro-chefe [Francisco Bicalho] deu instruções ao mesmo arquiteto, autor daquele projeto, a fim de preparar outro de custo reduzido à metade do primeiro, sem comprometer a beleza do edifício em outro estilo. Para colocar o armazém de importação em melhor posição para serventia pública, sem de forma alguma prejudicar a perspectiva da grande praça, em que estão situados estes edifícios, foi mister modificar o traçado do ramal na chegada à estação, que foi implantada no terreno e estava com os alicerces quase respaldados em fins daquele ano (BARRETO, 1995, p 357).

Em 1897 é construído o primeiro prédio da Estação, na época da inauguração de Belo Horizonte, projeto do arquiteto José de Magalhães, com a participação dos arquitetos e desenhistas Edgard Nascentes Coelho e José Verdussem. Na figura 4 podemos observar o

aspecto do local na época, com destaque para o primeiro prédio da Estação assim como sua importância enquanto local de chegada à cidade.

Figura 4 – Vista da Praça da Estação (1898).



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

A década de 1910 é apresentada como um período de finalização dos edifícios públicos, calçamento, arborização e ajardinamento das praças, com destaques para a Praça da Liberdade e da Estação. Segundo o dossiê do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação (1988),

[...] os jardins da Praça da Estação constituíam nos primeiros tempos foco de atenção por parte dos poderes públicos. Nas mensagens e relatórios apresentados ao Conselho deliberativo pela Prefeitura Municipal, referentes aos exercícios dos anos, 1900, 1905, 1906 e 1907, pode-se notar que a questão do ajardinamento das praças de Belo Horizonte era uma constante, principalmente em se falando da Praça da Liberdade e da Estação. “Quer do ponto do vista do embelezamento da cidade, quer no da salubridade pública, o ajardinamento dellas se impunha” sendo que o ajardinamento da praça em questão foi iniciado em 7 de julho de 1904 (IEPHA, 1988, p. 40).

Em 1906 é construído um coreto para as apresentações da banda de música do 2º Batalhão, lembrando que este funcionava no prédio que hoje é sede do Centro Cultural da UFMG, na Avenida Santos Dumont, frente à praça. O prédio (FIGURA 5), inicialmente projetado para ser um grande hotel, foi adquirido pelo Governo do Estado que o transformou

no quartel do 2º Batalhão de Brigada Policial, inaugurado entre 1906 e 1911. Em 1911 o edifício passou a ser sede da Escola Livre de Engenharia e em 1926 do patrimônio da Universidade de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Minas Gerais.

Figura 5 – Quartel do Segundo Batalhão de Policia [entre 1905 e 1920].



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Ainda na década de 1910, em 21 de setembro de 1913, é inaugurado na Praça o busto de Anita Garibaldi, a homenagem provocou protestos dos conservadores locais e, em 1926, o monumento foi transferido para o Parque Municipal. Em 1914 a Praça da Estação recebe a denominação de Praça Cristiano Ottoni, em homenagem às atividades deste político mineiro, Cristiano Benedito Ottoni (1811-1896) considerado o “pai das estradas de ferro no Brasil” por ter sido o primeiro diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II - uma das principais ferrovias do Brasil, ligando as então províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Na figura 6 temos uma visão do antigo prédio da Estação e do que consideramos a paisagem da “primeira” Praça da Estação e seu entorno.

Figura 6 – Antigo prédio da Estação e a Praça (1910).



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Já na década de 1920 a Praça é totalmente modificada, o prédio da Estação é demolido para ser substituído por outro no mesmo local, os jardins sofreram remodelação devido ao avanço de 14 m da nova edificação que é inaugurada em 1922 com a presença do presidente do Estado, Raul Soares. Teve projeto do engenheiro Caetano Lopes, com desenho do arquiteto Luiz Olivieri e construção do engenheiro Antônio Gravatá. Em abril de 1923⁴ recebe nova denominação: Praça Rui Barbosa⁵. Em 1924, mediante projeto do arquiteto e desenhista Magno de Carvalho, foram iniciados os trabalhos de ajardinamento e remodelação da Praça do lado direito do Arrudas (Praça Rui Barbosa): construção de canteiros ajardinados, dois lagos, dois caramanchões, escadas, sarjetas e arruamentos, instalação de quatro esculturas representativas das estações do ano, além de dois tigres e dois leões, e calçamento dos passeios ao redor dos jardins em mosaico português.

⁴ O ano de 1923 foi celebrado o Centenário da Independência do Brasil. Como parte das celebrações a Praça 14 de Outubro também foi renomeada de Praça Sete de Setembro.

⁵ Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923) foi escritor, jurista e político brasileiro. Coautor da constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Moraes. Atuou na defesa do federalismo, abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais. Foi deputado, senador, ministro. Em duas ocasiões, foi candidato à presidência da República. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, sendo presidente entre 1808 e 1919.

Segundo dossiê do tombamento do IEPHA,

Em 1925, o relatório da Prefeitura Municipal assim descrevia o andamento das obras. “O jardim da Praça Ruy Barbosa, frente à Estação da Central acha-se quase terminado na parte limitada pela Avenida do Comercio e Rua Caethés. Já se encontram collocadas nos respectivos pedestais quatro estatuetas e quatro leões, tudo em mármore; construídos dois lagos e duas pérgolas, e concluído o calçamento a mosaico dos passeios em torno do jardim; está em execução o calçamento a macadam betuminoso das ruas internas”. Estes trabalhos em mármore foram adquiridos pela Prefeitura Municipal e montados pelo escultor Felini, ornamentando tantos os jardins da referida área como também os da Praça da Liberdade (IEPHA, 1988, p 40).

Na figura 7 observamos, em primeiro plano, parte dos jardins da praça e a fonte de água. Em segundo plano, a Avenida do Comércio, atual Avenida Santos Dumont.

Figura 7 – Vista parcial da Praça Rui Barbosa [entre 1930 e 1949]



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Essa nova configuração da Praça se consolida, simbolicamente, como cartão postal da cidade já na década de 1930 (FIGURA 8). Tal configuração vai perdurar até as intervenções realizadas na década de 1960.

Figura 8 – Cartão postal da Praça Rui Barbosa.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

No ano de 1930 é inaugurado, em 15 de julho, o Monumento à Terra Mineira (também conhecido como Glória eterna a Felipe dos Santos), executado pelo escultor Júlio Starce.

Foi esta praça [Praça da Estação] a escolhida pelo então presidente do Estado, Antonio Carlos, para acolher o majestoso monumento que simbolizaria a grandeza de Minas e de sua gente. A vigorosa figura central do monumento representa Minas Gerais e eleva-se a uma altura considerável. Esta figura está voltada para a estação, dando boas vindas aos que chegam. (FARIA, 1996, p 301).

Figura 9 – Inauguração do Monumento à Civilização mineira (1930).



Fonte: Arquivo Público Mineiro

Visando ainda o embelezamento da área, em 1936 foi inaugurada a Fonte Luminosa Independência, projetada por Antônio Corrêa Beraldo e que funcionava regularmente aos domingos.

Na figura 10 observamos a esplanada da Praça da Estação utilizada como ponto de taxis, ao fundo o Hotel “Avenida” (demolido nos anos 1960) e, ao fundo à esquerda, o perfil da Igreja São José. A imagem permite observar também como as “duas praças” e o ribeirão Arrudas eram mais integradas.

Figura 10 – Praça da Estação [entre 1930 e 1935]



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

A figura 11 permite entender melhor a importância da praça na composição do plano da cidade, concebida no cruzamento de avenidas e defronte a edifícios públicos. Observamos a Avenida Santos Dumont culminando na Praça da Estação, em segundo plano o prédio da Estação e ao fundo a Serra do Curral.

Figura 11 – Vista parcial da Praça e o entorno [entre junho 1930 e 1939].



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Até aqui, observamos como vai sendo construído aquele espaço, não só desde uma perspectiva urbanística e arquitetônica, como também os elementos simbólicos que a ela vão se adicionando: monumentos, mudanças de nome.

A importância do transporte ferroviário para a cidade começa a decair na segunda metade do século XX, tendo como uma principal causa o incremento do transporte rodoviário e a transferência da área industrial. Após os anos 1950 as modalidades de transporte mais rígidas foram abandonadas, aparecendo em cena os ônibus que se colava como a “tipologia mais condizente com um sistema de transporte cuja evolução mostrava-se cada vez mais atrelada à ordem do mercado e impulsionada pelo crescimento urbano desordenado”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p.324). A década de 1960 é caracterizada pelo processo de conurbação, quando as margens do grande centro urbano atingem pequenas cidades limítrofes⁶.

A implantação do transporte rodoviário implicou grandes transformações no espaço urbano,

Visando abrir caminhos para a definitiva implantação do modelo de transporte rodoviário, parte desse esforço significou abrir novas ruas e avenidas, derrubar árvores e asfaltar corredores viários para intensificar o ritmo da circulação e garantir, sobretudo, em tempo hábil, o trajeto casa-trabalho, condição indispensável à produção (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 324).

A Praça começa a ser concebida como um obstáculo para ampliação das vias⁷.

Dentro da zona urbana, acentuou-se o crescimento vertical, com a intensa utilização dos terrenos no centro. Gradativamente, foram desaparecendo as edificações primitivas, datadas dos primeiros tempos da cidade. As casas residenciais cederam espaço para os grandes edifícios e as praças, localizadas nos entroncamentos das grandes avenidas e ruas, se transformaram em simples cruzamentos viários. Também a característica arborização das avenidas foi retirada para beneficiamento do tráfego (IEPHA, 1988, p 17).

⁶ Através da Lei Complementar Federal n.º 14 de 8 de junho de 1973 é criada a Região Metropolitana de Belo Horizonte (incluindo 14 municípios) tendo como objetivo o planejamento da ocupação do solo a partir de critérios econômicos.

⁷ Assim como a Praça da Estação, a Praça Sete de Setembro também foi reformada na década de 1960, sofrendo uma notável diminuição do canteiro central com o objetivo de melhorar o fluxo, a circulação das vias e artérias.

Em 1963 a duplicação da Avenida dos Andradas, entre as ruas Caetés e Guaicurus, com abertura de nova pista junto ao Ribeirão Arrudas, com a finalidade de estabelecer uma ligação viária com a Avenida do Contorno, levou a uma diminuição considerável da área da Praça Rui Barbosa, que antes fazia limite com o Ribeirão Arrudas. Foram retirados os caramanchões e um dos lagos e as esculturas foram transferidas para a Praça Afonso Arinos e o Jardim Zoológico.

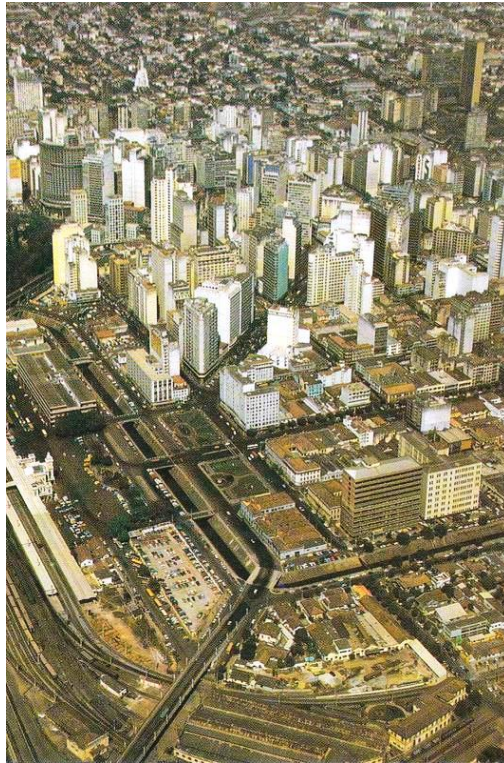
Figura 12 – Obras para a duplicação da Avenida dos Andradas (1963).



Fonte. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Na figura observamos a Praça da Estação após duplicação da Avenida dos Andradas no final da década de 1960.

Figura 13 – Vista aérea da Praça da Estação e entorno após duplicação.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

Este breve percurso pelas transformações da Praça da Estação permite colocar nosso objeto de pesquisa em perspectiva e no contexto maior da produção do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte, que pode ser periodizado, segundo Lemos, da seguinte maneira:

Em termos históricos, a produção e as transformações do espaço urbano da Capital podem ser sintetizadas em cinco momentos principais: a implantação do projeto de engenheiro Aarão Reis, com suas modernas características; a consolidação do plano e a formação das paisagens; a busca pela modernização e as primeiras legislações de gestão dos espaços; a conurbação do centro e as conseqüentes expansões e/ou extensões; a perda da identidade e os incontroláveis processos de demolição e renovação do Centro Tradicional, no contexto de polarização metropolitana (LEMOS, 2010, p.17).

Entendemos que, como expressa Lefebvre, embora os antigos centros passem por diversos processos de transformação, eles continuam sendo centros de intensa vida urbana e sobrevivem graças a suas qualidades estéticas: “Não contem apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões [...] Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar”. (LEFEBVRE, 2001, p. 19-20).

Na década de 1980 a Praça da Estação volta a ser o foco dos arquitetos e planejadores urbanos, esta vez, desde uma perspectiva ligada à preservação do patrimônio urbano atrelado à memória da cidade. Os debates que se iniciam no I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação em 1981, e que serão analisados na seção seguinte, estão atravessados por uma problemática mais ampla, a dicotomia desenvolvimento ou preservação.

1.1 A Praça da Estação e as políticas de patrimônio.

Quer o urbanismo se empenhasse em destruir conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante (CHOAY, 2006, p. 179-180).

A partir do “I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação” realizado em 1981 por iniciativa do Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG), representado por sua diretoria e por uma comissão denominada Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural, a Praça da Estação tornou-se objeto de reflexão por parte dos planejadores urbanos, arquitetos, urbanistas e tecnocratas desde uma perspectiva ligada à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade.

Produto do Encontro⁸ foi publicado o relatório “Praça da Estação: origem e destino”. Integram o relatório uma síntese dos seminários realizados (“Aspectos culturais do Conjunto Praça da Estação”; “Os Agentes Municipais e Metropolitanos de Planejamento e Execução de Obras Públicas e o Conjunto Praça da Estação”, e “Os Agentes Federais de Planejamento e Execução de Obras Públicas e o Conjunto da Estação”), as moções aprovadas no encerramento do Encontro e a palestra “Aspectos culturais da Praça da Estação”, proferida pela Professora Suzy Pimenta de Mello, então diretora da Escola da Arquitetura da UFMG.

⁸ Para mais informações sobre o I Encontro consultar: MIRANDA, 2007. Nesse trabalho o autor analisa a eclosão dos movimentos sociais de preservação do patrimônio em Belo Horizonte - divididos entre movimentos estudantil, ambiental e de preservação do patrimônio - durante as décadas de 1970 e 1980, tendo como referência a mobilização do Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) na organização do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação (1981).

Figura 14 – Cartaz do Encontro (1981)



Fonte: MIRANDA, 2007.

Entendemos que a forma de denominar o encontro, “Praça da Estação: origem e destino” já coloca o evento como um ponto de inflexão entre o passado (origem) e o futuro (destino) daquele espaço e o presente é narrado como uma situação de perda progressiva. Essa “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996) ganha força na “ameaça” de descaracterização do local pela possível implantação de uma estação de trem metropolitano.

A problemática do Encontro se inscreve num contexto maior caracterizado pelo crescimento a expansão física desordenada da cidade e os impactos destes fenômenos no tecido urbano. Neste sentido, o conflito preservação *versus* desenvolvimento está presente em vários depoimentos e constitui uma problemática transversal do Encontro e, de um modo geral, as problemáticas relativas à Praça da Estação são vistos como o resultado da falta de um planejamento integrado e a consequência de um desenvolvimento econômico entendido como sinônimo de um progresso que vai na contramão de uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Como manifestou Suzy Pimento de Mello, diretora da Escola de Arquitetura,

Se este desenvolvimento é natural devido ao progresso e mesmo desejável para sua expansão como a terceira capital do país, por outro lado tem sacrificado significativamente a qualidade de vida dos seus habitantes que se encontram cada vez mais prejudicados pela falta de áreas de lazer, pela premência no atendimento aos fluxos de tráfego e pela perda de sua memória cultural (ENCONTRO..., 1981, p. 43).

Nessa mesma linha, o professor Jarbas Medeiros expressou: “Não vemos e não entendemos porque o progresso e o desenvolvimento econômico e social tenham que ser necessariamente destrutivo e predatório. Somente isto já justificaria fundada desconfiança no sentido das palavras progresso e desenvolvimento” (ENCONTRO..., 1981, p. 14).

Observamos que as discussões em torno ao desenvolvimento não conseguem superar a perspectiva do desenvolvimento estritamente econômico, ou, no máximo, como modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, e o progresso, embora desejado, se apresenta como “destrutivo” e “predatório”, não só da qualidade de vida senão também da memória da cidade. Como manifestou o deputado Ademir Lucas:

As autoridades constituídas, o povo e seus representantes no poder, todos juntos, têm de lutar visando preservar o nosso patrimônio artístico e cultural da destruição como tributo do progresso. Não podemos admitir a destruição da memória e das mais caras tradições de Belo Horizonte. O problema urbano hoje é de todos e somente com a conscientização de todos poderá a cidade ser devolvida a seus cidadãos, libertando-os da escravização do progresso desordenado e desumano. A Praça da Estação deve ser defendida contra sua descaracterização, para que não ocorra com aquele logradouro público caro de lembranças aos belorizontinos, o mesmo triste de importantes peças arquitetônicas da cidade [...] (ENCONTRO..., 1981, p 13-14).

É nesse contexto, ante esse futuro pouco promissor que é situada a problemática da Praça da Estação, a necessidade de preservá-la e a proposta de tombamento do Conjunto da Praça da Estação que compreende: a área da Praça, seus jardins e elementos ornamentação; o Monumento a Terra Mineira; os edifícios da Estação da Central do Brasil, do dormitório anexo, da rede Mineira de Viação, dos galpões da Rede Ferroviária Federal, e a Casa do Conde de Santa Marinha. Quanto aos instrumentos de preservação, identificamos alguns debates sobre a necessidade de não se confundir tombamento com preservação, pois se trata de duas operações diferentes, com objetivos diferentes. O tombamento é assim apresentado como uma medida de força, utilizada em última instância pelo poder público, que não resolve o problema da preservação.

Além de um grupo de edificações históricas, a ênfase foi colocada também na paisagem urbana. Como expresso numa das conclusões do Encontro, “o atual projeto [implantação do metrô de superfície] desfigura o Conjunto Praça da Estação em seus aspectos de paisagem urbana, apesar de preservar as edificações isoladamente” (ENCONTRO..., 1981, p.40).

Propõe-se assim no Encontro um planejamento urbano que abrange a questão da preservação. Um exemplo disso é a questão dos transportes e os programas de melhorias das condições de circulação – em particular no caso da Praça da Estação –, os quais são mencionados como um dos fatores de maior impacto para as áreas de valor histórico. Citando

as palavras do Ministro do Transporte, o engenheiro Eliseu Rezende, o presidente do IAB/MG expressou:

A política brasileira de transportes urbanos passará a ser formulada de acordo com os programas de conservação do Patrimônio Histórico, já que os programas visando à melhoria das condições de circulação e do transporte coletivo operam significativas intervenções no traçado das cidades e, frequentemente, nos setores onde se localizam as áreas de valor histórico (ENCONTRO..., 1981, p. 10).

Os debates em torno da Praça da Estação colocam também a necessidade de estabelecer diretrizes de preservação do patrimônio urbano e da memória no nível municipal⁹ - o poder público é interpelado a assumir seu papel na tarefa de institucionalizar essa preservação da memória através dos instrumentos legais que permitem concretizar as diretrizes. É nesse contexto que se inscreve o envio à Câmara Municipal do projeto de lei que cria o Conselho Municipal de Tombamento¹⁰; segundo Dr. George Norman Kutova, então Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, “há, assim, necessidade de uma legislação específica a fim de que os bens de valor municipal que não tenham valor estadual ou nacional possam ser efetivamente tombados, e o município é o responsável pelo tombamento de bens municipais” (ENCONTRO..., 1981, p.12). O mesmo também ressaltou a criação da Belotur (Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte) e da Fundação Municipal de Cultura.

Os debates em torno do espaço também levantaram propostas de uso para os prédios. O secretário municipal de cultura salientou que,

Quando o Presidente do IAB, na apresentação deste seminário citou a utilização da Praça da Estação como espaço cultural, nós entendemos, no contexto de filosofia que deu base à formação preliminar do programa Memória Histórica, que se deva dar evidentemente destaque à Praça da Estação, por tudo aquilo que representa, particularmente, por ser ela um dos únicos – se não for o único – espaços disponíveis para esse tipo de utilização. A implantação de um centro de cultura popular, artesanal, folclórico e culinário na Praça da Estação, utilizando um dos galpões que lá

⁹ É importante ressaltar que a partir dos anos 1970 inicia-se o processo de descentralização das políticas de preservação no Brasil. Segundo Leite (2007) esse processo contribuiu para flexibilizar a tarefa de atribuição de valor a certos bens que podiam ter relevância para estados e municípios, mas não para a genérica concepção do IPHAN a respeito da memória e identidade nacional.

¹⁰ O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, criado pela lei municipal nº 3802 de 6 de julho de 1984, é o órgão responsável pela proteção e conservação do patrimônio histórico de Belo Horizonte. Composto por representantes da sociedade civil organizada e de órgão oficiais, suas reuniões ordinárias acontecem uma vez por mês, quando são analisados os tombamentos e as propostas de intervenção nos conjuntos urbanos protegidos.

estão sub-aproveitados é um passo objetivo para que isso possa ser feito (ENCONTRO..., 1981, p 13).

O depoimento do Arquiteto Reinaldo Machado (IAB) também coloca em tensão as finalidades e objetivos da preservação e a necessidade de repensar seus usos:

O uso é mais importante que a coisa a ser preservada; assim, entendia que a preservação da praça não se encerraria com o tombamento dos próprios e sua destinação a museus ou centros de artesanato, muitas vezes inviáveis financeiramente e, na maioria, sem relação com o uso tradicional ou a “vocação” do usuário da praça (ENCONTRO..., 1981, p 20).

A pedido do reitor da UFMG, o arquiteto José Soares comentou que “a Universidade tem, na praça, alguns prédios que fazem parte da Escola de Engenharia. Para um destes prédios está sendo pensada sua recuperação em função de ocupação para um serviço sociocultural” – trata-se do Centro Cultural da UFMG que seria inaugurado em 1989.

Observamos que a tendência é destinar alguns prédios à função de equipamentos culturais, mas, fora os estudos que estavam sendo feitos pela UFMG para utilização de um dos prédios, não há um debate sobre qual tipo de proposta cultural ou qual tipo de equipamento (museus, biblioteca, centro cultural, etc.) seria mais conveniente para aquele espaço.

Com respeito à Estação (hoje Museu de Artes e Ofícios) colocou-se, a partir de algumas comparações com estações de Nova York, Paris e Londres, a possibilidade de manter suas características e finalidades originais, ou seja, sua função como Estação. Com relação aos outros prédios, incluídos dentro do Conjunto, destacou-se que a Casa do Conde poderia ser reabilitada e adaptada para “novas e mais adequadas funções como centro de artesanato e pequeno teatro, atendendo a uma parcela pouco lembrada da população urbana” (ENCONTRO..., 1981, p. 48). Mencionou-se também a reutilização dos prédios da União Brasileira de Tecidos (atual Espaço cultural 104) e da Serraria Souza Pinto (que na época funcionava como um estacionamento) para finalidades comunitárias.

Na palestra “Aspectos culturais da Praça da Estação”, proferida pela Professora Suzy Pimenta de Mello, então diretora da Escola da Arquitetura da UFMG, há um resgate da importância da Praça da Estação como “ponto de referência essencial à preservação do pouco que nos resta do desenho original da cidade” (ENCONTRO..., 1981, p. 46) e um destaque para seu valor arquitetônico:

Negar-lhe valor como obra de arquitetura seria mesmo que duvidar das construções de Paris, inspiradas pelo talento de Haussmann e também neoclássicas. Ainda quanto ao aspecto estilístico deve ser lembrado que, em Belo Horizonte, o neoclassicismo marcou as primeiras construções da cidade e permaneceu como estilo mais consagrado, salvo alguns modismos, até a década de 30, quando se deu a grande revolução do “pó-de-pedra” e do estilo chamado modernista (ENCONTRO..., 1981, p 46-47).

A importância da Praça se justifica também por ser um palco de eventos, principalmente ligados à cultura popular,

[...] se hoje o espaço está mal aproveitado e com suas funções diluídas ou perdidas, pode e deve ser recuperado em proveito de uma faixa importante da população que ali poderia reencontrar novas formas de usufruir a cidade como ficou provado pelas festas juninas ali realizadas ultimamente (ENCONTRO..., 1981, p. 47).

Das moções aprovadas em plenário de encerramento do Encontro destacamos duas propostas: a primeira, que os prédios a serem preservados sejam transformados em prédios que abriguem atividades culturais e, a segunda, que sejam realizados os ajustes na Lei de ocupação e uso do solo de Belo Horizonte para a área definida pelo Conjunto urbano da Praça da Estação e seu entorno paisagístico.

Na sua versão de 1985, a Lei de Uso e Ocupação de Solo instituiu “Área de Proteção do Conjunto Praça Rui Barbosa”, única ocorrência de diploma legal conferida pelo Município em defesa de um bem cultural da cidade e, em 1988 é finalmente tombado o Conjunto Paisagístico e Arquitetônico. Segundo o conselheiro Ricardo Samuel de Lana a publicação do tombamento do Conjunto Urbano da Praça da Estação estava programada para o dia 12 de dezembro de 1981, em comemoração aos 84 anos de Belo Horizonte e aos 10 anos do IEPHA-MG, mas,

Enviado ao governador biônico Francelino Pereira para homologação e publicação, o processo desapareceu sendo localizado apenas em 1984. A homologação se daria, no entanto apenas sete anos depois, em 1988. As causas do “desaparecimento” do processo logo ficaram evidentes quando as oficinas da Casa do Conde de Santa Marinha (grande galpão com fachada em cantaria de granito, localizado ao lado do Viaduto da Floresta) tombado no conjunto, foi mutilado e descaracterizado. As obras de canalização do Arrudas (atualmente objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito em decorrência de super faturamento) efetuada na mesma época, alterariam definitivamente a fisionomia da Praça (BELO HORIZONTE, s/p, 1994).

A partir do tombamento será estabelecido o perímetro da área a ser preservada, questão central para entender, posteriormente, os projetos que visam à revitalização da área e

sua consolidação como “polo cultural”. O tombamento pode ser entendido como um ato de territorialização, isto é, um empreendimento de definição e classificação do que deve ou não conter o espaço através da imposição de regras de uso e apropriações do mesmo. Segundo o dossiê, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação compreende:

[...] a Praça, seus jardins e esculturas, a área descrita na planta que integra o processo respectivo, incluindo os prédios da Estação Central, antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas, Casa do Conde de Santa Marinha, Edifício Chagas Dória, antiga Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da UFMG (antigo Instituto de Eletrotécnica), antigo instituto de Química e Pavilhão Mário Werneck (IEPHA, 1988, p. 4).

O tombamento, enquanto ação legal se apresenta como a única possibilidade de “proteção, resgate e valorização” do conjunto considerado “o último grande espaço remanescente da antiga Belo Horizonte” (IEPHA, p. 1, 1988). O histórico apresentado em relação à Praça da Estação é realizado através de um relato que procura recuperar a centralidade econômica e simbólica do passado. Como expressa o dossiê:

As estruturas arquitetônicas e urbanísticas ainda existentes, indicadas neste processo, são o testemunho de uma das fases de maior relevância histórica social e econômica da Capital de Minas Gerais. O seu significado enquanto memória da cidade é por demais conhecido. A sua importância enquanto espaço social é pública e notória. Marginalizada com o advento do automóvel, essa região conseguiu sobreviver sem grandes perdas, até as recentes transformações indiscriminadas que assolam a cidade [...] Daí, o tombamento como alternativa última capaz de assegurar legalmente, a proteção, o resgate e a valorização desse acervo (IEPHA, 1988, p. 1).

Observamos que a narrativa construída em torno do espaço está ligada, a partir de um discurso do patrimônio, a uma retórica da perda (Gonçalves 1996). Palavras como “demolição”, “destruição” são colocadas para descrever a perda das primeiras edificações da cidade que, somada ao fato de Belo Horizonte ser uma das mais novas capitais, reforça a ideia de uma cidade “quase sem passado”. São identificados como causas desse processo o “desmedido crescimento urbano” e a “especulação imobiliária”, que seriam responsáveis pelo “risco” de “nada ficar para as novas gerações”, que viveriam numa cidade “desmemoriada”. Segundo o dossiê: “Nos últimos anos, a cidade viu serem demolidas muitas das edificações que datam dos seus primeiros anos, e hoje existe o risco de nada ficar para as novas gerações, que poderão viver numa cidade desmemoriada” (IEPHA, 1988, p. 20).

Embora o espaço tenha perdido sua centralidade econômica, ele conserva (possivelmente por causa disso) seu aspecto original, constituindo-se em um exemplar da

época de construção e instalação da nova capital: “Sua ocupação obedeceu às diretrizes implantadas pela comissão construtora, que pretendia dar à área destaque especial, por constituir “porta de entrada” da cidade através do transporte ferroviário, principal meio de transporte de ligação entre Belo Horizonte e demais capitais do país” (IEPHA, 1988, p. 37).

Em contraposição à importância do local no passado, a imagem contemporânea ao tombamento é a de um espaço de grande movimentação popular devido à concentração de pontos de ônibus e ao “deslocamento do antigo centro de maior nível para novas regiões”, elementos que, junto com a ausência de interesse por parte do poder público, servem para explicar as causas do processo de degradação e desprestígio do local, e trazem uma leitura da espacialização do consumo na cidade. Nas entrelinhas, é possível observar que o tombamento tem também a função de reverter esse processo de degradação e acionar uma “retomada” do local desde o ponto de vista simbólico.

Observamos que o I Encontro (1981), a criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1984), a Lei de Uso e Ocupação de Solo, que instituiu a Área de Proteção do Conjunto da Praça Rui Barbosa (1985), e a homologação do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagística da Praça da Estação (1988) são algumas das ações que, na década de 1980 denotam a maneira pela qual, segundo Hartog “[...] a conservação e a renovação substituíram, nas políticas urbanas, o mero imperativo de modernização, cuja brilhante e brutal evidência não tinha sido questionada até então. Como se se quisesse preservar, na verdade, reconstruir um passado já extinto ou prestes a desaparecer (HARTOG, 2014, p. 151). A dicotomia preservação-*versus*-desenvolvimento que deu origem à problemática senão superada, se resolve através do tombamento.

1.2 Um espaço, várias praças.

Observamos que os discursos da imprensa se inscrevem numa campanha que propõe um combate ao “degradado” pelo processo de revitalização. “Degradação” e “revitalização” se apresentam assim como dois elementos de uma mesma operação, pois esta última é apresentada como uma solução “paisagística” à primeira. Como aponta Carlos: “o “degradado” é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza” (CARLOS, 2007, p.89).

A implantação, em 1989, do Centro Cultural da UFMG no antigo prédio da Escola de Engenharia, em frente à Praça Rui Barbosa (FIGURA 15), é uma das primeiras iniciativas que vai gerar uma série de expectativas em relação às revitalizações da Praça. É importante destacar que, como expressou numa entrevista o atual diretor do Centro Cultural, Rodrigo Vivas¹¹, o Centro Cultural surgiu em diálogo com a Escola de Engenharia – que, na época da implantação do Centro, funcionava numa sede próxima, construída em 1959, na Rua Espírito Santo. Segundo Vivas,

Desde 1982 a UFMG estava fazendo um estudo de impacto¹² [...] Esse estudo foi feito por uma socióloga [...] eles fizeram um levantamento, mapeando a região do Hipercentro [...] então eles sabiam quantas prostitutas trabalham na Rua Guaicurus, quem trabalhava ali do lado, quem era o dono e, principalmente, fizeram o Centro Cultural para a Escola de Engenharia. Fizeram um survey para perguntar para a Escola de Engenharia que estava aqui atrás: o que você gosta em termos de cultura? No sentido genérico do termo, da cultura aplicada. A cultura aplicada seria o cinema, musica, dança e até um horário. Então o Centro Cultural teve situado muito em uma relação com a Escola de Engenharia que movimentava aqui, isso foi se perdendo historicamente.

Figura 15 – Centro Cultural da UFMG (1989).



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

¹¹ VIVAS, Rodrigo. Belo Horizonte, 11 nov. 2014. Entrevista concedida à autora.

¹² Esse trabalho se encontra entre os documentos do Centro Cultural que ainda não foram organizados e cadastrados, motivo pelo qual não tivemos acesso a sua consulta.

As matérias sobre a inauguração do Centro Cultural da UFMG e a realização do 21º Festival de Inverno realizado na Praça são significativas das expectativas, após o tombamento do espaço, sobre a revitalização do local. São instaladas duas questões que, a partir dali, vão ser recorrentes em todos os discursos sobre o espaço: a possibilidade de criar ali uma “zona cultural”, e a revitalização de toda a área considerada o “baixo centro”.

Não há como negar. Desde o último sábado, Belo Horizonte deixou se ser a mesma, com a inauguração do Centro cultural da UFMG [...] não resta dúvida de que o impacto causado pelo seu mero surgimento vai produzir mudanças profundas no cenário cultural belo-horizontino [...] O coordenador do Centro Cultural [João Baptista Magro Filho] põe muita ênfase na sua localização privilegiada. Instalado numa região mais “popular” do centro da cidade, lugar de passagem e permanência de camadas mais pobres da população, o Centro Cultural terá a chance de ampliar o público de bens culturais. A proximidade com as estações de metrô e de trem suburbano, com lojas de comércio popular e com a própria zona boêmia de Beagá transformam-no numa espécie de cunha cultural numa área desacostumada e carente de tais iniciativas. “Esta região irá se transformar numa grande zona cultural”, brinca o arquiteto do Centro, Ademar Lopes de Souza. As mudanças na estrutura urbana em Belo Horizonte e na imagem de cidade de seus habitantes não param aí. Outras experiências apontam para a revitalização daquela área que é considerada o “baixo centro” (AFINAL..., 1989. p. 03).

As matérias reforçam a ideia de um “novo espaço cultural e cívico” e destacam certa “vocação” da Praça como “palco” para a realização de eventos culturais. Essas formas de ocupação são mencionadas como um símbolo da “retomada” de um espaço.

A devolução da praça à população valoriza a região, enriquecida pela restauração do conjunto arquitetônico da Rede Ferroviária Federal, além da criação do Centro Cultural da Universidade de Minas Gerais. Para o comércio, a iniciativa é positiva [...] O conjunto arquitetônico da praça, totalmente tombado, tem porte para abrigar grandes espetáculos e grandes aglomerados, por ser um plano local central. Para o Secretário Adjunto Municipal, Jose Adolfo Moura, sua ocupação representa o símbolo da retomada de um espaço cívico (NERY, 1989).

Reforçando a ideia da criação de uma “zona cultural” no local, outra matéria coloca como expectativa a criação de uma “*espacialidade nova*” e de um “*novo tempo*” no qual a Praça da Estação, “a vedete das praças de Belo Horizonte”, será palco da realização permanente de eventos culturais, em contraste com a Praça que até então era só um “ponto de confusão”.

Ali, uma efervescência nunca antes vista coloriu o centro da cidade com acontecimentos e corpos inusitados para a multidão. Uma praça que até então era somente um ponto de confusão de passagem de pessoas e veículos,

se viu, de repente, mudada em palco de espetáculos e festividades. Parecia o início de um novo tempo para esta praça um tanto quanto agreste. A inauguração do Centro Cultural da UFMG em abril foi a responsável pela grande expectativa gerada em torno da praça, considerada então como a grande promessa de uma espacialidade nova, dedicada a realização permanente de eventos culturais (O PEQUENO..., 1989).

Junto com a inauguração do Centro Cultural, os “boatos” de transformar outros prédios do conjunto em equipamentos culturais servem para reforçar a ideia de “transformar” a praça em palco cultural da cidade.

Entretanto, as expectativas se dividem. Muitos acreditam que só depois de uma remodelagem urbanística completa a praça terá condições de cumprir o papel que lhe foi destinado [...] Fatiada pelas ruas da Bahia, e Guaicurus e Avenida dos Andradas, Aarão Reis e Santos Dumont, a Praça da Estação só vê automóveis e mais automóveis nas horas úteis dos dias. A circulação de pedestres é difícil. Muitas filas de ônibus, principalmente na Av. Aarão Reis em frente à atual Estação Ferroviária e ao Edifício Central, colocam mais lenha na fogueira da confusão. Há, ainda, o ribeirão Arrudas, que é um obstáculo natural para a integração da praça. [...] O coordenador do Centro, João Batista Magro Filho, entretanto, acredita que nunca houve tantas coisas acontecendo na praça da Estação como depois que o Centro Cultural foi inaugurado. “O problema é que Belo Horizonte não tem a tradição de sair para a rua”, diz. [...] Muita gente sugere a transformação do bar da Estação, onde são realizadas algumas festas que atravessam as madrugadas, num bar “legal”, incrementado (O PEQUENO..., 1989).

É interessante observar que a “recuperação” da praça para a população” considerada por essas matérias trata-se, na verdade, de uma recuperação “momentânea” do espaço, que dura apenas o tempo do festival. Assim, são apresentadas duas praças: a praça dos eventos, como palco cultural, e a praça em seu cotidiano. Neste sentido, a Praça da Estação, torna-se, durante os eventos, uma outra praça; é uma praça que se transforma, que passa por um momentâneo “travestimento”. Segundo uma crônica: “A ebulição cotidiana, de meio da semana e de três da tarde, que faz da praça um cenário curioso de mistura social e diversificada, ficou oculta por trás das luzes e do agito do festival” (O PEQUENO..., 1989).

Temos assim dois discursos sobre um mesmo espaço, o da praça como palco de eventos que reforça a ideia de uma nova espacialidade e um novo tempo e que se constrói por oposição ao da praça em seu cotidiano. No dia a dia, a praça é apresentada em suas dimensões físicas, destacando-se a falta de manutenção do local e o seu caráter “árido”.

Passado o “entusiasmo” gerado pela implantação do Centro Cultural da UFMG e pelo 21º Festival do Inverno, as matérias começam a falar mais da Praça da Estação em suas

características físicas e do seu entorno – sustentado no tombamento, o olhar dirige-se não só à Praça, mas também a todo o Conjunto. Reforçando a ideia de que até então só se tratava de “boatos”, a então secretária municipal de cultura (Berenice Menegale) manifestou que não haveria até o momento um único projeto e sim iniciativas isoladas, dentre elas a mudança da secretaria de cultura para um prédio “nem um pouco histórico”, o Edifício Central, o qual, desde uma perspectiva do Conjunto arquitetônico e paisagístico, agride o acervo histórico da praça. Segundo a secretaria: “Apesar de o prédio agredir o acervo histórico da Praça, optamos pela mudança por ser um espaço da Prefeitura e por acharmos importante a nossa presença lá, pois queremos tornar a região um espaço de convergência cultural” (JUNQUEIRA, 1991, p. 14).

Muito ligadas aos discursos do patrimônio, as matérias retratam o mal estado de conservação dos prédios, dos monumentos e das fachadas como “estragos na memória” e, a expectativa da revitalização do espaço, é contrastada com essa descrição do cotidiano da praça. A ideia do “contraste” é construída a partir da “história” do espaço, o seu valor enquanto patrimônio, em oposição ao seu cotidiano: de um lado a praça como “ponto de encontro dos esquecidos e cidadãos comuns”, do outro os prédios tombados; mas se trata de um mesmo espaço onde, segundo as matérias, “convivem” a história e a degradação.

Agora, convivem a história e a degradação. Ali é ponto de encontro dos esquecidos e cidadãos comuns se aglomeram em intermináveis filas de ônibus, num espaço completamente desconfortável. Alguns prédios foram tombados, mas dos jardins sobraram apenas parte. As estátuas, a fonte, os bancos e os pisos estão totalmente destruídos [...] Pouco adiantou a instalação do Centro Cultural da UFMG. O prédio da estação é outro contraste, sua preservação destoava da realidade de seu entorno (GOUTHIER, 1994, p.24).

São identificados alguns “contra usos do patrimônio” e usuários que seriam os responsáveis pela descaracterização e degradação do local, por exemplo, a utilização da Praça como estacionamento, os antigos túneis como “banheiro público”, as pequenas árvores sendo utilizadas como “varais das roupas de alguns mendigos que se instalam definitivamente na Praça”. A pixação das esculturas, fachadas e monumentos passa a ser uma problemática central do espaço; agora, além de “pivetes”, mendigos, flanelinhas e dos esquecidos, estão os pixadores, visíveis através das marcas que deixam no espaço.

A sujeira convive diariamente com fotógrafos lambe-lambe, casais de namorados, muretas quebradas e com gente dormindo na grama. Até o monumento de um leão pichado assiste ao cotidiano bagunçado do local. No

centro da Praça, existe uma espécie de piscina de cimento, onde a falta de água e de cuidados a tornou depósito onde são lançados lixo como papeis e restos de alimentos (LUTA..., 1997).

As poucas esculturas que restam estão quebradas e pichadas. O Monumento à Terra Mineira [...] também está pichado. Os antigos túneis se transformaram em banheiro público, os jardins estão ressecados, o coreto não existe mais e as fontes luminosas não funcionam. [...] Pequenos arvoredos, sem serem podados, tornam-se varais das roupas de alguns mendigos que se instalam definitivamente na praça. Todos esses problemas são embalados pela poluição sonora e do ar provocada pelo tráfego intenso de cerca de 52 mil veículos leves e pesados que circulam diariamente na praça. Só na rua Aarão Reis são 19 pontos finais de ônibus que servem a periferia de Belo Horizonte e a municípios da Grande BH (FERREIRA, Marta, 1997).

Sobre o funcionamento de um estacionamento na Praça da Estação, um relatório feito em 1994 pelo conselheiro Ricardo Samuel de Lana destaca que, “o fato de a Praça ter sido transformada em setembro de 1992 em estacionamento rotativo não pode justificar sua caracterização como um estacionamento” e que se trata de um “uso provisório que apenas ocupa um espaço rejeitado e penalizado nas mesmas proporções de suas dimensões monumentais”. A problemática do uso da Praça da Estação como estacionamento não é privativo da Praça; como destaca o relatório, isso também atingia os adros tombados das Igrejas.

A administração Eduardo Azeredo eliminou temporariamente o estacionamento da área frontal do edifício da Estação da Central. Naquele imenso vazio se destacava a estação e mesmo sem qualquer melhoria ou tratamento se resgatou a dignidade do espaço, perdida ao longo da ingerência das sucessivas administrações municipais. Para este relator aquele vazio significava o prenúncio de um renascimento que começava a se esboçar e era edificante contempla-lo, tangenciado o trânsito caótico. Durou pouco no entanto a iniciativa e a mesma administração o parcelou em retângulos brancos como um inusitado cemitério. O padrão grosseiro de ocupação inspirado talvez no da Igreja de São José, tão criticado, não resguardou qualquer afastamento do imponente edifício da Estação Central que se amesquinhou e já manifesta as consequências do eficiente empreendimento financeiro [...] Cabe aqui ressaltar que o comprometimento da Praça da Estação como estacionamento, foi negociado pela mesma administração que em setembro de 1990 solicitou ao Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural do Município, providências no sentido de coibir os estacionamentos nos adros tombados das igrejas de São José, Sagrado Coração de Jesus e da Catedral da Boa Viagem (BELO HORIZONTE, s/p, 1994).

No final da década, a visão da praça é que ela tornou-se “lugar de refúgio para marginais e mendigos e está perdendo seu legado histórico”. A utilização da Praça como espaço de protestos também é assinalada como um elemento que contribui para a depredação

do conjunto arquitetônico: “[...] a área tem sido usada como palco para inúmeros protestos, o que favorece a depredação do conjunto arquitetônico” (VARGAS, 2000, p. 44).

Observamos que identificar o degradado com a pobreza – como parte da paisagem e não como um fenômeno social – possibilita pensar os processos de revitalização como a simples remoção desses elementos. Nesses relatos, o “degradado” é apresentado como uma qualidade externa, que não forma parte da história do espaço e que, portanto, pode ser “apagado”. De acordo com Carlos,

O combate ao degradado no centro das metrópoles – pelo processo de revitalização – ao revalorizar os lugares dentro da metrópole “revitalizam a propriedade” com a erradicação da pobreza e do pobre, que é expulso para outras áreas – o que gera o fenômeno da explosão da cidade – com estratégias dissimuladoras (CARLOS, 2007 p. 89).

Como alternativa a essa situação, reforça-se a ideia de que uma revitalização é necessária:

Desde os primeiros momentos de Belo Horizonte, a região tinha uma destinação pública [...] Mas, ao longo dos anos, este potencial foi se esgotando e agora carece de revitalização. Para ela [Juerma Rukan], a região foi relegada ao segundo plano e hoje há problemas de segurança. “virou uma terra de ninguém que precisa ser revitalizada” (REIS, 2000, p. 01).

Muitas das expectativas atreladas à revitalização do local são originadas, e sustentadas, com referência a um passado no qual a Praça da Estação era considerada o “cartão postal”, a “porta de entrada” da cidade; neste sentido, o presente da Praça é apresentado como a antípoda desse passado. Com base nesses diagnósticos, começam a delinear-se os tipos de intervenção, com destaque para a necessidade de uma parceria público-privada para levar adiante os projetos de revitalização. O modelo a seguir propõe a transformação do espaço em ponto turístico, tendo como referência modelos de intervenção de âmbito nacional e internacional:

Uma novidade seria a cobertura do canal do Ribeirão Arrudas e a interrupção do trânsito na Avenida dos Andradas no trecho que passa pela praça, transformando o local em um dos principais pontos turísticos da capital, a exemplo do Pelourinho, em Salvador; do Recife Antigo, em Recife; da Praça do Rossio, em Lisboa, Portugal; a de Puerto Madero, em Buenos Aires, na Argentina (SOUTO, 2000).

Como expressa Motta, trata-se de projetos que tem um caráter cenográfico, isto é:

[...] envolvem trabalhos nas fachadas, a instalação de focos de iluminação nos monumentos, a demolição de prédios novos ou “feios” e o incentivo ao uso comercial ligado ao turismo. Tais projetos apropriam-se dos sítios urbanos como matéria-prima para a construção da imagem que corresponde ao novo valor simbólico, preparando-os para o consumo ou como cenários de atração para o consumo (MOTTA, 2000, p. 263).

Observamos que, como aponta Leite (2007), enquanto espaços de sociabilidade pública, os centros históricos são objeto de políticas urbanas e culturais que buscam recuperar seu patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital. Nessa linha, em 1996, por solicitação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, foi aberto processo administrativo pelo Departamento de Memória e Patrimônio Cultural para início dos estudos técnicos para subsidiar proteção municipal do Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências¹³. Nesse trabalho observamos também a importância que a Praça da Estação teve, e tem, nos debates sobre a cidade, o que a situa também na história dos movimentos ligados à preservação do patrimônio no município.

A Praça da Estação e adjacências, juntamente com o prédio do antigo Cine Metrópole e adro da Igreja São José, foi uma dos primeiros marcos da cidade a ser objeto de campanhas que buscavam sensibilizar a população de Belo Horizonte e o poder público para a necessidade de sua preservação (BELO HORIZONTE, 1996, p. 17).

A caracterização do Conjunto não impede que sejam identificados, dentro dele, *eixos e pedaços*.

¹³Este trabalho foi realizado conjuntamente pela PRAXIS Consultoria e a equipe do DMPC e foi concluído em 1997. O relatório diz respeito ao Conjunto Urbano da Praça da Estação, sendo composto por dois volumes. O primeiro volume é dedicado à descrição dos objetivos e princípios do trabalho realizado, dos aspectos metodológicos e dos instrumentos de proteção utilizados, seguindo-se a caracterização geral do conjunto e a descrição das diretrizes de proteção e das ações e instrumentos propostos para a área em questão, terminando com a apresentação de mapas ampliados de cada quadra, onde são indicados de modo mais detalhado as diretrizes para cada imóvel. O segundo volume contém sucinto levantamento fotográfico das faces de quadra do conjunto, com indicação dos imóveis para os quais é proposto tombamento, e a bibliografia utilizada na elaboração do trabalho.

Outro pedaço que é identificado como perímetro é a Rua Aarão Reis com sua dinâmica atrelada à concentração de pontos de ônibus no local responsáveis pela ligação do centro a áreas mais periféricas do município. Segundo o documento:

Tal fato levou à apropriação da Praça por uma população de menor poder aquisitivo, que tradicionalmente reside em locais mais distantes e que utiliza transporte coletivo. Assim, o comércio que ali se instalou, atende principalmente a este usuário; são bares, lanchonetes, depósitos de balas e biscoitos, entre outros, conferindo à região um caráter de comércio popular que é reforçado pela presença de um grande número de camelôs (BELO HORIZONTE, 1996, p. 17).

A leitura das dimensões da Praça da Estação é, mais uma vez, recuperada por sua potencialidade de abrigar “grandes concentrações”, o que mais à frente será retomado como a possibilidade de realizar “eventos de grande porte” no local. Observamos aqui uma perspectiva mais voltada para os usos que para o patrimônio edificado e uma valorização ou “estetização” do “degradado” como ambiente “trash” ou “underground”.

[...] houve a descoberta dos galpões da avenida dos Andradas, como espaço potencial para shows de rock, feiras, bares, em função de seu porte (grandes vãos, pés-diretos altos), e de seus espaços degradados, que lhes conferem aspecto *underground* ou *trash*, muito em voga nos dias de hoje principalmente entre o público mais jovem. Ainda a este respeito deve ser citado o bar localizado no prédio da Estação Central que, depois de ter suas instalações ampliadas, ocupando parte renovada do edifício, transformou-se em um ponto de encontro da cidade (BELO HORIZONTE, 1996, p. 17).

Sobre os usos e apropriações da praça na década de 1990, numa entrevista com Leandro de Aguiar e Souza¹⁴ ele descreve um pouco a cena cultural alternativa ou *underground* e sua relação com o espaço:

[...] essa área, a Praça da Estação, e os antigos galpões do antigo distrito industrial começam a abrigar essa cena que se ela não forma exatamente um conjunto e muito menos uma cena única, elas começam a ter um espaço, que também não é exclusivo, um espaço que marcava essa cena. A gente começa a ter aqui várias manifestações culturais na Praça [...] você tinha o hip-hop e o rap fazendo alguns duelos na Praça, você começa a ter alguns shows que começam a acontecer com pequeno apoio da prefeitura, na época da gestão Patrus Ananias.

¹⁴ SOUZA, Leandro de Aguiar. Belo Horizonte, 27 jan. 2015. Entrevista concedida à autora. Souza é Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFMG (desde 2011) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Núcleo de Pós Graduação da EAUFMG (2007). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela PUC-MINAS (2002). Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Consultor na área de Projeto e Planejamento Urbano e Ambiental.

Leandro explica também que, além da Praça, existiam dois espaços que se apropriavam dos antigos galpões industriais, um era conhecido como Galpão da Andradas, “era o nome popular dele, que era na Avenida dos Andradas nº 767 e não tinha infraestrutura nenhuma, era só o antigo galpão industrial, estava sem uso há vários anos, sem qualquer tipo de uso e aí começou a ver vários shows ali, desde shows alternativos até shows um pouco mais famosos como Robert Gray”. O outro espaço era a “Drosófila” (Avenida dos Andradas nº 800), “mesmo esquema, antigo galpão apropriado e aí sim com uma coisa mais estruturada”. Além desses dois espaços ele menciona que aconteceram também, nessa época, algumas apresentações, alguns shows no antigo galpão da 104 Tecidos (hoje Espaço CentoeQuatro). Por último ele destaca: “E outra coisa que foi interessante era que antiga Serraria Souza Pinto também estava desativada há muito tempo e ela tinha sido encampada pela Fundação Clóvis Salgado, mas ainda não tinha sido reformada. Estou falando isso entre 1993 e 1996, ainda era um espaço com chão de areia, ainda meio caindo, sistema de iluminação super precário e aconteciam alguns shows ali”.

Resumindo a cena, Leandro diz: “Então a gente vê isso, Praça da Estação, Galpão da Andradas, Drosófila, Serraria e 104, ou seja, você passa a ter um conjunto. E junto com isso vários bares, no próprio edifício central [Estação], no entorno da Praça Rui Barbosa, e no próprio entorno aí do baixo centro”.

Para ele, o momento mais significativo desse movimento foi o Belo Horizonte Rock Internacional Festival (BRIF) em 1994, organizado por Jeferson Santos. Segundo ele, foi um dos grandes eventos de rock independente no nível internacional, e agrega: “Para a gente ter uma noção da relevância, o “Fugazi”, que era uma das principais bandas da cena alternativa mundial, de Washington, tocou como principal atração desse evento”. O festival foi realizado na Praça da Estação, na Serraria Souza Pinto e no Centro Cultural da UFMG.

Com relação ao Centro Cultural ele destaca que de alguma forma o Centro “configurou esse circuito na década de 90 porque aconteciam muitas apresentações diversas, de show, cinema, vídeo, então de alguma forma ele compunha esse eixo cultural na década de 90”.

Ele marca uma ruptura depois do BRIF (Belo Horizonte Rock Internacional Festival), com a mudança da administração pública.

[...] finalizou o mandato do Patrus, e assumiu o Célio de Castro [...] E na administração do Célio o espaço para manifestações culturais na Praça diminuiu bastante, esse movimento se enfraqueceu um pouco. A “Drososila” saiu da Estação, ela depois virou um bar itinerante até ir para São Paulo, até hoje ela funciona em São Paulo e o galpão da Andradas virou uma casa de shows, efetiva.

Durante alguns anos a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) conseguiu alugar a Estação para festas que aconteciam no hall central. Leandro conta que lá, por exemplo, foi realizada a festa de encerramento da “Semana da arquitetura e urbanismo” da PUC de 1997 mas que, logo depois, foram proibidos os eventos na Estação.

Na Praça da Estação era também realizado o “BH Canta e Dança” organizado por Guilherme Ferreira, mais conhecido como MC Pelé. O projeto reunia um público de mais de 5000 pessoas e era dedicado à divulgação da produção artística das periferias como *rap*, *street dance*, *soul* e o então emergente funk carioca. O festival é muito mencionado, nos trabalhos que abordam o movimento *hip-hop*, como um evento que marcou a afirmação do movimento *hip-hop* em Belo Horizonte e que foi o berço de muitos dos grupos que atuam hoje. Existem alguns vídeos sobre o esse projeto no *youtube*, achamos importante destacar um referente ao 7º BH Canta e Dança, onde é possível observar o tipo de ocupação da Praça da Estação e o perfil do público, composto principalmente por negros. (DJLELEY..., 1992).

A praça no olhar do Danilo que trabalhou a vida inteira no Espaço Miguilim, situado do lado da Praça da Estação também nos traz outras práticas no espaço. Numa entrevista¹⁵ ele conta como surgiu a feira que funcionava na Praça da Estação, entre 1996 e 1998, nas quintas feiras.

Tinha uma feira paralela [à Feira da Afonso Pena] que o povo chamava “Feira da Madrugada”, que ficava perto do João XXIII [Hospital]. Ai a Prefeitura entrevistou muito e queria regularizar essa feira que foi criada, ai o que ela fez? Ela trouxe essa feira para a Praça da Estação na quinta feira até para buscar, historicamente, porque a Feira da Afonso Pena, bem antigamente, acontecia na Praça da Liberdade, no domingo e na quinta. Eles quiseram que acontecesse na quinta feira na Praça da Estação. Ele deve ter funcionado uns 4 anos e era muito legal. Era um resumo da [feira] Afonso Pena Feira.

Segundo o depoimento de Danilo, que na época tinha uma barraca, a feira acabou e os feirantes e suas barracas não foram realocados na feira da Afonso Pena, como tinha sido prometido. Com relação à saída da Feira, ele diz:

¹⁵ MOURÃO, Danilo Bianco. Belo Horizonte, 04 fev.2015. Entrevista concedida à autora.

A prefeitura falou que não era interessante ficar mais lá, que a população estava incomodada [...] e todo mundo que estava lá perdeu a vaga. Um caso ou outro pode ter acontecido [realocação dos feirantes para a Feira da Afonso Pena], tal vez um 10%, por uma questão de articulação, de outros favores [...] mas a grande parte não ficou não.

A imagem do “pivete” era muito forte na época e chegou a ser utilizada como uns dos argumentos para fechar a feira. Segundo Danilo na década de 1990 teve um “boom” de crianças e adolescentes de rua. Ele lembra que na década tinha em torno de 150 adolescentes e crianças, fora os adultos, na praça. Ele diz que se hoje há menos “pivetes”, isso se deve a varias intervenções, “[...] uma que foi positiva de serviço voltado para a população de rua [...] e outras intervenções que é para retirada compulsória, são as duas trabalhando paralelamente”.

Tendo sempre como referência o Miguilim, ele conta também que, próximo ao espaço, tinha varias pessoas que faziam carroto, um ofício que passa de pai para filho. Segundo Danilo: “Aquilo tem mais de 40 anos. Tanto é que as pessoas que vinham para ao Centro para fazer compras, que comprava bicicleta ou até um sofá, e não tinha como levar (hoje as lojas fazem a entrega) eles usavam o carroto... E aí, de repente, cortam aquilo... Para mim aquilo tinha que ser tombado”. Narra também a existência de uma “rodoviária clandestina” que acontecia toda sexta-feira à noite.

Sabe onde era o Miguilim? Do lado dele tinha toda sexta feira, parava um tanto de carro de ônibus... o pessoal que fazia viagem. Olha que coisa mais louca! Lá tinha uma rodoviária clandestina. Toda sexta feira vinha o povo de interior que é sacoleiro, que vinha para cá para comprar no Bairro Preto e ficava sábado e domingo e depois voltava. Eu até brincava que era uma mini rodoviária clandestina, toda sexta feira. Tudo mundo via, mas ninguém falava que não estava certo.

A praça como parte do trajeto dos meninos de rua e como um local de encontro e de visibilidade da cultura da periferia no centro já nas décadas de 1970 e 1980 ganharam representação no cinema. Dois filmes realizados em Belo Horizonte nos anos 2000 utilizam a Praça da Estação e a Praça Rui Barbosa como cenário dessas práticas. Em “O contador de histórias” (2009) - ambientado em fins da década de 1970, filme biográfico que narra a infância de um contador de histórias, Roberto Carlos Ramos, e que aborda a problemática de instituições como a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) e das trajetórias dos meninos em situação de rua, tem o baixo centro como cenário e como símbolos dessa espacialidade aparecem a Praça Rui Barbosa, o Viaduto Santa Tereza e as escadas do edifício Sulacap.

Em “Uma onda no ar” (2002) - ambientado na década de 80 - ficção inspirada na história da emissora comunitária que surgiu no início dos anos 1980 no aglomerado da Serra, a Praça da Estação é escolhida para uma cena onde acontece uma roda do movimento Black. A cena tem como pano de fundo o Monumento à Terra Mineira, em algumas cenas pode-se ver o prédio da Estação e alguns carros estacionados na Praça. A polícia militar montada a cavalo chega ao local e se inicia um diálogo:

Policial - Vamos acabar com essa bagunça, vocês estão impedindo a via pública.

DJ - A gente não está incomodando ninguém.

Policial - Cadê a autorização da prefeitura? Se não possuem vão dispersar.

Jornalista - Eles não estão incomodando ninguém, nem o trânsito eles estão atrapalhando.

Policial - Tá bom, só mais uma hora e acabou.

DJ - Vamos lá rapaziada, vamos mandar ver, o negócio vai continuar, nosso direito está na constituição, não vamos parar não, que se parar o pau vai quebrar, vamo nessa! (UMA ONDA..., 2002).

À diferença dessas representações, no discurso dominante, a Praça é desprovida dessas experiências no espaço e apresentada como objeto físico passível de intervenções e o cidadão aparece só na figura do “usuário”, como um destinatário passivo ou como agente de depredação. O poder público também é apresentado como responsável pela degradação do local, mas se, de um lado, as críticas estão dirigidas a demandar do poder público maior investimento no local, de outro lado, essas mesmas críticas preparam o terreno para a “revitalização”, que é vista assim como uma solução e um desejo de toda a população belorizontina. No caso da Praça da Estação, degradação e revitalização se apresentam assim como dois elementos de uma mesma operação, pois esta última é apresentada como uma solução paisagística à degradação. Esse processo de degradação é resumido através de uma imagem muito clara, o contraste entre um local que servia ao encontro dos namorados e turmas de amigos e que foi “invadido” por menores de rua, pelo trânsito intenso e pela sujeira.

Ao longo dos anos, o local se degradou pelo uso inadequado dos equipamentos públicos, pela falta de segurança e pelo desleixo dos governos. [...] O local que servia ao encontro dos namorados e turmas de amigos, aos poucos, começou a ser invadido por menores de rua, pelo trânsito intenso e pela sujeira, só restando a degradação (JACINTO, 2001, p. 20).

Como expressa Jacobs (2011), precisamos discordar da visão de que os usos de baixo status expulsam os usos de alto status:

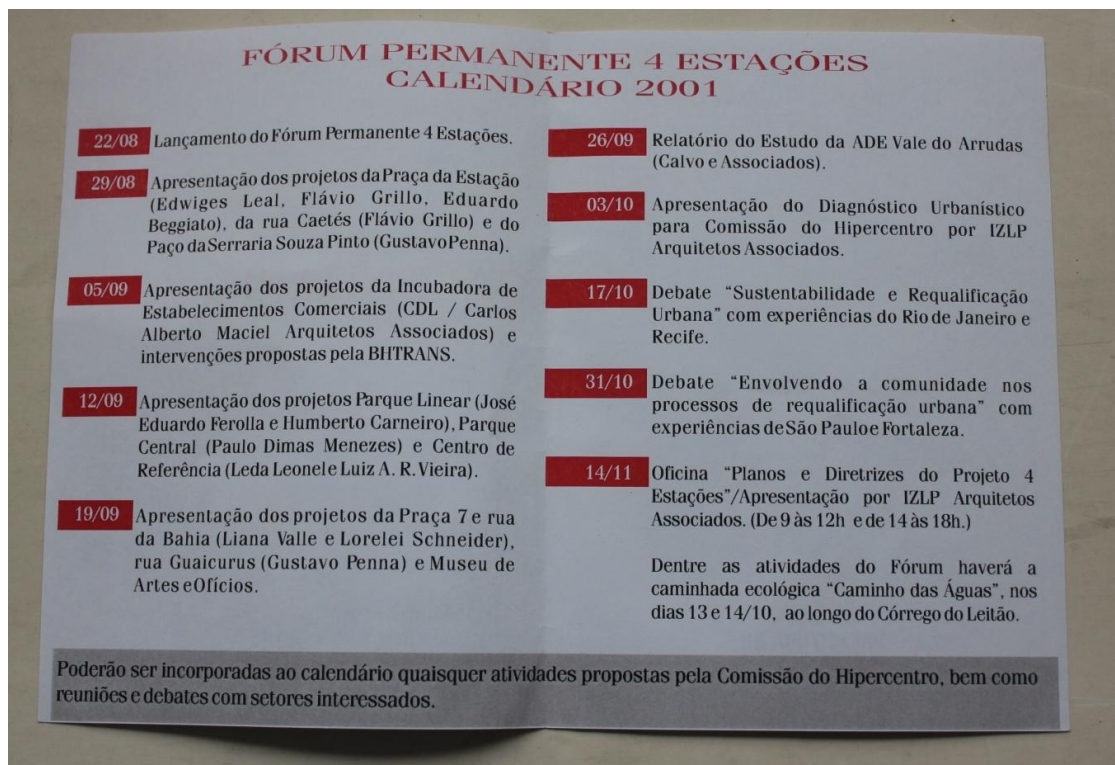
A convicção de que o seja torna inócua toda a energia despendida no ataque aos sintomas e no desprezo às causas. As pessoas ou os usos que dispõem de mais dinheiro ou de maior respeitabilidade podem dominar com muita facilidade aqueles menos prósperos ou de status menor. Raramente ocorre o contrário (Jacobs, 2011, p. 106).

O ciclo de debate em torno à Praça da Estação que se inicia com I Encontro é retomado com a realização do Fórum Permanente 4 Estações, em 2001, segundo folder de divulgação,

Já há algum tempo, a Prefeitura de Belo Horizonte mobiliza arquitetos, urbanistas, sociólogos e engenheiros buscando traçar as linhas de intervenção do poder público, em parceria com a iniciativa privada e com a sociedade civil, para a recuperação e reabilitação da Praça da Estação – local de clara vocação cultural e com potencial histórico e ambiental para tornar-se um polo de lazer e entretenimento de abrangência metropolitana. A Prefeitura de Belo Horizonte [...] retoma o debate sobre a recuperação sócio-econômica e ambiental da área, hoje delimitada num espaço que se estende ao longo do vale do Arrudas e engloba em seu perímetro quatro estações de transporte público. Os seminários e reuniões realizados até agora traçaram alguns princípios de atuação que devem ser respeitados: todo projeto e ação para a região devem contribuir para que a Praça da Estação seja um espaço para o homem, com uso de todos e para todos; um espaço de cultura e de lazer e um espaço de articulação e integração urbana¹⁶.

¹⁶ BELO HORIZONTE (MG). Regional Centro Sul. Gerencia Regional de Projetos de Requalificação do Hipercentro. *Fórum 4 Estações*. Belo Horizonte, 2001. Não publicado.

Figura 17 – Fórum Permanente 4 Estações (2001)



Fonte: BELO HORIZONTE (MG). Regional Centro Sul. Gerencia Regional de Projetos de Requalificação do Hipercentro. *Fórum 4 Estações*. Belo Horizonte, 2001. Não publicado.

Dentre as atividades propostas no Fórum, do qual destacamos seu caráter participativo, foi apresentado o projeto arquitetônico para a Praça da Estação, de autoria dos arquitetos Eduardo Beggiato, Edwiges Leal e Flávio Grillo, do escritório B&L Arquitetura. Tal projeto tinha vencido, em 1995, uma licitação da Prefeitura de Belo Horizonte visando à revitalização da Praça, mas só seria executado posteriormente, quando associado à implantação do Museu de Artes e Ofícios na Estação, numa operação em que, como expressa Canclini (2013), o Estado cuida do patrimônio e as empresas o modernizam.

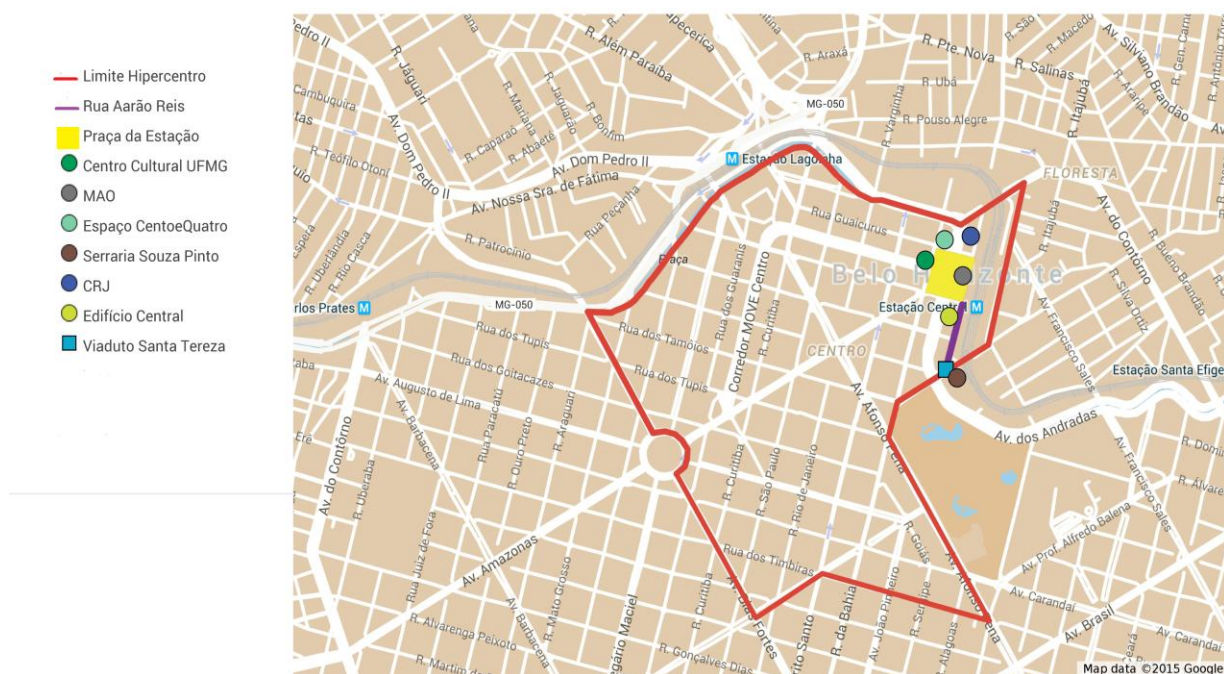
2. INTERVENÇÕES E REVITALIZAÇÕES.

A partir do ano 2000 abre-se um novo ciclo, principalmente com a implantação do Museu de Artes e Ofícios. Propostas que tinham surgido em décadas anteriores começam a ser executadas, como, por exemplo, o projeto arquitetônico da Praça, o qual vai se desenvolvendo em etapas: primeiro, a Praça da Estação (Esplanada) em 2003; depois, a Praça Rui Barbosa (Jardins) em 2005, realizada como parte de projetos mais amplos de mobilidade urbana. Já o Programa Centro Vivo (2004) e o Plano de Reabilitação do Hipercentro (2007) tomam como área de estudo o Hipercentro, identificando a Praça da Estação como uma subárea.

Para acompanhar este capítulo elaboramos um mapa “Praça da Estação e equipamentos no entorno” com a localização do nosso objeto dentro do limite do hipercentro e dos equipamentos e logradouros que são mencionados.

Figura 18 – Praça da Estação e equipamentos no entorno.

Praça da Estação e equipamentos no entorno.



Fonte: Mapa elaborado pela autora com base no Google Maps.

2.1 Iniciativa privada em espaço público.

Se, em 1989, a inauguração do Centro Cultural da UFMG tinha despertado na imprensa a expectativa de criar uma “nova espacialidade”, um “novo tempo”, a implantação do Museu de Artes e Ofícios (MAO) parece reativar com força essa proposta. A Praça da Estação, que era utilizada como estacionamento, tinha permanecido sem nenhuma reforma significativa até a destinação do prédio da Estação Central para o Museu de Artes e Ofícios,¹⁷ administrado pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez¹⁸.

Em uma matéria, de 10 de agosto de 2000, intitulada “Empresária quer criar museu”, a empresária e presidenta do Instituto Cultural Flavio Gutierrez (ICFG), Angela Gutierrez, expressa sua vontade de criar um museu para receber uma coleção privada, mas ainda não tinha sido escolhido o local. Segundo a crônica, “Angela Gutierrez acha que o prédio onde funcionava a loja 104 Tecidos poderia ser uma boa opção para abrigar o museu, mas não esconde o seu fascínio pela Casa do Conde de Santa Marinha, que pertence a Rede Ferroviária Federal: “Ali, seria um lugar maravilhoso”, disse a empresária” (PEDERZOLI, 2000, p. 19). Numa entrevista¹⁹ com Angela Gutierrez, ela detalha mais a escolha do local:

Eu procurei muito na cidade um espaço, procurei pela cidade inteira, eu queria um espaço que fosse de acesso fácil ao público, ao grande público, para implantar o museu que é o museu do trabalho, portanto interessa ao grande público, ao trabalhador. Então eu pesquisei, vasculhei esse centro da cidade, tive até algumas possibilidade fora do centro, mas que eu descartei e de repente eu dei com essa estação que estava na mão da CBTU cuja vocação não era recuperar patrimônio, Companhia Brasileira de Trens Urbanos não tem nada a ver com recuperação de patrimônio tombado, então eu dei com essa estação que é um prédio bonito, arquitetonicamente falando, importante para a cidade, da época da fundação e sólido, excelentemente bem situado porque é do lado do metrô e os ônibus todos da rede urbana param aqui do lado e um acesso muito fácil. Eu pensei que poderia ser o ideal e comecei então a trabalhar para conseguir o espaço.

¹⁷ As obras tiveram início em 2001 e em dezembro do ano seguinte foi concluída a primeira etapa do projeto, envolvendo a assinatura do Termo de Compromisso de doação do acervo à União, a restauração do prédio principal e a abertura da exposição temporária “Trilhos da Memória”, que apresentou aspectos históricos da Praça da Estação. Em 14 de maio de 2002, o CDPCM-BH aprovou o projeto de restauração e adequação para novo uso dos edifícios da Estação Ferroviária bem como as construções anexas para abrigar as atividades do Museu. O Museu de Artes e Ofícios foi inaugurado em 14 de dezembro de 2005, com a abertura ao público no dia 10 de janeiro de 2006.

¹⁸ O Instituto Cultural Flávio Gutierrez – ICFG, fundado e presidido por Angela Gutierrez, tem por objetivo a preservação, difusão e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Criado em 1998, o ICFG é uma entidade do terceiro setor, sem fins lucrativos, que atua especialmente no desenvolvimento de projetos museológicos [...]. O nome do Instituto é uma homenagem ao empresário Flávio Gutierrez e revela o compromisso de Angela Gutierrez com a continuidade do trabalho desenvolvido por seu pai como colecionador e incentivador das artes e da cultura brasileira.

¹⁹ GUTIERREZ, Angela. Belo Horizonte, 13 nov.2014. Entrevista concedida à autora.

Com relação à implantação do museu, ela disse: “Eu fiz um projeto de recuperação do espaço, de restauração que teve que ser aprovado e acompanhado de perto pelo Instituto de Patrimônio Histórico porque os prédios são tombados e fiz um projeto, aprovei o projeto, captei os recursos através da Lei Rouanet²⁰ e fiz a restauração e a montagem do museu”. No discurso de abertura do I Seminário de Capacitação Museológica (2002) a empresária descreve, com tons messiânicos, esse processo de criar um museu:

Sempre sonhei em fazer este museu em Belo Horizonte. Enquanto peregrinava em busca do melhor espaço em Belo Horizonte, recebi honrosos convites para fixar o museu em cidades como Brasília e São Paulo. Mesmo aqui, alguns lugares me foram oferecidos, sendo um deles em localização privilegiada, na região Sul, em um prédio próximo de minha residência. Mas eu sentia que essa coleção estava destinada a ficar junto do povo. Bem próximo daqueles que poderiam entendê-la melhor, e talvez até se reconhecer naqueles objetos que muito certamente estiveram nas mãos de pais, avós e sabe-se lá quanta gente de outros tempos. Quando surgiu o convite da CBTU, eu tive a certeza de que havia encontrado o lugar ideal. A Praça da Estação, lugar de encontro e de passagem, de partidas e chegadas, de gente. Os prédios da estação, com sua beleza e dignidade, parecem ter sido projetados por inspiração divina com a finalidade de um dia receber o Museu de Artes e Ofícios (SEMINÁRIOS..., 2004, p. 36).

O que observamos através dos relatos institucionais do MAO, do ICFG, e no seu depoimento é que a implantação do MAO surge de um projeto pessoal. Trata-se de uma iniciativa privada que se concretiza num prédio público, a Estação Central, a qual deixa de cumprir sua função – na época era utilizado como estação de metrô – para “receber” uma coleção privada. Segundo o site do MAO, “O museu foi planejado para receber importante coleção organizada ao longo da vida por Angela Gutierrez, presidente do ICFG, com acervo bastante representativo da história do trabalho pré-industrial no país” (MUSEU...).

Numa palestra de Pierre-Yves Catel, encarregado do projeto museográfico do MAO, ele chega a questionar por que fazer um museu num lugar como esse, uma estação de metrô. Destaca também que os prédios não são apropriados para a criação do museu, mas, se museologicamente o espaço não é ideal, ele tem na sua localização um diferencial:

²⁰ Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991). Conhecida como Lei Rouanet em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, secretário de cultura na época de criação da lei. O grande destaque da Lei é a política de incentivos fiscais, que possibilita empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) aplicarem uma parte do IR (imposto de renda) em ações culturais. A lei surgiu para “educar” a todos a investirem em cultura, inicialmente em troca daria incentivos fiscais, pois com o benefício no recolhimento do imposto a iniciativa privada se sentiria estimulada a patrocinar eventos culturais, uma vez que o patrocínio além de fomentar a cultura, valoriza a marca das empresas junto ao público. No entanto há críticas à lei, a principal é que o governo ao invés de investir diretamente em cultura, começou a deixar que as próprias empresas decidissem qual forma de cultura merecia ser patrocinada.

Museologicamente, não é o espaço ideal, ele impõe diversos problemas, mas o que levou à decisão foi sua situação privilegiada no que diz respeito ao público: graças a sua localização, contamos com um público potencial de um milhão de visitantes por ano, chegando pelo metrô. Numa segunda etapa, refletimos a importância de contribuir para a recuperação de uma importante região da cidade de Belo Horizonte, hoje bastante degradada (SEMINÁRIOS..., 2004, p. 48).

Se a localização permite, de um lado, um público potencial, de outro, espera-se que as reformas no prédio contribuam ao processo de “revitalização” da região. Os relatos institucionais também inscrevem a implantação do Museu como parte do processo de revitalização da Praça da Estação e do Hipercentro:

Sua implantação motivou requalificação da Praça da Estação, marco inaugural da cidade [assim como] fortaleceu o processo de requalificação do hipercentro de Belo Horizonte, em consonância com as realizações da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado, tornando-se um ganho artístico-cultural para Minas Gerais e para o País (MUSEU...).

A gestão do espaço trata-se de uma parceria público-privada na qual o ICFG administra o museu (localizado em um edifício público) e cujos recursos para a manutenção advêm, principalmente, de mantenedores institucionais e leis de incentivo à cultura, que são também recursos públicos. A Prefeitura de Belo Horizonte é responsável pela segurança e limpeza do edifício. Outras fontes de receita menores são a bilheteria, o café, a loja, as exposições temporárias realizadas por terceiros e o aluguel de espaços para a realização de eventos (exposições, casamentos, etc.).

Entendemos que, tratando-se da cessão de um edifício público, tão significativo para a cidade e que na época estava em total funcionamento, o processo de implantação do museu e a proposta aconteceram sem a participação da população num sentido geral, e em particular de quem já ocupava aquele espaço. A única “tentativa” que houve por parte do ICFG foi mais dirigida a informar o que estava sendo feito a um círculo seletivo do que incorporar outras vozes no projeto. Segundo a empresária,

Antes de começar propriamente a restauração e a implantação do museu eu fiz um seminário de capacitação museológica onde trouxe pessoas de fora [...] Foi a introdução da criação do museu ... para que esse museu não caísse de paraquedas em cima da população dessa cidade, isso foi feito para que as pessoas conhecessem, soubessem ... do trabalho que a gente pretendia fazer aqui.

Quanto à proposta do museu, feita a partir da coleção da empresária, Ulpiano Bezerra de Meneses levantou nos seminários realizados uma questão central: a proposta, o mundo do

trabalho como referencial, resulta promissória na medida em que ele consiga superar o fetichismo e fazer do trabalho uma dimensão presente nos principais segmentos da vida, qualificando esse universo do trabalho. Como destacam GARCIA e RODRIGUES (2014, s/p):

Os usos do espaço hoje para guardar a referida coleção trazem um questionamento essencial relativo ao seu uso originário, o de prédio da Estação Central de Belo Horizonte. Os ofícios lá retratados hoje não remetem ao ofício dos trabalhadores que ocupavam aquele espaço de trabalho, são ofícios que se reportam a uma forma de existência muito mais interiorana do que a da capital que se desejava moderna. Os funcionários da Central do Brasil e da Oeste de Minas, maquinistas, foguistas, vendedores de passagens, não tem lugar naquela coleção. Na realidade, o Museu não dialoga com a cidade de Belo Horizonte. Encontram-se aí profissões de tempos que a cidade civilizada e moderna não desejava, épocas e ofícios também importantes de serem retratados, talvez não neste espaço e não da forma como o são.

Junto com o projeto do MAO é realizada também a reforma da Praça da Estação. O projeto arquitetônico para a Praça da Estação, de autoria dos arquitetos Eduardo Beggiato, Edwiges Leal e Flávio Grillo, do Escritório B&L Arquitetura, foi atualizado em 2003 – foram suprimidos do projeto original²¹ os palcos laterais e o estacionamento subterrâneo.

O projeto global (FIGURA 19) foi dividido, para sua execução, em trechos e em etapas (FIGURA 20). Denominou-se “Jardins” (Praça Rui Barbosa) o trecho entre a Rua da Bahia e a Avenida dos Andradas. Para essa área estavam previstos: restauração dos monumentos e remodelação dos jardins, retomando o desenho original²². Denominou-se “Esplanada” (Praça da Estação) o trecho definido entre a Avenida dos Andradas e o Museu de Artes e Ofícios.

²¹ O projeto tinha vencido, em 1995, uma licitação da Prefeitura de Belo Horizonte previa à construção de um estacionamento subterrâneo à Praça da Estação para compensar as vagas que seriam retiradas e, principalmente conseguir financiamento por parte do privado que fosse explorá-lo.

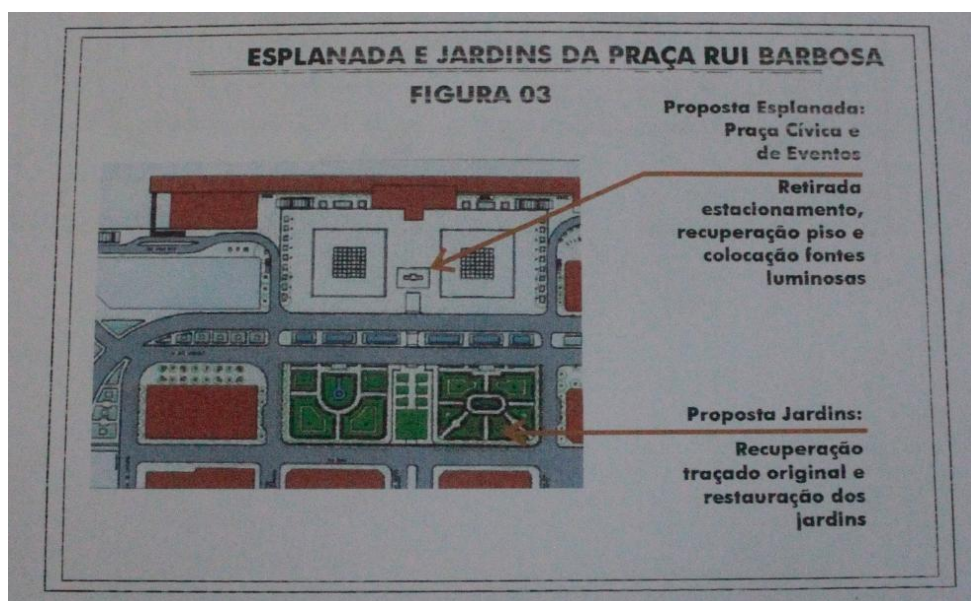
²² A remodelação dos jardins levou a propor a transferência da pista de duplicação da Avenida dos Andradas, ocorrida na década de 60, para cima do canal do Ribeirão Arrudas. Segundo a Memória do Projeto (2003) como o Ribeirão Arrudas já se encontrava canalizado, esta pronta para receber capeamento, ter suas muretas suprimidas, no trecho da praça e adjacências, o suficiente para o desvio e retorno da pista ao seu leito. Até o ano de 2003 não havia previsão de implantação para este trecho do projeto.

Figura 19 – Projeto global.



Fonte: BELO HORIZONTE, 2003, p. 15.

Figura 20 – Etapas do projeto.



Fonte: BELO HORIZONTE, 2003, p. 8.

Segundo a memória do projeto (2003) “[...] a Esplanada foi escolhida como o primeiro trecho de intervenção pela proximidade com o recém instalado Museu de Artes e Ofícios e a futura Estação de Integração Aarão Reis”. As perspectivas eram que “[...] a intervenção possa ter um efeito multiplicador capaz de alavancar a requalificação de todo o Hipercentro. O impacto na revitalização daquela área e sua apropriação imediata deverão induzir a continuação das obras para toda a praça e entorno” (BELO HORIZONTE, 2003, p. 18).

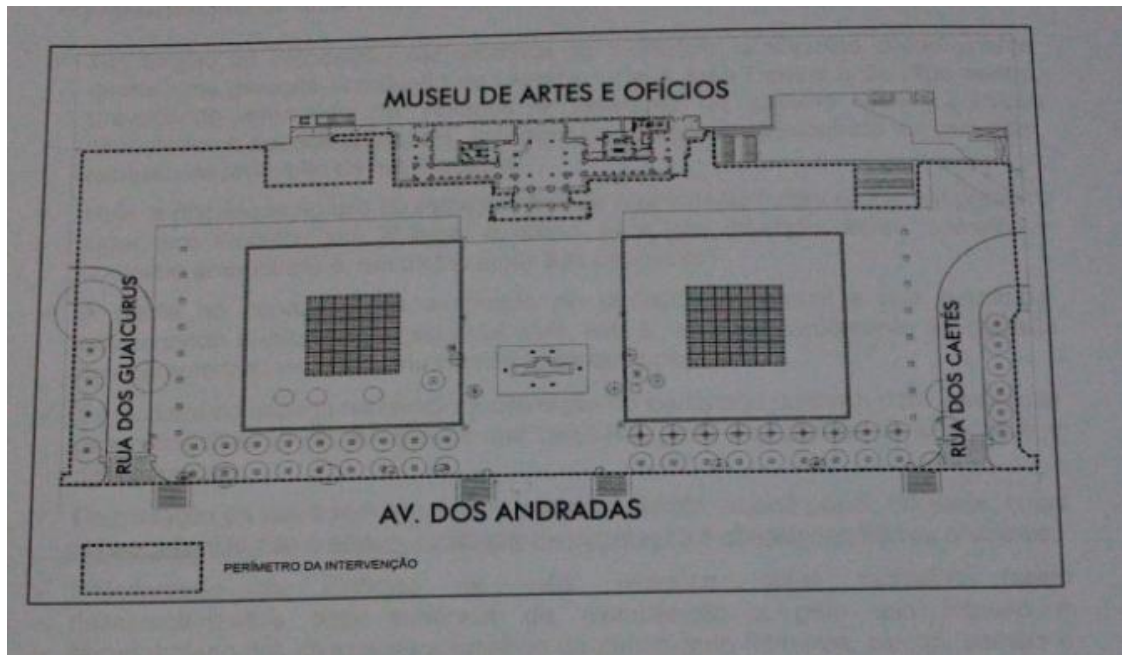
O documento destaca também que a Esplanada é o local onde a Prefeitura de Belo Horizonte realiza os eventos de maior concentração de público, como festivais de teatro e dança, festas, feiras, comícios, shows e espetáculos, e que, embora se trate de um espaço de localização estratégica, junto a equipamentos públicos de grande importância na cidade – a Estação Central do Trem Metropolitano, o Museu de Artes e Ofícios, o Parque Municipal, a Serraria Souza Pinto –, a área se apresenta hoje como local extremamente degradado, com asfaltamento quase total, dificuldades de acessibilidade de pedestres, tráfego desordenado, ausência de instalação de acesso à Estação, passeios deteriorados, dentre outros aspectos.

A requalificação da Esplanada visa a criação de um espaço vocacionado para pedestres e eventos, maximizando as possibilidades de utilização da Estação Central do Trem Metropolitano e do Museu de Artes e Ofícios. A área tem caráter referencial para a população e a melhoria das condições de acessibilidade é fundamental para a apropriação do espaço (BELO HORIZONTE, 2003, p. 32).

O projeto²³ para a Esplanada (FIGURA 21) é o de uma “Praça cívica e para eventos”, com a retirada dos estacionamentos, a recuperação do piso e a criação de duas fontes sem espelho de água. A expectativa é que aquele espaço seja apropriado e que isso tenha um impacto na área central (Hipercentro) como um todo. Como expressa Jacobs (2011), “as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que as utilizassem”. Como veremos no último capítulo, o fato de a Praça da Estação ser um espaço sem sombra nem atrativos faz com que ela seja, no cotidiano, utilizada só nas “bordas” onde existem alguns bancos e sombras e onde se localizam os pontos de ônibus, os quais não possuem nenhum tipo de amparo para as pessoas que esperam em longas filas. Só nos dias de eventos e manifestações a Praça é utilizada e ocupada em toda a sua extensão.

²³ O projeto implementado contemplou: restauração do monumento à Terra Mineira; implantação de piso de grande resistência (concreto rosa, remetendo ao saibro, calçamento original da praça), com reformulação do sistema geral de drenagem e execução de infraestrutura elétrica para eventos; dois conjuntos de fontes, localizado ao centro, cada uma com 36 repuxos, sem formação de espelho d'água (com grelhas metálicas junto ao chão); substituição do antigo sistema de iluminação pública por equipamentos mais modernos; substituição de todo o revestimento dos passeios da Rua dos Caetés, Guaicurus por mosaico português; manutenção do paralelepípedo nos pisos das vias de circulação de veículos das ruas Guaicurus, Caetés e Aarão Reis; novo projeto paisagístico; realocação e padronização de mobiliários; supressão definitiva do estacionamento rotativo da esplanada que volta a ser para uso de pedestres.

Figura 21 – Perímetro de intervenção.



Fonte: BELO HORIZONTE, 2003, p. 8.

Com o início das obras do MAO a estação de trens foi deslocada para os prédios anexos à Praça e as obras da estação de metrô tiveram início, deslocando o fluxo de pessoas do prédio da Estação Central para outros espaços. As obras de adaptação das plataformas para abrigar as galerias expositivas, bem como a requalificação dos ambientes da Estação se estenderam até dezembro de 2005. Com isso, o prédio se esvaziou de sua função de Estação, espaço da prática, para dar lugar a um museu, espaço de representação. Segundo depoimento da empresária antes da implantação do Museu, “Não existia a Praça, isso era um estacionamento. O asfalto chegava até na porta do museu [...] era um estacionamento pequeno que privilegiava umas poucas pessoas e era isso. Tinha um grupo de lavadores de carro que tomava conta daqui...” Com relação ao prédio, ela afirma:

O prédio estava desativado há muitos anos, em péssimas condições de conservação. Nós tínhamos embaixo, aqui no térreo, um bar que funcionava, um bar que também não tinha a situação regularizada. O imóvel pertence a Prefeitura obviamente, então era uma pessoa, era um particular que explorava o bar embaixo e na parte de cima tinha uma associação de pessoas que curtem aeromodelismo, era isso que tinha aqui [...] Muitos anos desativada como estação de trem de ferro, mas funcionava uma parte ali, o finalzinho da estação, funcionava bilheteria para os metrô e para o trem da Vale.

Com “pessoas que curtem aeromodelismo”, a empresária faz referência à Associação Mineira de Ferromodelismo (AMF), fundada em Belo Horizonte no dia 21 de outubro de

1964 e que funcionou na Estação durante 20 anos, de 1982 até 2002 quando o prédio começou a ser restaurado e eles tiveram que sair. Numa entrevista realizada²⁴ com José Ramiro Trindade do Nascimento, fundador da Associação, ele conta: “Em março de 1982, comecei a fazer a maquete lá [Edifício Central da Estação], era a maior sala que existia na época. Depois dessa modificação dessa mulher nunca mais entrei lá [...], só passo frente à Estação, mas nunca tive curiosidade. Eu quando tomo raiva de uma coisa, eu tomo raiva de tomar raiva mesmo”. Ele conta também como foi a saída da Associação do prédio:

Aí minha filha, essa mulher chegou lá na Estação e tomou posse. Alguém passou para ela o prédio. Então nos tirou de lá... tirou primeiro o metrô. [...] Eu sabia que ela ia nos tirar já quando tirou. Antes ela tirou o metrô, se ela tirou o metrô que é muito maior do que nós... não ia tirar a gente? [...] Eu cheguei um sábado [...] - “Uai! eu tô vendo o céu aqui!” Aí passou o operário - “Vocês já tiraram o telhado daqui de cima deles?” - “Já”. -“Vocês nem para avisar a gente, hein?” [...] -“Esse trem que tem aqui, alguém fez isso aqui, e isso não pode ver chuva”. Aí comecei a desmanchar na mesma hora! Eles tiraram o telhado de cima da gente, só ficou o teto.

Segundo o depoimento de Ramiro, havia pessoas da Associação que queriam permanecer lá e levar o caso na justiça. Ramiro conta que teve vários encontros com gente do metrô e com Angela Gutierrez, mas que, “na cabeça dele, ele já tinha colocado que iam ter que sair de lá”. Sobre a mudança do local, ele diz: “Nossa! Tinha muita visita, nossa mãe! Tinha mais do que aqui, aqui praticamente não vem visita nenhuma, que aqui é mais escondido, lá era mais na rua. A pessoa vê, acaba entrando e fica sabendo... lá tinha muita visita”.

²⁴ DO NASCIMENTO, José Ramiro Trindade. Belo Horizonte, 08 fev. 2015. Entrevista concedida à autora.

Figura 22 – Maquete da Associação Mineira de Ferreomodelismo.



Fonte: Arquivo pessoal de Jose Ramiro Trindade do Nascimento.

Visitei a AMF no local onde funciona desde sua saída da Estação até hoje, na Rua dos Tapuias, nº 49, Floresta. Os sócios se encontram lá todo sábado e domingo. São, na maioria, idosos. Além de curtir o ferromodelismo, eles se encontram para conversar e tomar café. Ramiro adora contar histórias do trem que saía da Estação e chegava ao Rio de Janeiro, da quantidade de pessoas que o utilizava. Mostrou-me os desenhos da nova maquete, explicou-me que algumas réplicas de prédios na maquete “não deveriam estar ali porque não respeitam a escala”, indicou-me na maquete o pequeno cemitério onde estão enterrados os sócios que já morreram. O clima do lugar, a vontade dessas pessoas de contar suas histórias, a paixão pelo trem e pelos trenzinhos me fazem acreditar que não há lugar melhor para eles do que a Estação Central, e que o projeto do MAO (mas, sobretudo, a cidade) perdeu muito com a saída deles de lá.

Outros conflitos com a implantação do museu ficaram registrados na dissertação de mestrado, “Diálogos Públicos no Centro de Belo Horizonte: Mapas de sentidos em comunicação urbana”, na qual Gonzaga (2009) registra uma série de situações comunicativas que acontecem durante as reformas para implantação do MAO e nos jardins (Praça Rui Barbosa). Os registros foram realizados no ano de 2005 e deixam entrever de que maneira as reformas alteram a dinâmica do local, modificam territórios construídos socialmente,

estabelecem barreiras, e se constituem em documentos da voz de quem habita, relacionando-se de forma intensa e contínua com aquele espaço.

Os diálogos públicos²⁵ na Praça da Estação se materializam sob a forma de frases rápidas, que conectam as inscrições dos trabalhadores que passam apressados, mas que nem por isso desconhecem a realidade urbana que se experimenta neste espaço público. Portanto, os diálogos públicos em circulação no território da Praça da Estação evidenciam uma participação das pessoas, que mesmo sem um tempo ampliado para se dedicar a esta prática comunicativa de escrita da cidade, enunciam suas falas na cidade marcando seu lugar na participação nos processos urbanos (GONZAGA, 2009, p.128-129).

Através desses registros é possível observar que a implantação do MAO não aconteceu sem críticas por parte da população. As primeiras intervenções registradas por Gonzaga foram realizadas nos tapumes para tampar as obras. As mensagens, ou diálogos públicos, são direcionados a reivindicar o caráter “público” do espaço, exigindo informação e manifestando o incômodo causado pela duração das obras de implantação do museu.

Figura 23 – Implantação do MAO [1]



“Quando este museu vai ficar pronto”, “Não é da sua conta!”, “É sim da nossa conta!”, “O povo que sabe seus cu de cabra”. Data: 28 jul. 2005.

Fonte: GONZAGA, 2009, p. 70.

As pixações registradas questionam os “gastos” realizados nas reformas do prédio para a implantação do museu e exigem prestação de contas e transparência.

²⁵ A autora entende os diálogos públicos como as práticas comunicativas que os sujeitos da cidade realizam de modo a propor uma interlocução com os outros que compartilham e vivenciam o mesmo espaço.

Figura 24 – Implantação do MAO [2].



“Quando já gastaram com este museu?”. Data: 12 set. 2005
Fonte: GONZAGA, 2009, p. 70.

Figura 25 – Implantação do MAO [3].



“Exigimos prestação de contas deste museu!”. Data: 12 set. 2005
Fonte: GONZAGA, 2009, p. 70.

O objeto de questionamento das pixações é, principalmente, o museu, deslegitimando de alguma maneira o seu processo de implantação. Lembrando que, com as obras no prédio da Estação, o banheiro público ficou inacessível para a população, outras pixações (FIGURA)

trazem à luz os usos daquele espaço antes das obras e o fato de que esses usos foram negligenciados por parte dos planejadores²⁶.

Figura 26 – Implantação do MAO [4].



“Queremos banheiros público”. Data: 12 set. 2005.

Fonte: GONZAGA, 2009, p. 72.

Os registros feitos por Gonzaga (2009) no ano de 2005 nos lembram também de que, à época, os fotógrafos Lambe-lambe que trabalhavam na Praça Rui Barbosa não foram informados das reformas e que tiveram que improvisar formas de comunicar aos seus clientes sobre a mudança de local – o fato de os primeiros avisos terem sido feitos a caneta é um indicativo, segundo Gonzaga, do improviso.

Figura 27 – Reforma da Praça Rui Barbosa [1]



“Os fotografo lamb Lamb esta na Rua Arão Reis atrás do Ed central foto 3X4 2X2”. Data: 24 jan. 2006.

Fonte: GONZAGA, 2009, p. 74.

²⁶ A reivindicação por mais banheiros públicos no Centro da cidade é uma constante.

Figura 28 – Reforma da Praça Rui Barbosa [2]



“Por motivo de reforma da Praça Rui Barbosa, nós Fotógrafos e lambe-lambe, estamos trabalhando na rua Arão Reis, atrás do Prédio Central, em frente a estação de trem”. Data: 25 jan. 2006.

Fonte: GONZAGA, 2009, p. 74.

A Praça dos fotógrafos lambe-lambe também foi apagada. O ofício também passou por um processo de patrimonialização²⁷, e os fotógrafos que trabalhavam na Praça Rui Barbosa foram retirados e realocados no parque municipal. Fomos até lá para conversar com algum deles, infelizmente nenhum dos fotógrafos que localizamos tinha trabalhado na época na Praça Rui Barbosa.

2.2 Nessa rua tem um rio.

Quando da construção da cidade, os esgotos gerados e não tratados foram depositados diretamente no leito do Arrudas, o que provocou a poluição do Ribeirão e de vários dos seus córregos afluentes. Ao longo desse processo de poluição os córregos afluentes foram primeiramente canalizados a céu aberto, depois cobertos por avenidas sanitárias, e agora mais recentemente, transformados em Boulevares. Esse modelo transforma definitivamente a paisagem, oculta a natureza do rio em canais fechados. A visualização da passagem dos córregos pela cidade ficou, dessa forma, sacrificada aos imperativos da necessidade funcional da fluidez e do aumento das caixas das ruas para o tráfego de veículos (POLIGNANO, 2010).

²⁷ Em 2012, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte concluiu, junto ao IEPHA, o processo de registro do ofício do fotógrafo lambe-lambe como bem cultural imaterial. O documento foi elaborado entre 2008 e 2011, em três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação.

Na área de interesse desta pesquisa, foi construído o “Bulevar Arrudas”, finalizado em maio de 2007 e que formou parte do Projeto Linha Verde do Governo do Estado²⁸, cujo objetivo era ligar o Centro da capital ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, através da construção de uma via de trânsito rápido. A obra consistiu na cobertura do Ribeirão Arrudas com o objetivo de dar lugar a pistas mais largas para o tráfego. Junto com o “Bulevar Arrudas” foi realizada a segunda etapa do projeto arquitetônico, a restauração dos “Jardins” (Praça Rui Barbosa). As premissas do projeto, segundo o site do Escritório da B&L Arquitetura, eram a “recuperação” dos jardins, desfigurados pela duplicação da Avenida dos Andradas na década de 1960, e a conformação de um amplo espaço para lazer, recreação e manifestações da cultura popular.

O recobrimento do leito do Ribeirão Arrudas, além de dar lugar a novas pistas, é visto como uma “solução” que permitiria integrar todo o conjunto, “de forma a restabelecer o desenho original”. Observamos que os documentos referentes às intervenções no conjunto urbano da Praça da Estação não fazem referências ao Ribeirão Arrudas como parte da paisagem, neste sentido, a criação do Bulevar Arrudas acaba por eliminar qualquer vestígio da existência de um rio. Como uma singela homenagem, o projeto propõe uma “[...] nova paginação das calçadas da avenida dos Andradas em pedra portuguesa (padrão em ondas – referenciando o Ribeirão Arrudas)” (BELO HORIZONTE, 2005, p. 251).

²⁸ O Projeto Linha Verde, lançado em 24 de maio de 2005 pelo governo do estado de Minas Gerais, foi um conjunto de obras viárias que envolveram Belo Horizonte e a região metropolitana. A Linha Verde é uma via de trânsito rápido que liga o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins.

Figura 29 – Praça da Estação antes do Bulevar Arrudas (1990).



Fonte: TREVISAN, 2012, p.30.

Figura 30 – Praça da Estação após a implantação das obras do Bulevar Arrudas (2007).



Fonte: TREVISAN, 2012, p. 30.

O Bulevar Arrudas foi muito celebrado pela imprensa, destacando de um lado a valorização que a obra trouxe aos imóveis da região central (aumento da demanda e dos valores), assim como pela reforma que a obra implicou para Praça Rui Barbosa.

A beleza e limpeza da Praça Ruy Barbosa, no Centro da capital, com seus jardins bem cuidados, fontes e iluminação diferenciada, estão sendo comprometidas por prédios no entorno, com fachadas pichadas, descascando e com rachaduras, desvalorizando a revitalização do local. A obra faz parte do conjunto de intervenções da Linha Verde, uma via de trânsito rápido, que liga o Centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins (MARQUES, 2007).

Observamos, mais uma vez, como a imprensa colabora e celebra uma imagem do local através de valores como “beleza” e “limpeza”, que acabam sendo utilizados como sinônimos de revitalização, embora saibamos que uma vista bonita pode funcionar como um complemento, mas não sustenta por si só a vitalidade de um local.

Se o Bulevar Arrudas foi celebrado por uma parte da imprensa, de outro lado temos também alguns projetos que problematizam a relação da cidade com os rios urbanos. Desde o campo artístico, por exemplo, o Projeto Entre Rios e Ruas²⁹ procura refletir acerca das relações entre cidade, meio ambiente e indivíduo, tendo como ponto de partida a relação que Belo Horizonte estabeleceu desde sua fundação e estabelece ainda hoje com os rios e córregos presentes em seu território. A criadora do projeto, a artista plástica e mestre em artes visuais, Isabela Prado, relata como o projeto surgiu de uma experiência/percepção pessoal:

Em 2006, volto a Belo Horizonte após cinco anos de ausência. Em meio ao estranhamento já previsível em situações desse tipo, deparo-me com uma alteração importante na paisagem local, quando parte do Ribeirão Arrudas, um rio muito presente na história, na memória, na paisagem da cidade, deixa de existir ao ser encoberto por uma avenida. O rio se apaga da paisagem, em nome da chamada *Linha Verde – Boulevard Arrudas*. Havia propagandas na mídia local, nas traseiras dos ônibus, vendendo uma cidade feliz que enterrava seu rio. Achei que ali havia um ponto para reflexão. De repente, o rio desapareceu da paisagem – embora de fato continuasse lá, como poeira embaixo do tapete (PRADO, 2013, p. 300).

Outras ações questionam a cobertura do Ribeirão Arrudas como um retrocesso no planejamento em nome do projeto rodoviário. O documentário “Ainda Ribeirão Arrudas”, com direção de Cardes Monção Amâncio, também questiona se há um modelo alternativo ao que se está implantando e se a cidade é pensada para as pessoas ou para os automóveis. Numa das falas do documentário, o fundador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer, expressa:

²⁹ Composto por desenhos, fotografias, objetos, vídeos, instalações e performances, Entre Rios e Ruas quer tornar novamente visíveis os rios que correm sob a cidade e, ao explicitar o traçado desses córregos na malha urbana, repensar nossa relação com o que está a nossa volta [...] Busca-se, por meio da metáfora, da participação do espectador e da experiência espacial, uma proposta de recriação da cidade, ativada pela arte e sua força de invenção (PRADO, 2013, p.199).

[...] após matar o rio colocaram o rio no caixão e depois fizeram a tampa por cima e para disfarçar o crime puseram flores ao lado para esconder o mau cheiro do cadáver, perfeito né? Então, na verdade, você fazer um Bulevar, botar trânsito encima do rio eles estão querendo que a gente esqueça o papel do rio numa cidade (AINDA..., 2014).

Recentemente, alunos do 8º período de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas) fizeram uma intervenção urbana ao longo do Ribeirão Arrudas, no trecho entre a Praça da Estação e o Parque Municipal, no Centro de Belo Horizonte, simulando o velório do Arrudas (Figura 31).

Figura 31 – Intervenção “simula” velório do rio Arrudas.



Fonte: OLIVEIRA, 2014.

Entendemos que um diferencial da revitalização da Praça da Estação é que ela foi realizada no marco de um conjunto de obras viárias. Neste sentido, o projeto de revitalização legitimou a cobertura do Ribeirão Arrudas como uma possibilidade de retomar o “desenho original” da Praça Rui Barbosa e de integrar os dois espaços.

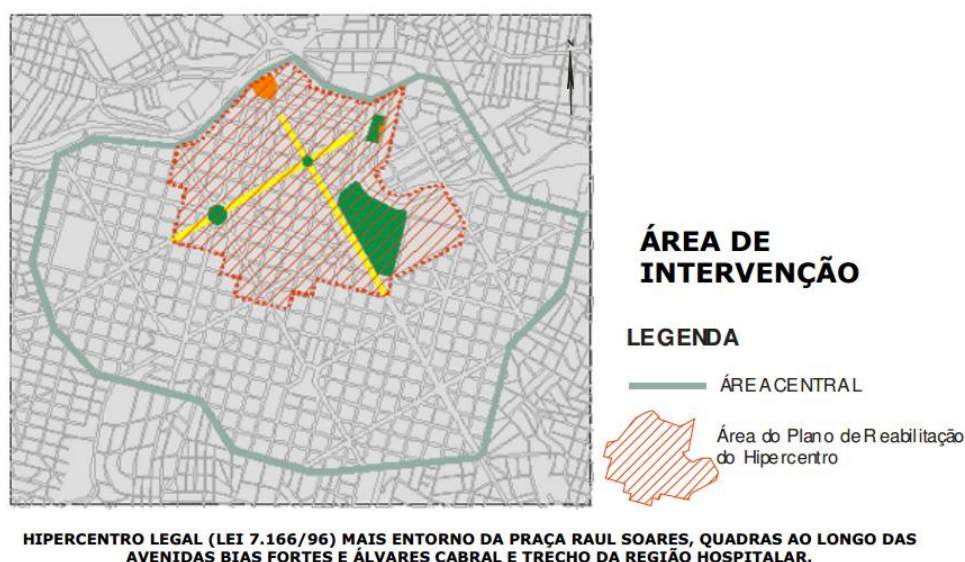
2.3 A Praça no Hipercentro.

O Programa Centro Vivo, implementado em 2004 pela PBH e, posteriormente, o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte de 2007, tomam como área de estudo

o Hipercentro Legal de Belo Horizonte (FIGURA 32), identificando, dentro dele, subáreas como, por exemplo, a Praça da Estação. Neste sentido o nosso objeto de análise é, de um lado, inserido dentro de uma dinâmica maior e, de outro, recortado em suas próprias especificidades. Além da definição legal, é importante destacar que “A região chamada de Hipercentro em Belo Horizonte é o ponto privilegiado para a expressão da heterogeneidade que caracteriza a cidade. É nesse espaço que pessoas dos mais diferentes e distantes bairros podem se encontrar e desenvolver atividades políticas, artísticas e culturais” (SILVA, 2008, s.p).

Figura 32 – Área de intervenção do Plano de Reabilitação do Hipercentro.

PLANO DE REABILITAÇÃO DO HIPERCENTRO



Fonte: BELO HORIZONTE, 2004.

A diferença do projeto arquitetônico para a Praça da Estação que procura, através do desenho, qualificar aquele espaço como uma “praça cívica e de eventos”, caracterizando determinado tipo de usos para o local, o programa Centro Vivo lança um olhar mais amplo sobre a dinâmica de apropriação que já acontece no local a partir de uma metodologia de “diagnóstico” e define as principais problemáticas e “soluções”. O Programa é definido como um “conjunto de obras e projetos sociais da Prefeitura que prevê a requalificação de espaços coletivos da área central de Belo Horizonte. A iniciativa veio para reforçar o centro como região simbólica da cidade, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-o

como local de encontro de todos” (PBH). Mas o que significa “reforçar o papel dessa área como centro simbólico da cidade”? Aquele espaço deixou de ser uma referência para quem?

O programa procura inserir-se e reforçar uma mudança de paradigma na gestão da cidade: da “cidade para o capital” a “cidade para o cidadão”. Neste sentido há uma leitura das décadas de 1960 e 1980 como a época da “cidade para o capital”, e de uma gestão da cidade orientada para um modelo de crescimento e desenvolvimento caracterizado pela exclusão e segregação sócio-espacial. Em contraposição, a década de 1990 quer se apresentar como uma ruptura a esse modelo, propondo uma “cidade para o cidadão”. Decorrente desse modelo, algumas das propostas são: a requalificação e valorização do patrimônio natural e construído, assim como uma participação popular no processo de gestão da cidade.

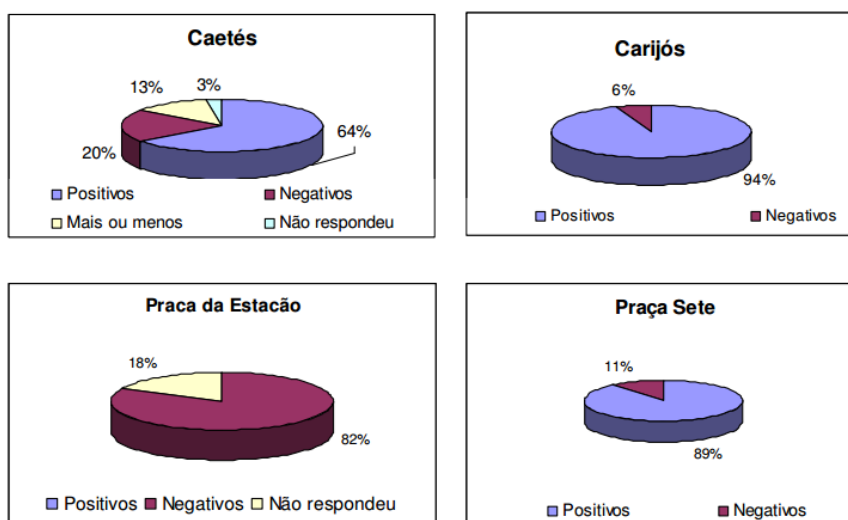
No nome dado ao programa “Centro Vivo” já podemos perceber que as propostas partem da hipótese do Centro como um espaço sem vitalidade, já nas fundamentações, para os planejadores, revitalizar, dar vida ao espaço, pressupõem uma série de ações e reformas com o objetivo de reverter o processo de “popularização” do Hipercentro de Belo Horizonte e, por “popularização” entende-se uma “área [que] continua viva e diversificada, porém com atividades de caráter mais popular: espaço depreciado e abandonado pelo “capital” mas intensamente apropriado pelo “social” (BELO HORIZONTE, 2004, p.7). Essa imagem corresponde com a do público que não frequenta a área e que, como expressa o documento, tem uma imagem de um local inseguro e degradado.

Os diagnósticos realizados sobre o Hipercentro apontam uma descaracterização e redução do dinamismo socioeconômico, assinalando como causas (ou consequências): a perda de atividades tradicionais e substituição de comércio e serviços (fechamento de cinemas, bares, restaurantes e fuga do comércio de “elite” para outras áreas da cidade), a perda de população residente e as dificuldades para venda de apartamentos, muito grandes, sem garagem, com condomínio e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) caros e os conflitos de uso entre pedestres, veículos e mobiliário urbano. São apontados como problemas da área, segundo as pesquisas de opinião, a presença de lixo, população de rua e o mau estado de conservação das calçadas, assim como a localização do mobiliário urbano. O grande volume de ônibus, o trânsito, o barulho e a poluição não são apontados como problemáticos ao local. Finalmente os diagnósticos assinalam “mudanças na percepção e na ação com relação à degradação do Hipercentro por parte do mercado imobiliário, iniciativas privadas, poder público e população” (BELO HORIZONTE, 2004, p. 19).

Quanto às intervenções feitas na Praça da Estação, o Programa destaca que estas têm como objetivos a recuperação do marco simbólico, como portal de entrada, a adequação do espaço público para manifestações e eventos e uma melhoria do acesso à Estação Central do Trem Metropolitano. A ideia de criar um espaço para manifestações é algo recorrente nos discursos em torno à Praça da Estação. As propostas para a Praça da Estação – inserida no Conjunto Urbano Praça da Estação e Adjacências – têm a particularidade de procurar “reforçar” sua “vocação” de palco para a cultura, não havendo nenhuma referência ao local como um espaço em que a cultura se expressa no cotidiano. A praça  , mais uma vez, apresentada como palco ou espaço vazio entre equipamentos culturais. Sendo a “cultura” um dos principais dispositivos a partir dos quais se pretende revitalizar o local,   importante deslindar qual no o de cultura subjaz nesses projetos. Entendemos que subjaz nos projetos uma concep o da cultura enquanto um atributo externo, embutido em coisas, institui es. Essa concep o, como expressa Meneses   “necessária   opera o do mercado, realidade onipresente em nossa sociedade e que facilmente consideramos onipotente. Por isso   que costumamos aceitar, acriticamente, que, entre nós, a cultura seja tratada como apenas um segmento específico da vida” (MENESES, 2004, p. 202).

  importante destacar que, diferentemente dos comerciantes de outros locais no Hipercentro, os comerciantes da subárea da Praça da Esta o consideraram as reformas de forma negativa, como mostram os gráficos:

Figura 33 – Avalia o dos comerciantes.



Fonte: BELO HORIZONTE, 2004, p. 47.

A postura dos comerciantes e camelôs diante das reformas é complexa. Se por um lado há certa expectativa em relação às melhorias que podem trazer as reformas para os seus estabelecimentos, por outro essas expectativas nem sempre são realizadas.

O comerciante Geraldo Alcebíades, de 49, 32 deles trabalhando em frente à Praça da Estação, acredita que a revitalização vai atrair eventos culturais e shows de grande porte para o espaço, mas reclama das mudanças promovidas pela BHTrans na *rua Araújo Reis* – onde está sendo construído um acesso subterrâneo para a estação do metrô. “Como eles tiraram várias linhas de ônibus daqui, nosso movimento caiu em mais de 60%”, lamentou. (ANDRADE, 2004, p. 24).

Outro que não gostou da queda dos negócios foi Jose Antonio de Lima, de 47. “Bonita a praça ficou, mas com a retirada dos ônibus, para nós que vivemos das vendas no bar, ficou ruim”. [A obra faz parte do projeto Centro Vivo] (ANDRADE, 2004, p. 24).

A frase “Bonita a praça ficou, mas [...]” tem um grande poder de síntese, o comerciante pode (ou não) reconhecer/assentir que a Praça ficou bonita, mas isso não muda em nada a vida dele. Observamos que as mudanças relativas aos pontos de ônibus, principalmente na Rua Araújo Reis, sempre geram tensões com os comerciantes, pois a dinâmica que se estabelece em torno da Praça está muito ligada ao fato de ser um local de grande concentração de pontos de ônibus, na qual os passageiros, na espera do seu ônibus, consomem nas lojas. Aqui é importante destacar que muitas vezes a duração das obras pode ter como objetivo a degradação de uma área. No caso da Rua Araújo Reis observamos que é uma tendência ou estratégia o fato de as obras se prolongarem por muito tempo, o que leva a muitos dos lojistas não só a diminuir seu volume de vendas, como, no pior dos casos, a ter que passar o ponto por não conseguir pagar os aluguéis.

Outra mudança significativa foi à retirada dos camelôs das ruas do Centro e a criação dos shoppings populares. No dia da inauguração das reformas da praça, que teve a presença do então governador do Estado Fernando Pimentel (PT), os camelôs aproveitaram para protestar contra a retirada de vendedores ambulantes das ruas.

A ideia de criar, na Praça da Estação, um novo espaço de manifestação foi um projeto proposto pelo secretário de Política Urbana e Ambiental, Murilo Valadares, com o objetivo de restringir os protestos na Praça da Estação, fato que despertou polêmicas e foi contestado pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte.

A prefeitura Belo Horizonte quer restringir os grandes protestos populares à Praça da Estação, afastando de vez o tumulto na porta da sede do Executivo, na avenida Afonso Pena, em dias de passeatas e manifestações. “A cidade não tem onde concentrar esses eventos, por isso queremos incentivar a realização de encontros e protestos lá”, salienta o secretário de Política Urbana e Ambiental, Murilo Valadares, lembrando que o espaço da Praça Sete é restrito a pequenas concentrações de pessoas. Mas representantes sindicais já ensaiam um protesto contra a intenção da PBH. “Queremos gritar e mostrar nossa indignação para quem precisa nos ouvir. No nosso caso é o prefeito e o melhor lugar para manifestações é na porta da prefeitura”, avalia o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Belo Horizonte (Sindibel), Robson Itamar (ODILLA, 2003, p. 24).

A ideia de que a cidade não tem onde concentrar esses eventos (protestos) é, no mínimo, polêmica. A intenção de criar um espaço para isso é, de um lado, garantir que a cidade continue a “funcionar”, sem obstrução das vias (A prefeitura de Belo Horizonte se localiza na Avenida Afonso Pena), assim como a perda do valor simbólico dos protestos, pois não conseguimos imaginar qual a carga simbólica de um protesto que, tendo como alvo alguma política do prefeito, seja realizado em frente a um museu. A referência à Praça Sete como local restrito a pequenas manifestações vai também na mesma linha de impedir que manifestações comprometam a circulação na cidade, lembrando que a Praça Sete não é mais uma Praça, ela é a maior encruzilhada da cidade, o cruzamento da Avenida Amazonas com Afonso Pena que liga a cidade norte-sul e leste-oeste.

Em 2007 houve uma mudança na legislação do Hipercentro, a través da lei nº 9.326³⁰, e foi lançado o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte³¹, que reforça as ações do Centro Vivo. O documento apresenta diretrizes a serem seguidas para “melhor ocupação e utilização da região central da cidade”. Como fica expresso no portal da PBH,

O estudo foi executado para apontar soluções de planejamento, desenho urbano e paisagismo que permitam dinamizar usos e ocupação, implementar a melhoria do ambiente urbano e a valorização das áreas públicas, conferindo às mesmas condições de vida compatíveis com o seu potencial e sua importância na cidade. Neste sentido, seus objetivos específicos são a

³⁰ A Lei nº 9.326, que dispõe sobre normas para adaptação e implantação de atividades específicas situadas no hipercentro de Belo Horizonte, revogou, em seu artigo 24, os incisos do art. 11 do Plano Diretor da cidade (Lei nº 7.165/96) que proibia a construção e ampliação de diversos usos na área central - dentre eles sedes de órgãos federais, estaduais e municipais, sedes de concessionárias ou permissionárias de serviços públicos de água e esgoto, energia, telecomunicações, correios e telégrafos ou transporte ferroviário, quartéis, fóruns e tribunais, campus universitários e escolas superiores e centros de convenções ou de exposições.

³¹ Plano foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas com consultoria da empresa Práxis Projetos e Consultoria Ltda. e colaboração das diversas Secretarias Municipais. A área contemplada pelo Plano “[...] compreende os quarteirões correspondentes ao Hipercentro legal, definido como uma macrozona de Belo Horizonte (lei Nº 7.166/96), acrescidos do Parque Municipal, parte dos quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, dois quarteirões da área hospitalar e quarteirões adjacentes à Avenida Bias Fortes” (BELO HORIZONTE, 2007, p. 1).

melhoria da paisagem, a valorização do patrimônio e dos espaços públicos, o tratamento paisagístico e a despoluição visual dos espaços.

Os diagnósticos realizados ressaltam uma “intensificação do processo de popularização dos estabelecimentos comerciais” vinculando tal processo às transformações estruturais de alguns setores da atividade econômica, tais como: a criação de outras centralidades, a perda de competitividade da área em função da baixa qualidade ambiental, a deterioração física dos espaços públicos e imóveis, e as piores condições de circulação e segurança. Somam-se a essas explicações a maior complexidade da rede de centros envolvendo centros de bairros e centros regionais e polos de comércios e serviços em municípios da Região Metropolitana (Betim, Contagem, Nova Lima) juntamente com a atração exercida por alguns municípios através da adoção de políticas tributárias vantajosas, também contribuíram para esse fenômeno de descentralização e evasão de atividades mais rentáveis do Hipercentro. (BELO HORIZONTE, 2007, p. 6).

Essa leitura do espaço recupera, como no plano anterior, a ideia de um abandono por parte do capital (qual capital: imobiliário?) e de um processo de apropriação social. Estes fenômenos são apresentados numa relação de causa e efeito, sob o tópico de “degradação”, como expressa o documento: “Se o Hipercentro tem sido, em alguma medida ou alguns aspectos, abandonado pelo capital, isto não pode ser generalizado nem visto descolado das formas de apropriação pelos excluídos e populares que tais fenômenos de degradação possibilitaram” (BELO HORIZONTE, 2007, p. 14).

A ideia de “reabilitação” vai ficando reduzida a um processo de recuperação da “competitividade” econômica do Centro através de uma recuperação “simbólica”, e vice-versa. Se a principal causa apontada é o abandono por parte do capital, a solução estaria então na volta deste, fazendo da área um local do seu interesse.

Se, de um lado, se reconhece, como elemento positivo, que a área “continua a exercer função privilegiada no contexto da cidade como espaço democrático, propiciando diversas possibilidades de contato com os mais diferentes públicos [e que estes espaços públicos são] intensamente utilizados, em diferentes dias e horários, seja como local de lazer/descanso, como local de trabalho e consumo ou como local de passagem” (BELO HORIZONTE, 2007, p. 8-9), de outro, há uma vontade explícita de mudar o perfil dos usos e usuários dessa área.

Desconstruindo a hipótese de que a ocorrência de delitos é maior em locais “degradados” o documento destaca duas conclusões:

[...] a primeira indica que as áreas com maior registro de delitos coincidem com as regiões onde se observa o menor número de imóveis. A segunda refuta a correlação clássica entre áreas degradadas e taxas de criminalidade elevadas, não tendo sido encontrada correspondência significativa entre os locais com maior concentração de imóveis deteriorados e os mais altos níveis de ocorrência policial (BELO HORIZONTE, 2007, p. 11).

Destaca-se, por suas características e dinâmicas, uma tipologia particular de crimes, a primeira contra o patrimônio, sendo de pouca significação a ocorrência de crimes contra pessoas, sobretudo homicídios. Segundo as pesquisas os dados apontam que “[...] se o alto volume de pessoas, sobretudo durante o dia, dificulta, por um lado, a ocorrência de determinados delitos como o roubo a mão armada, cria condições favoráveis para incidência de outras categorias delituosas como o furto e o roubo a transeuntes”. (BELO HORIZONTE, 2007, p. 10-11).

Chama a atenção que, se de um lado as pesquisas não apontam altos índices de criminalidade na área, de outra falam de uma “melhoria das condições de segurança” vinculada à “retirada dos camelôs das ruas, a requalificação de espaços públicos com melhoria de iluminação pública”, e “ordenamento de calçadas, dos pontos de ônibus e do mobiliário urbano” assim como das ações integradas da Polícia Militar com outros setores. Observa-se que o que muda é a “sensação de insegurança”.

3.4 O conjunto urbano como fronteira.

Em 2009, o Instituto Antonio Mourão Guimarães (IAMG)³² desenvolveu um projeto de criação de um espaço cultural multiuso no imóvel localizado na Praça da Estação, 104, “[...] o Cento e Quatro é inaugurado no prédio centenário em 2009. Foco de ocupação e produção artística, o edifício sinaliza uma retomada da função simbólica da Praça da Estação – conectar Belo Horizonte com o resto do mundo (CENTO E QUATRO). No memorial descritivo, elaborado pela coordenadora Inês Rabelo, a proposta do Espaço 104 procura reforçar as ações de revitalização realizadas na região.

O edifício tombado faz parte do Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação, visto como região prioritária na preservação da memória da cidade

³² Entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver e promover programas no campo da cultura, educação e inclusão social fundada por iniciativa do Grupo BMG.

e está inserido em uma das áreas privilegiadas pelo projeto de revitalização do Centro de Belo Horizonte. O prédio fica próximo às estações ferroviária e rodoviária. É vizinho do Museu de Artes e Ofícios, do Centro Cultural UFMG, da Casa do Conde FUNARTE e da Serraria Souza Pinto. Sua localização convoca a expressão da heterogeneidade que caracteriza a cidade e vem ao encontro do objetivo do IAMG [Instituto Antonio Mourão Guimarães] de proporcionar a democratização do acesso à cultura. Além disso, contribui para sedimentação de um grande espaço de convergência cultural da cidade [...] o instituto está convicto de que a ação de restauro e adaptação do imóvel contribuirá para a preservação do patrimônio histórico da cidade, promovendo a cidadania através da cultura (BELO HORIZONTE, 2008, p. 18).

Ao contrário do CentoeQuatro que se insere na história do espaço desde uma perspectiva do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, o Edifício Central vem sendo tratado, principalmente pelos órgãos ligados ao Patrimônio e pela imprensa, como obstáculo visual que “destoa” do conjunto. Numa entrevista³³ com o síndico do Edifício, Antônio Eustáquio, chegou a comentar que já houve boatos de que iriam implodir o prédio. Embora excluído da história oficial do Conjunto Arquitetônico, o Edifício Central forma parte e contribui à dinâmica do espaço desde a década de 1960, e tem tentado inserir-se num diálogo com o Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação.

O prédio foi projetado em 1962 e inaugurado em 1966. Dos documentos consultados relativos ao Conjunto existe só um trabalho realizado no marco do Projeto 4 Estações (2001) relativo à identificação e distribuição das atividades econômicas do Edifício Central, por este situar-se na “área de abrangência” do projeto. Segundo o relatório³⁴,

A forma de utilização do Edifício Central tem variado, da mesma forma que as funções, ao longo das últimas quatro décadas. Em vez de mercado tornou-se um centro comercial bastante dinâmico nas décadas de 70 e 80. Sua posição estratégica em relação às vias e suas lojas abertas ao movimento de passantes foram fatores favoráveis à diversificação e ao crescimento dos negócios. O pavimento térreo sempre foi multifuncional enquanto que os andares superiores seguiram tendência à especialização [...] (BELO HORIZONTE, 2002, p. 5).

O Edifício Central com seu andar térreo voltado para a rua faz com que o diálogo deste com a rua seja muito intenso. Essa dinâmica é ainda maior devido a concentração dos pontos de ônibus, principalmente na rua Aarão Reis. Como expressa o relatório,

³³ EUSTÁQUIO, Antônio. Belo Horizonte, 23 jan. 2015. Entrevista concedida à autora.

³⁴ As fontes utilizadas foram a pesquisa direta, os arquivos da Administração do Condomínio e a Pesquisa Antropológica feita pela IZLP Arquitetos Associados/Práxis Projetos e Consultoria para o Projeto 4 Estações em dezembro de 2001. (BELO HORIZONTE, 2002).

Os passageiros são a principal clientela dos negociantes do piso térreo e os negócios voltam-se cada vez mais para a comercialização de produtos de primeira necessidade e bens de consumo imediato. Como estas linhas circulam por barros muito periféricos, aflui uma clientela de baixo poder de compra. Independem deste movimento os serviços especializados, sobretudo os prestados pelo Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais – IPSEMG (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2002, p. 5).

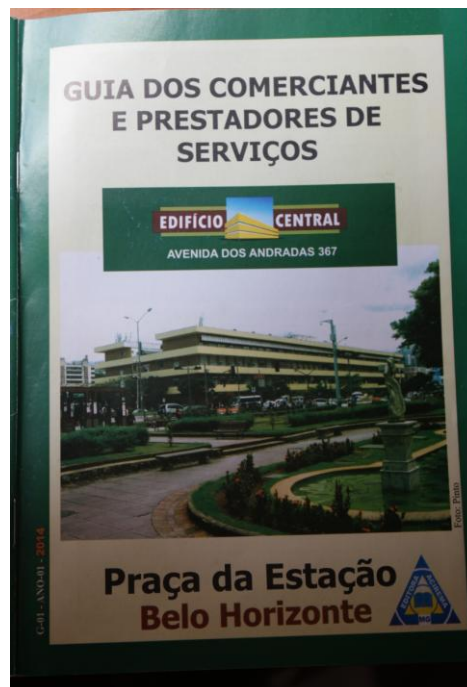
As varandas do Edifício são as únicas com acesso livre a partir de onde é possível ter uma visão panorâmica da praça e de todo o Conjunto. A noite só as lojas que têm saída para rua permanecem abertas. No interior, seus corredores estreitos não têm olhos para a rua, o que aumenta a possibilidade de delitos no local.

Quanto aos diversos projetos de revitalização da área, o relatório conclui que as iniciativas de requalificação de espaços vizinhos ao Edifício Central não foram capazes de agrega-lo.

Segundo os proprietários, a comunidade do Central continua à margem da transformação e não é dela beneficiária. O sucesso do empreendimento Serraria Souza Pinto só teria aprofundado o fosso existente por falta de iniciativas completivas [...] A comunidade do Edifício Central está mobilizada e tem como meta integrar-se às transformações que ora se processam no Edifício da Estação Central, transformado no Museu de Artes e Ofícios de Minas Gerais. Para tanto está sendo posto em prática um plano de ação que consta de uma reforma física do prédio Edifício Central bem como de preparação dos comerciantes para atender a um outro tipo de clientela. A comunidade se ressentiu de maior empenho do poder público na promoção dessa integração (BELO HORIZONTE, 2002, p. 5)

O guia dos comerciantes e prestadores de serviços do Edifício Central de 2014 é um documento interessante para se refletir como a administração do Edifício escreve a sua história nesse espaço, quais elementos ela recupera e quais são os seus diálogos com o entorno. Já na capa do guia observamos que a Praça da Estação é utilizada como ponto de referência da localização do Edifício.

Figura 34 – Guia dos comerciantes e prestadores de serviço do Edifício Central



Fonte: GUIA..., 2014.

Em um artigo do guia, intitulado “Um pouco de história. Edifício Central”, escrita pelo administrador do Edifício, Antonio Eustáquio, observamos como a história do prédio é contada recuperando-se a relação deste com a Estação.

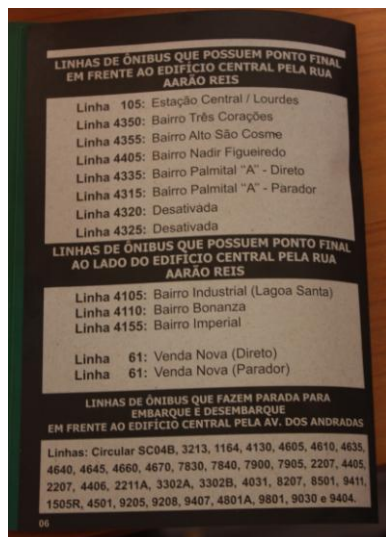
O Edifício Central foi projetado em 1962 para ser um centro de armazéns de cereais e alimentos não perecíveis para distribuição e abastecimento da região metropolitana [...] Localizado junto à Estação Ferroviária, facilitava o contato entre os produtores e comerciantes da cidade, mas sua vocação inicial foi modificada com a instalação de órgãos e entidades estaduais (GUIA..., 2014, p. 8).

Essa história também recupera, como parte fundamental da dinâmica do espaço, todas as empresas e serviços públicos que tiveram funcionamento no prédio assim como a vocação comercial do Edifício. Há uma trajetória deste em paralelo à história econômica e às diversas conjunturas (nacionais e internacionais) pelas qual atravessou o Brasil.

O guia destaca também a localização privilegiada do local “O Edifício Central esta localizado em um local privilegiado, no centro da cidade, a 100 metros da Praça Sete, com acesso muito fácil pela Av dos Andradas, 367 e a Rua Aarão Reis, 412”. São recuperados como referência o “centro da cidade” e a sua proximidade com a Praça Sete, símbolo da

centralidade e do comércio. Outro elemento que é sinalizado no guia são os pontos de ônibus “em frente ao” e “ao lado do” Edifício, pela Rua Aarão Reis, e os que fazem parada “em frente ao” Edifício, pela Av. dos Andradas.

Figura 35 – Linhas de ônibus com ponto final ou parada no Edifício Central.



Fonte: GUIA..., 2014, p.6.

A relação dos comerciantes com as empresas e serviços públicos ali localizados assim como com os pontos de ônibus na região é fundamental e, como já foi observado, as mudanças nesses dois atratores de movimento e público sempre geram uma preocupação dos comerciantes que dependem deles.

Outra edificação que tem gerado tensões desde a visão do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico é o galpão que fica na Avenida do Contorno, entre a Rua Januária e o Viaduto da Floresta, erguido em área de 3,5 mil metros quadrados, com estacionamento ao lado, pertencente ao empresário Mário Valadares³⁵, quem teria adquirido o terreno em 2005, quando, na época, funcionava no local uma concessionária de veículos. Segundo alguns depoimentos, foi um produtor cultural quem construiu o galpão para realização de eventos. Ele teria conseguido uma licença como edificação temporária, mas a construção foi feita em policarbonato e aço.

³⁵ Valadares é dono de dois shoppings populares no Centro de Belo Horizonte, de um centro de compras em Contagem. Foi candidato a vereador (PSB) em 2012. No seu discurso de campanha ele se apresentou como “o criador do shopping Oiapoque que deu dignidade para mais de mil ambulantes que hoje estão formalizados” (ELEIÇÕES..., 2012).

Desde uma visão do conjunto, uma série de matérias retrata diversas tentativas de demolir o galpão com o objetivo de “dar mais um passo” na criação do Corredor Cultural. Primeiro, a saída do templo evangélico, logo as tentativas de demolição.

Vazia, a estrutura de 4 mil metros quadrados, antes ocupada por uma igreja evangélica, continua como um grande ponto de poluição visual no meio do conjunto do século 19 e início do 20 formado pela Casa do Conde, sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Museu de Artes e Ofícios (MAO), prédios da Rua Sapucaí e outros edifícios que embelezam a paisagem, revitalizam a região e valorizam o patrimônio cultural da cidade (WERNECK, 2012).

As diversas tentativas de demolir o galpão e de permutar o terreno do empresário Valadares por outros da PBH, nunca foram realizadas e, em 2013, próximo à realização da Copa do Mundo, o assunto volta às manchetes, pois, além do Mineirão (estádio de futebol onde foram realizados os jogos) a Praça da Estação estava destinada para ser o local mais importante da cidade, sendo que ali seriam realizadas as *Fan Fest's* da Fifa, que, devido às Jornadas de Junho, e por temor a possíveis protestos no local, foram transferidas para o Expominas. Até o dia de hoje o Galpão continua sendo parte da paisagem e existe ali, novamente, um templo evangélico.

3. CONFLITOS NO E PELO ESPAÇO.

Os conflitos em torno à gestão do espaço denotam também que as intervenções na Praça da Estação não são só “físicas”, pois elas incorporam ao espaço novos atores - que muitas vezes se colocam como “gestores” deste - ao mesmo tempo que outros são excluídos.

É importante situar, como pano de fundo desses conflitos, a mudança no modelo de gestão da cidade a partir da eleição do prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda (PSB). Eleito como prefeito de Belo Horizonte, em 2009, através de uma aliança entre o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), e o então prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT), a gestão Lacerda pode ser caracterizada pelo “planejamento estratégico”, modelo que, baseado em conceitos e técnicas do planejamento empresarial, entende que as cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Segundo Vainer, “este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2002, p. 78).

Em Belo Horizonte, a implantação do planejamento estratégico se deu através do Plano “BH Metas e Resultados” (2009) e do Plano Estratégico da Prefeitura em conjunto com o Governo do Estado para a Copa do Mundo de 2014. Como parte integrante deste foi criado o “Movimento Respeito por BH” (2010), que visa a garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano. Modificações – ou criação – da legislação e decretos sobre logradouros públicos, assim como implantação da política Antipichação, entre outros, denotam a tentativa de disciplinar o espaço público. Segundo Delgado, a retórica do “civismo” que acompanha a promulgação das novas normativas:

[...] concibe la vida social como un colosal proscenio de y para el consenso, en que ciudadanos libres e iguales acuerdan convivir amablemente cumpliendo un conjunto de preceptos abstractos de buena conducta. El escenario predilecto de ese limbo es un espacio público no menos ideal [...] En ese espacio modélico no se prevé la posibilidad de que irrumpa el conflicto, puesto que la calle y la plaza contemplan la realización de la utopía de una superación absoluta de las diferencias de clase y las contradicciones sociales por la vía de la aceptación común de un saber comportarse que iguala (DELGADO, 2010, p. 224-225).

Relacionado com as características da nova gestão municipal e com esse olhar sobre o espaço público temos, partir de 2009, uma série de decretos e normativas que vão da proibição à regulamentação dos usos da Praça da Estação. Outra característica é que, frente à

falta de diálogo e de informação sobre os projetos com impacto no espaço, as audiências públicas³⁶ têm sido a estratégia mais recorrente.

Dois projetos para o espaço, a criação do Centro de Referência da Juventude e a criação do Corredor Cultural resultam significativos do olhar que a gestão municipal tem sobre a juventude e a cultura. O projeto do Corredor Cultural, embora não executado, evidencia como, não sendo claros os objetivos das revitalizações, estas parecem nunca ser “alcançadas”, e, frente à oportunidade de incluir a área dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas³⁷, vai ser formulado um novo projeto arquitetônico de reforma, sob o argumento de que o espaço estava sendo “depredado”.

3.1 Conflitos em torno aos usos da Praça da Estação.

Suprimir o estacionamento da Praça da Estação foi fundamental para que este espaço pudesse ser utilizado, principalmente para a realização de grandes eventos, questão que, como observamos, estava prevista no projeto arquitetônico. Entendemos também que a Praça da Estação foi projetada, historicamente, como uma esplanada para dar destaque ao prédio da Estação e que a gestão do MAO procura reforçar ainda mais essa relação do prédio com a Praça. A imponência que o prédio tem sobre a Praça não é somente física, em depoimentos os responsáveis por diversos equipamentos do entorno expressaram certo mal estar com a gestão do MAO, criticando, principalmente, a relação de poder que a instituição impõe sobre a Praça. Como expressam Vaz e Silveira (2009, p. 95):

Os equipamentos culturais, principalmente os maiores, tendem a definir uma espacialidade que lhes assegura uma irradiação sobre a sua vizinhança [e] [...] os espaços públicos, que já se haviam tornado elementos essenciais de projetos urbanos, passaram a ter maior importância ainda, valorizando as áreas circundantes ou adjacentes aos grandes equipamentos culturais.

Ligada a esta problemática temos, em 2009, a tentativa de regulamentar os usos da Praça através do Decreto nº 13.798 que estabeleceu: “fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação nesta capital” (BELO HORIZONTE, 2009). Os

³⁶ Audiência pública sobre proibição de eventos Praça da Estação (2010); Audiência pública sobre o Centro de Referência da Juventude (2011); Audiência pública discute efeitos dos eventos na Praça da Estação junto aos comerciantes (2012), e, Audiência pública solicita informações sobre Corredor Cultural e outras intervenções (2013).

³⁷ Lançado em 2009, o PAC Cidades Históricas é voltado aos municípios com conjuntos ou sítios históricos protegidos no âmbito federal e, ainda, cidades com patrimônio cultural. O programa é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

argumentos foram a dificuldade de limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração, e a depredação do patrimônio público. Uma matéria retrata o interesse da presidenta do MAO, Ângela Gutierrez, que comemorou a decisão.

Reformado há poucos anos, o espaço abriga o Museu de Artes e Ofícios e vinha sendo usado para shows, eventos de várias religiões e manifestações culturais diversas. A alegação da prefeitura é de que o patrimônio público estava sendo depredado e causando transtornos ao trânsito. A presidenta do Museu de Artes e Ofícios, que funciona na praça desde 2005, comemorou a decisão. “Não acredito numa coisa dessas, os eventos estavam acabando com o local, que foi recuperado há pouco tempo”, disse (DOS SANTOS, 2009. p. 25).

Em resposta ao decreto, em 16 de janeiro de 2010 teve lugar a primeira Praia na Praça da Estação³⁸, onde jovens com trajes de banho, guarda-sol e caixas de isopor com cerveja ocuparam a Praça para protestar, e, no dia 20 de janeiro, foi criado o blog Praça Livre³⁹ com o objetivo de centralizar algumas informações, comunicar e divulgar ações contra o decreto.

Os protestos e suas características foram situados, num artigo do [Conjunto Vazio]⁴⁰, dentro da “tradição praieira insurgente de Belo Horizonte”, colocando a Praia da Estação em diálogo com outras ações/intervenções que já tinham utilizado a estética praieira e a “praia” como símbolo do espaço público por excelência.

Essa tradição começa, segundo o percurso realizado no artigo, com as intervenções do Grupo Galpão que, em 1989, como parte das oficinas do Festival de Inverno da UFMG, criou o happening “Queremos Praia”, realizada na Savassi e na Praça Sete, na qual os atores, vestidos em trajes de banho, saíram às ruas convocando a população para um protesto em que reivindicavam a criação de uma “praia” em Belo Horizonte.

³⁸A “Praia da Estação” tem sido abordada como objeto de pesquisa em várias dissertações de mestrado. Destacamos aqui algumas a modo de exemplificar as diversas abordagens deste objeto: “Uma “praia” nas alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte” (OLIVEIRA, 2012); “Ei, Policia, a praia é uma delícia!. Rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação” (ALBUQUERQUE, 2013) e, “Praia da Estação: Carnavaização e performatividade” (MELO, 2014).

³⁹ O blog tem duas particularidades: o login e a senha são abertas, ou seja, qualquer usuário da Internet pode postar novos textos, editar, ou mesmo apagar os antigos. Além disso, os artigos são assinados por “pseudônimos coletivos” ou “nomes múltiplos” (nomes próprios que podem ser acionados por qualquer pessoa ao assinar, conservando o anonimato dos sujeitos e desvinculando as ações de uma lógica de autoria ou representação). O blog tem 376 post, 1013 comentários, 164.758 visualizações. Dados abril 2015.

⁴⁰ O [Conjunto Vazio] se define no seu site como um coletivo anticapitalista e não hierárquico/horizontal de anti-arte, intervenção urbana, performance, negação prática, masturbação teórica e experimentos de estratégias para charlatanismo crítico.

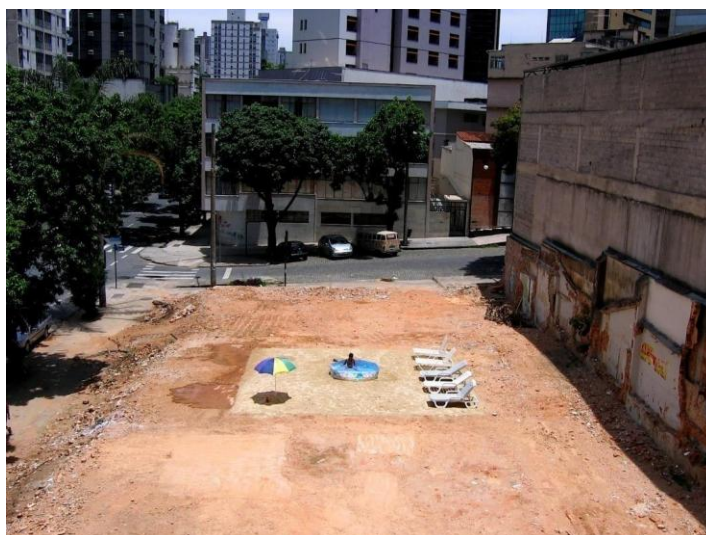
Figura 36 – Queremos Praia do Grupo Galpão (1989)



Fonte: MELO, 2014.

Em 2006, “Lotes Vagos”, realizado por Inês Linke e Louise Ganz, foi uma ocupação de seis lotes vagos com dimensões e características diversas, em bairros distintos. Em todos os locais foram criadas relações com as especificidades físicas do lugar e com os grupos de pessoas do entorno e suas atividades. Num desses lotes, foi criada uma praia, com piscina de plástico, espreguiçadeiras e guarda-sóis.

Figura 37 – Lotes Vagos: Praia (2006)



Fonte: A TRADIÇÃO..., 2011.

Em 2008, o coletivo [Conjunto Vazio] realizou a intervenção urbana “A Ilha”, que se propôs a ocupar rotatórias e espaços aparentemente sem uso.

Figura 38 – A ilha (2008)



Fonte: A TRADIÇÃO..., 2011.

Em 2008, a designer Márcia Amaral fez uma intervenção na Praça Raul Soares. Recuperando elementos da paisagem de praia (canga, maio) utilizou a praça como um local possível desse tipo de apropriação.

Figura 39 – Intervenção na Praça Raul Soares (2008)



Fonte: A TRADIÇÃO..., 2011.

Nessa mesma estética “praiera” temos, em 16 de janeiro de 2010, o convite da primeira Praia da Estação no qual duas questões são colocadas: o debate “Revitalização por Decreto” e a convocatória para participar de uma ação direta: a ocupação da Praça da Estação, a Praia da Estação.

Figura 40 – Convite para a primeira Praia da Estação.



Fonte: PRAIA NA PRAÇA, 2010.

Observamos já nos primeiros *posts* do blog Praça Livre que, além de informar sobre o decreto e seu conteúdo, e difundir as ações “praieiras”, uma característica comum a muitos artigos é atrelar o debate do decreto à “questão urbana”⁴¹ em sentido geral. Neste sentido, o blog pode ser visto como um espaço de produção e reflexão, de leituras sobre a Praça da Estação e a cidade.

A problemática da Praça da Estação é inserida dentro de uma lógica mais ampla, e o decreto é visto como mais uma manifestação de uma forma particular de conceber o espaço e de um tipo de planejamento e gestão municipal que se caracteriza pelas políticas higienistas, pelos processos de gentrificação derivados das revitalizações e pela privatização do espaço público. É através desta leitura dialética que o decreto ganha vários sentidos e que se torna possível também um salto de escala: da praça à cidade. Alguns fragmentos escolhidos resultam significativos desse movimento:

⁴¹ Entendemos aqui a “questão urbana” no sentido colocado por Maricato (2013, p. 19-20) “Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença”.

O caso da praça da Estação é bem específico. Trata de uma praça da cidade. Mas, além dos efeitos imediatos desse decreto, a questão se reflete em uma tendência maior [...] É possível aliar todo esse debate e também vários outros, já que pode ser vista como uma luta contra uma das frentes dessa política higienista que em nada está preocupado com a vida das pessoas em relação à cidade que elas constroem. [...] A crítica pode ser geral e ir além da praça. É necessário derrubar esse decreto, e as iniciativas devem ser voltadas a isso. Mas pensar que o debate pode envolver toda a cidade, nosso fluxo sobre ela e como ela é organizada, pode abrir possibilidade para laços entre varias movimentações sociais e caminhar para a construção, partir de baixo, de uma cidade voltada para as pessoas (PRAÇA..., 2010).

É preciso que se comece a pensar de fato no que pode significar invadir uma praça, fazendo dela um espaço de convivência e interação para, depois de tudo, voltar para casa em um ônibus que cada vez fica mais caro, no trânsito abarrotado de carros e em meio a pessoas sem perspectivas [...] Impossível não dialogar com outras mobilizações de Belo Horizonte (Movimento Passe Livre, Brigadas Populares, movimentos dos sem-teto, Bicletada, dentre outros), é necessário que saiamos do gueto artístico, ainda conservando todo o bom-humor e aspecto lúdico que nos permita exigir TUDO! (PRAIA..., 2010)

Na figura abaixo, vemos a frase “okupe a cidade”, tendo como cenário a Praça da Estação, outro exemplo dessa relação que se estabeleceu entre praça e direito à cidade.

Figura 41 – “Okupe a Cidade”



Fonte: PRAÇA DO ESPAÇO, 2010.

A rapidez com a qual esse salto foi realizado expressa que existia, antes do decreto, certo mal estar em relação à gestão municipal e, em particular, às intervenções feitas no centro da cidade: “Primeiro a reforma no espaço, depois a “higienização” do centro de Belo Horizonte na retirada dos Camelôs [...] Ainda tivemos as câmeras em toda a cidade, especialmente em locais onde HISTORICAMENTE o povo se manifesta contra os ditames do Estado e do Mercado” (MAIS..., 2010).

O aumento na vigilância, com referências ao Programa Olho Vivo⁴², a criminalização da pobreza e a proclamação por parte do poder público de um espaço público isento de conflitos fazem parte do clima retratado em vários dos artigos do blog.

Há também uma conjuntura marcada pela realização da Copa do Mundo no Brasil. Neste sentido, os megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014, também são mencionados em reiteradas oportunidades como elementos-chave no tipo de espaço que está sendo produzido:

O cerco se fecha em toda a cidade, sob o nome requintado de “revitalização”, que acontece não só em Belo Horizonte [...] Só alimentam uma cidade gentrificada e “limpa”, cujo uso não interessa desde que possa gerar belos cartões postais. Belo Horizonte segue essa inclinação urbanística, esperando que a Copa de 2014 faça escorrer pela cidade uma torrente de dinheiro turístico que justifique essa paranóia higienista e orwelliana, como o “Projeto Olho Vivo” que coloca centenas de câmeras no centro da cidade, querendo nos fazer crer que o preço da “segurança” é a eterna vigilância (DEBAIXO..., 2010).

A Praça como símbolo da apropriação da cidade, de resistência a uma forma de conceber o espaço, aparece em relação direta com as novas práticas espaciais: as praias. Através da ocupação do espaço (por meio do corpo), os manifestantes questionam, de um lado, o decreto que o proíbe, e, de outro, fazem da Praça um espaço de representação, uma leitura do espaço público e da cidade; como expressa Sobarzo (2006, p 105), “[...] embora falemos que a apropriação é realizada na escala do corpo, na verdade, o usuário, a partir do seu corpo, “conquista” uma outra escala representada no espaço público [...]”.

⁴² O Programa Olho Vivo é um serviço de utilidade pública idealizado, criado e gerenciado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), implantado na Capital em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura, e consiste na presença ocular da Polícia Militar em pontos estratégicos dos locais de grande incidência criminal, por meio do monitoramento por câmeras de vídeo. Sua implantação foi parte do Projeto "Centro Vivo".

Como ficou expresso no panfleto “Nasce uma rebelião a partir de um decreto”, tais práticas procuram questionar de forma geral o modo de usufruir a cidade: “Também propomos a população que ocupemos além da Praça da Estação, todas as praças, ruas e espaços da cidade! Que façamos da cidade local de vivências e alegria, e não só um espaço de consumo e de passagem para nossas rotinas de trabalho e estudo” (PANFLETO..., 2010).

As características dessas práticas, seu caráter festivo, possibilitam uma dupla leitura: se, de um lado, elas se mostram eficientes na hora de fazer do espaço público um lugar do encontro, de propor outros usos da cidade (evidenciando que a Praça podia ser usada para além da realização dos grandes eventos), por outro lado, ela tem sido observada como pouco efetiva em termos de “acumulação política”. Neste sentido, a “forma” do protesto levou algumas pessoas a se perguntarem: evento ou protesto?

O clima do protesto estava tranquilo e na verdade a pequena aglomeração mais se parecia com um grupo de turistas curtindo uma tarde de sol do que com um grupo de pessoas que buscam algum tipo de reivindicação. Acreditamos que a natureza do protesto seja realmente esta, tão pacífica (ao menos naquele momento) que, pessoalmente, me questiono se a natureza inicial do protesto não tenha se perdido. Este tipo de reflexão se consolidou um pouco mais ao encontrar alguma base no relato do jovem ciclista William Dias da Cruz, morador do bairro Serra e que se encontrava no local. Quando questionado sobre o seu conhecimento do evento, o rapaz de 17 anos disse que não sabia nada à respeito; pensava se tratar apenas de um momento de descontração. Quando informado sobre o motivo daquela “reunião” ele disse que não concordava com o decreto de interdição já citado e que a praça teria que ser utilizada também como espaço para eventos culturais. (TRABALHO..., 2010).

A forma como a mídia “oficial” acompanhou o caráter festivo dos protestos foi denunciada pelos participantes:

Os funcionários dos jornalões falaram dos artistas, dos guarda-sóis, dos biquinis e de tudo mais que combinasse com o cafezinho da tarde, mas mostrando tudo isto esconderam de seus leitores/telespectadores o mais importante: do que se tratam, de fato, estas ocupações da Praça da Estação? O que está em jogo? O que está sendo proibido? [...] Se os banhistas-manifestantes das Praias da Estação, os cicleteiros das Bicletadas, os poetas e boêmios dos sarais e as centenas de cidadãos que diariamente percorrem a Praça e suas fontes decidiram por formas bem humoradas de desobediência civil, foi por perceberem esta estratégia como uma boa tática de resistência. Não é porque brincamos enquanto nos manifestamos que não estejamos dispostos a defender com unhas, dentes e filtro solar nossos direitos. Nunca subestime um homem de sunga e guarda sol (NUNCA..., 2010).

O tratamento denunciado se assemelha à forma pela qual a mídia oficial promove, segundo Sánchez, a valorização de alguns lugares:

[...] ela [a mídia oficial] produz signos de bem-estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, cria comportamentos e estilos de vida e promove a valorização de lugares, bem como os usos considerados “adequados”. Em outras palavras, celebra os novos lugares transformando-os em espetáculo (SÁNCHEZ, 2001, p. 36).

Nessa linha, uma matéria da Revista Encontro, em 2011, afirma que a Praça da Estação pode se transformar na “versão mineira da Lapa carioca”, enumera uma série de equipamentos e coloca a Praia da Estação como um evento que reúne pessoas de todas as idades que simulam uma praia no local.

Figura 42 – Até parece a Lapa.



Fonte: ATÉ PARECE..., 2011.

As possibilidades políticas, em termos de “alianças” com outros setores ou movimentos sociais urbanos, foi também uma questão debatida no blog:

[...] conversamos sobre o que tem gerado toda essa mobilização. Me pareceu ser consenso que o único objetivo comum a todos é a derrubada do decreto que sitia a praça da estação. Isso, por mais que existam inúmeras outras questões envolvidas (seja o prefeito, a política, o sistema), que para podermos dizer que são comuns a toda(o)s, isso precisaria ser amadurecido. Então o ponto comum é a derrubada do decreto e nada mais (UM RELATO..., 2010.).

Embora o foco fosse o decreto, não podemos negligenciar o potencial que este tipo de manifestações pode ter; como expressa Vainer:

Ali onde a mercantilização do espaço público está sendo contestada, ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos, estão despontando os primeiros elementos de uma alternativa que, por não estar ainda modelada e consolidada, nem por isso é menos promissória (VAINER, 2002, p. 101).

Embora haja dificuldades do poder público de dialogar com “movimentos” deste tipo, devido à falta de líderes ou representantes, o conflito também seguiu os caminhos institucionais. Em 29 de janeiro de 2010, o Decreto nº 13.863 instituiu uma Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação e, em 24 de março de 2010, foi realizada uma audiência pública com a finalidade de “debater o uso da Praça da Estação”, solicitada pelo vereador Arnaldo Godoy. Nessa audiência, os “representantes” do movimento Praia da Estação manifestaram-se contra a proibição dos eventos na praça e contra a forma como foi realizada essa proibição: “a partir de um instrumento legal, mas antidemocrático” (BELO HORIZONTE, 2010a, p. 29). Os discursos da audiência são tensionados a partir das dicotomias: evento ou manifestação, preservação ou uso, lazer ou cultura. De um lado, o poder público pretende, através de um decreto que proíbe a realização de eventos no local, disciplinar o uso do espaço com o objetivo de preservar o patrimônio. De outro, os manifestantes, através de eventos realizados na praça, entendidos como manifestações pelo poder público, questionam o caráter autoritário desse decreto e ampliam o debate para questões relativas à política municipal de cultura - críticas ao cancelamento do Festival Internacional de Teatro (FIT) e à ausência de uma Secretaria de Cultura.

Em 4 de maio de 2010 o decreto de proibição foi revogado e um novo decreto (Decreto nº 13.863) estabeleceu o licenciamento de eventos na Praça da Estação. Outro

decreto (Decreto nº 13.961) determinou os valores a serem pagos para a utilização da Praça, fato que foi publicado e questionado no blog Praça Livre como uma forma de privatização do espaço público. O cartaz elaborado ironiza a campanha, lançada pela PBH no ano de 2010, “Eu amo BH radicalmente e provo”:

Figura 43 – Eu alugo BH Radicalmente E cobro!



Fonte: EU ALUGO..., 2010.

Através de uma Portaria foi regulamentada a realização de eventos na Praça da Estação e estabelecido que a autorização para a realização de eventos é responsabilidade da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul. A regulamentação propôs o fechamento da Praça em dias de evento como a solução à depredação do patrimônio e às dificuldades de limitar o número de pessoas.

Segundo a Portaria, compete ao interessado pela realização do evento a apresentação do projeto que inclui, entre outros itens, a “planta de cercamento por tapume ou outro material [...] dos jardins, árvores e monumentos da Praça da Estação e da Praça Rui Barbosa”, assim como a “planta de cercamento delimitando a área do evento, visando permitir o controle do número de pessoas, bem como o acesso ao Museu de Artes e Ofícios, à Estação do Metrô e a circulação de pedestres, observada a altura mínima de um metro e oitenta” (BELO HORIZONTE, 2010b). Além disso, estabelece que os eventos poderão ser realizados uma

vez por mês e terão público máximo de 15.000 pessoas, cabendo ao interessado a prévia distribuição de convite, de forma a observar o limite de público.

Foi estabelecido que a praça poderia ser usada para dois tipos de eventos: os “eventos coletivos oficiais” inseridos no programa da Copa da Confederações (2013) e da Copa do Mundo da FIFA (2014), as *Fan Fest* (eventos públicos oferecidos aos torcedores durante os jogos, uma exigência da FIFA para as cidades sedes da Copa), e “eventos particulares”, que deverão ser gratuitos. O licenciamento para os eventos particulares será realizado através de chamamento público onde serão divulgadas as datas disponíveis.

O cercamento da Praça em dias de evento continuou gerando tensões, sobretudo com os comerciantes do Edifício Central que levaram o assunto a uma audiência pública, em 07 dezembro de 2012, cujo objetivo era “discutir os impactos dos eventos realizados na Praça junto aos comerciantes da região”. Segundo o síndico do Edifício Central, Antônio Eustáquio,

[...] os eventos realizados na Praça da Estação propiciam grande possibilidade de crescimento no comércio local, mas que o cercamento da praça, por alegação de motivos de segurança e controle do público, dificulta que os estabelecimentos desenvolvam suas atividades. Observou que ao contrário das expectativas, a atividade dos estabelecimentos comerciais locais decaiu durante os eventos e, por isso, o anúncio de grande evento na praça tem sido motivo de preocupação para os comerciantes (BELO HORIZONTE, 2012, p.189- 190).

Sobre o licenciamento para “eventos particulares”, numa entrevista realizada com Sirlene Teixeira Magalhães, produtora cultural da Bangalô Produções que participou das edições 2012, 2013 e 2014 do Festival Natura, ela conta que, a preferência para realizar eventos na Praça da Estação tem a ver com a capacidade e localização da praça: “lá tem metrô, tem ônibus, você vai a pé, você vai de *bike*”. Ela fala também sobre os problemas mais recorrentes da realização de eventos nas praças mais solicitadas da cidade; por exemplo, na Praça da Liberdade os problemas ocorrem mais com a vizinhança e, além disso, ali é proibido montar tenda de bar. Na Praça do Papa, onde também cabe muita gente, há também um movimento forte da vizinhança, que às vezes entra na justiça, então os patrocinadores preferem não fazer eventos lá. Na Praça Juscelino Kubitschek (JK), “tem um desembargador que mora lá e que sempre implica, mas é menos problemático que a Praça do Papa”. Com relação à Praça da Estação ela diz que os problemas têm mais a ver com o comércio e o fechamento, porque são montados bares dentro da praça que tem alimentação, e explica que o “pessoal do baixo centro [os comerciantes] não tem tanta pressão dentro do evento”. Ela

lembra que a questão da realização dos chamamentos surgiu principalmente por causa do museu, e agrega que “no caso do museu, esse ano até que não rolou muito (2014), mas ano passado teve parceria, usou o espaço do museu também para o evento, área vip e tal, esse ano não precisou, foi outra estrutura. Mas é umas das instituições que você tem que bater na porta, pedir licença e tal”.

Outras questões em relação ao fechamento surgiram com os catadores e vendedores ambulantes. Segundo a produtora, nos últimos festivais da Natura, por exemplo, houve parceria com Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (Asmare) e, no caso dos vendedores ambulantes, eles ficam fora do fechamento e é a guarda municipal a encarregada da fiscalização. Segundo ela, “patrocinador não gosta de catraca, não gosta de fechamento porque entende que a praça é pública, mas é uma peculiaridade mesmo de Belo Horizonte, da administração municipal”. Quanto à preferência das empresas para realizar eventos nas praças ela diz que isso depende da linha do projeto e acrescenta: “projeto que quer alcançar grande público, aqui dentro de Belo Horizonte, tem que ser em praça”.

Sobre os “eventos coletivos oficiais”, durante a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, os jogos do Brasil foram transmitidos na Praça da Estação como prova piloto do que seriam, durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, as *fan fest*...

[...] a capital mineira vai encarar outro desafio gigante: pôr a prova sua capacidade para sediar parte do maior evento do futebol do planeta, em 2014. Para isso, precisa superar o primeiro teste de fogo: os eventos públicos oferecidos aos torcedores durante os 56 jogos do Mundial que se aproxima. [...] Satisfeito com o resultado do trabalho, ele [produtor da ACE Esportes Eventos, responsável pelas *fan fest*s em BH] acredita que, daqui a quatro anos, o espaço para as festas possa ser maior. “O melhor é a Praça da Estação, pois, além de boa área, é de fácil acesso para todos, por causa do metrô e das linhas de ônibus. Pode ser que, para o Mundial no Brasil, a praça seja ampliada (EVANS, 2010, p.17).

Na época da Copa das Confederações (2013), o maior “desafio” para as *Fan Fest* acabou sendo as Jornadas de Junho. Segundo uma matéria do Estado de Minas “[...] em dia de protesto na cidade, festa oficial da Copa das Confederações recebe menos torcedores que o esperado” (FARIA, 2013).

A imagem da Praça como espaço *fan fest* foi utilizada para contrapor o evento oficial à comemoração dos 3 anos da Praia da Estação.

Figura 44 – Praia da Estação / Espaço *fan fest*.



Fonte: MELO, 2014, p. 102

Se a Praia da Estação surge em resposta a um decreto, como uma contra-retomada prática e simbólica, anunciando que a praça “difícilmente se manteria como um mero espaço de consumo e lazer, socialmente asséptico e despolitizado” (Leite, 2007, p. 276) ela será posteriormente retomada, com múltiplos desdobramentos, como um ato público de significativa carga simbólica e uma forma de contrapor ao consumo do espaço a dimensão propriamente política da cidade.

3.2 O lugar da juventude e da cultura na construção do espaço.

A saída do Espaço Miguilim (2012), programa da PBH que atende crianças e adolescentes com trajetória de rua, que funcionava no espaço desde a sua criação em 1993, para a construção do Centro de Referência da Juventude (CRJ), sem a participação dos movimentos envolvidos, assim como a proposta do Corredor Cultural Estação das Artes, partem de um olhar excludente sobre a juventude e a cultura.

A saída do Miguilim foi questionada numa audiência pública que tinha como objetivo conseguir informações sobre o CRJ. Representantes do movimento jovem questionaram em várias oportunidades a retirada do projeto Miguilim da sua sede, ressaltando que suas atividades poderiam ser absorvidas pelo CRJ, e também questionaram qual seria a proposta para os jovens com trajetória de rua. Com relação ao CRJ, os representantes do movimento destacam a falta de diálogo na elaboração do projeto.

Em 21 de dezembro de 2012, o Espaço Miguilim foi retirado e levado a novo endereço. Sobre essa nova localização do Miguilim, em Carta Aberta, representantes do projeto manifestam que o local era...

[...] muito menor e mais distante do centro da cidade, o que comprometeu significativamente o acesso das crianças e adolescentes que frequentavam o espaço cotidianamente, inclusive em função das territorialidades que elas próprias criam, em sua vida nas ruas. Um número menor de crianças e adolescentes passou a frequentá-lo após a mudança (GRUPOS..., 2014)

A partir dali o projeto tem passado por uma série de dificuldades, sendo fechado em março de 2014 e reaberto em dezembro de 2014, na Rua Mucuri, nº 24, onde funciona até hoje. Na época da realização da Copa do Mundo 2014, o espaço funcionou na Gameleira, próximo ao Expominas, local onde foram realizadas as *Fan Fest* da FIFA. Numa entrevista com o coordenador do projeto, Danilo Bianco Mourão, ele destaca a importância que tinha a localização do Miguilim na Praça da Estação:

Lá tinha tudo a ver... Quando era na praça o número de atendimentos era muito maior que hoje... Hoje o menino não dá conta de vir para o centro e do centro ir para outra regional, então é muito importante. Todo mundo do entorno conhecia a gente, então alguém que precisava de alguma coisa... era fácil de encaminhar o menino. A gente era uma referência mesmo, tanto enquanto serviço e enquanto equipamento e estrutura física.

Em 2013, a possibilidade de incluir a área dentro de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas vai levar, novamente, a imprensa a recuperar os mesmos discursos de décadas passadas. Agora o problema não é a degradação, mas sim a “depredação” do local. Novamente os projetos de intervenção são celebrados como a possibilidade de reverter uma paisagem “depredada”, ou, como intitulou o Estado de Minas: “Corredor cultural para salvar a Praça da Estação”. Segundo a cronista,

O local passou por obras de revitalização em 2003 e ficou preservado por algum tempo. Agora, voltou a ser depredado, o que fez com que a prefeitura da cidade ressuscitasse o projeto de criar ali um corredor cultural. A ideia já é discutida há mais de 20 anos e deve ser colocada em prática com verba – R\$ 21,8 milhões – do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas (LIRA, 2013).

A matéria é acompanhada por duas imagens que procuram destacar os atores dessa depredação: moradores de rua e pixadores. As duas fotografias foram tomadas na Rua Aarão Reis,

Figura 45 – Moradores de rua na Rua Aarão Reis.



Fonte: LIRA, 2013

Figura 46 – Pixações na Rua Aarão Reis

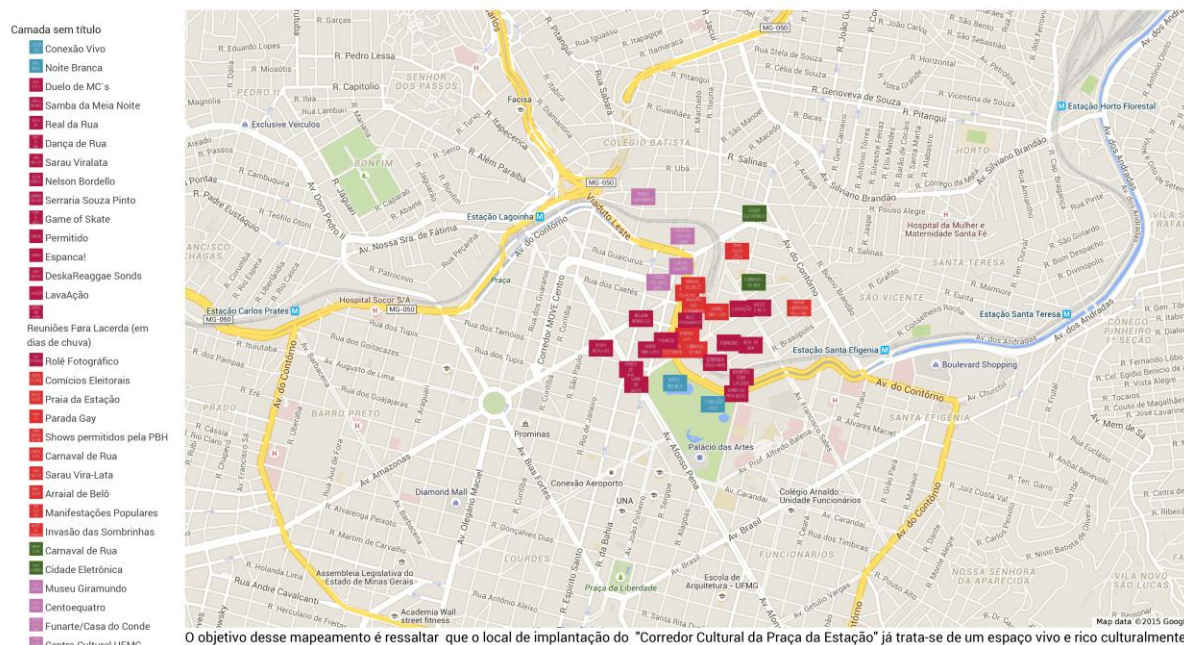


Fonte: LIRA, 2013.

Diante da proposta do corredor cultural, e no marco de uma disciplina da Escola da Arquitetura lecionada pela professora Natacha Rena, foi realizado um mapeamento cujo objetivo era “ressaltar que o local de implantação do ‘Corredor Cultural da Praça da Estação’ já era um espaço vivo e rico culturalmente” (O CORREDOR..., 2013).

Figura 47 – O corredor cultural já existe.

O Corredor Cultural já EXISTE!



Salientamos, portanto, que qualquer tipo de intervenção na área deve potencializar os usos ali já observados e não promover uma expulsão e gentrificação do espaço.

Fonte: O CORREDOR..., 2013.

O mapeamento revelou diversas formas de apropriação, com especial destaque para os “jovens” que, através de diversas propostas culturais, vem ocupando o espaço, recriando-o como um lugar da diversidade cultural. O mapeamento realizado após as intervenções revela também que “[...] a desapropriação de sujeitos (pelas “estratégias” de *gentrification*) não implica necessariamente um esvaziamento (ou morte) do *espaço público*, mas uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações dos espaços mediante a construção dos lugares” (LEITE, 2007, p. 215-216).

A mudança de nome de Corredor Cultural Estação das Artes para Zona Cultural, como contranarrativa à concepção oficial, surgiu na comissão de acompanhamento do projeto. A criação da comissão pode ser vista também como uma forma de canalizar a possibilidade de intervenção cidadã para formas de acompanhamento e aprovação, fazendo com que o processo tivesse certa legitimidade. Embora a proposta do Corredor não tivesse sido selecionada dentro do PAC – e, portanto, não executada – ela traz algumas questões importantes para se pensar o espaço.

No caso dos equipamentos culturais, entendemos que, embora exista um discurso oficial de criar um corredor cultural, não há, de fato, diálogo entre os equipamentos nem um trabalho prévio à formulação desses projetos. Segundo os entrevistados, foram feitos alguns encontros, mas, na percepção deles, não há um plano de ação concreto e, fora desses encontros oficiais, não há diálogo entre os equipamentos, embora eles reconheçam que este seria importante. Nesse sentido, nos parece que a ideia de criar um Corredor Cultural está muito mais vinculada à possibilidade de captar verbas e a projetos de renovação urbana. A relação entre os equipamentos com a Prefeitura é também muito assimétrica, pois, no caso do MAO, há uma “parceria” com a PBH que é a responsável pela segurança e serviços de limpeza e manutenção dos prédios, o que não sucede com o Centro Cultural da UFMG e o Espaço Cento e Quatro.

Outras intervenções realizadas no local geram também opiniões divergentes. Atualmente a instalação do BRT - MOVE ⁴³ no entorno da Praça tem modificado a dinâmica do local, particularmente na Rua Santos Dumont, em frente ao Centro Cultural da UFMG. Os comerciantes reclamam que, com as novas estações de embarque e desembarque, os passageiros abandonaram as calçadas e por isso têm diminuído as vendas e o movimento da rua.

Por sua localização, o Centro Cultural da UFMG está mais inserido na dinâmica da Praça Rui Barbosa e da Rua Santos Dumont, enquanto o MAO na da Praça da Estação, e o Edifício Central na da Rua Aarão Reis, o que configura um dos motivos pelo qual cada instituição tem olhares diferentes sobre as intervenções realizadas no local. Neste sentido, as obras do MOVE e a instalação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) na antiga Escola de Engenharia geraram divergências. Com relação ao MOVE, Angela Gutierrez afirma: “eu acho muito positivo, pelo menos as consequências do BRT são muito positivas, as que a gente recebe aqui, nenhum problema novo surgiu, pelo contrário”. Já o diretor do Centro Cultural da UFMG declara que:

Nessa última reforma eles fizeram uma limpa, tanto no comércio, o comércio morreu aqui nessa rua inteira [Santos Dumont], que não passa mais carro, quanto também a efervescência do centro... Uma limpeza meio higiênica sabe? Aqui era uma “muvuca” antes, era quase uma Praça Sete, tanta gente

⁴³ O BRT (Bus Rapid Transit) é um sistema de transporte de ônibus com faixa exclusiva para evitar congestionamento e estações de embarque e desembarque. Foi implementado em Belo Horizonte como parte das obras de mobilidade para a Copa do Mundo de 2014.

por causa do comércio popular que tinha aqui, agora, você olha, é outra realidade completamente distinta.

Para o síndico do Edifício Central, a retirada dos pontos de ônibus da Rua Aarão Reis, além de ter um impacto negativo nas vendas dos lojistas, originou também um aumento da sensação de insegurança devido ao esvaziamento do lugar. Recentemente foi implantada ali uma estação provisória do MOVE que, por um lado, trouxe de novo movimentação para a rua, e por outro, retirou os passageiros das calçadas, afastando-os dos comércios.

A mudança do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para o antigo prédio da Escola de Engenharia encontra-se também em processo e, sem dúvida, uma vez em funcionamento, vai trazer uma nova dinâmica para o espaço. Sobre a implantação do TRT, Angela Guitierrez declara: “não tenho conhecimento, mas acredito que seja um bom uso dos prédios que estão vazios, né? E sei que a universidade também vai fazer um museu da Escola de engenharia numa parte... acho que tudo o que vier para cá enriquece um centro que já é rico em público e em conteúdo cultural”. Já o diretor do Centro Cultural da UFMG afirma:

Agora está numa outra fase, a rua inteira foi vendida né? A rua Guaicurus inteira e um pedaço do Centro Cultural [...] Eu acho que eles têm uma expectativa de uma modificação que de fato vai acontecer aqui, essa modificação do TRT vai ser significativa, a modificação do entorno, mas eu não vejo nenhuma política para pensar esse espaço.

Observamos que, se não há uma política uniforme para pensar o espaço, há sim diversas tentativas de regulamentar os usos, sempre sob o argumento de fortalecer a vocação cultural; neste sentido, temos, em 9 de junho de 2014, outro decreto que institui a “Zona Cultural Praça da Estação” como um área de interesse cultural e cria um conselho, de caráter consultivo, que até a finalização desta pesquisa não foi implementado.

4. UM OLHAR DE PERTO.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas (ARANTES, 1994, p. 191).

No presente capítulo refletimos em torno dos diversos usos da Praça da Estação e da Praça Rui Barbosa a partir dos registros, através dos cadernos de campo e fotografias, realizados nos anos de 2013, 2014 e parte de 2015, propondo um olhar de perto, de cunho etnográfico, que nos permita outro tipo de abordagem do espaço que foi objeto de diversas políticas de patrimônio e revitalização. Através desse olhar, pretendemos, como expressa Magnani (2002), identificar, descrever e refletir aspectos excluídos das perspectivas de longe, macro, sobre a cidade. Nessa perspectiva, entendemos que...

Pensar a cidade a partir do espaço público nos permite acessá-la para além do mero plano urbanístico, onde as funções e os usos já seriam pré-determinados, e entendê-la enquanto um espaço que é constantemente alimentado com doses maciças de atividades – políticas, sociais, econômicas e culturais (SILVA, 2003, s.p).

Na tentativa de entender sua dinâmica, distinguimos três praças, a praça em seu cotidiano, a praça em dias de eventos e a praça das manifestações. Com isso, não pretendemos esgotar a complexidade e diversidade do espaço “mas nos apropriar de recortes e momentos que falam dessa diversidade em sua interação cotidiana e histórica” (SILVA, 2009, s.p).

Entendemos a noção de cotidiano a partir do trabalho de Certeau (1998), no sentido de deslocar a atenção do consumo supostamente passivo para a criação anônima, nascida da prática do “desvio” no uso dos produtos. O objetivo é detectar as práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas.

Após as reformas, da mesma forma que a praça passou a ter uma programação de eventos variados, também começou abrigar atos públicos e manifestações diversas. Em relação aos eventos e manifestações, observamos que as leituras sobre o espaço, também mudam. Os eventos formam parte do cronograma da PBH e precisam, para sua realização, de realizar todo o processo de licenciamento. As manifestações são mais espontâneas, embora

possam ser criadas como eventos nas redes sociais com o motivo de convocar as pessoas. As formas de utilizar e ocupar o espaço também mudam; no caso dos eventos é montada toda uma estrutura de fechamento do espaço e o objetivo é, geralmente, preparar o espaço como cenário de shows, com palco, artista e público. As manifestações têm uma dinâmica mais espontânea, não há essa separação entre “palco” “artista” e “público”. No caso das manifestações a praça pode ser apenas parte de um trajeto maior pela cidade, o ponto de chegada ou de partida.

Um olhar diacrônico sobre o espaço nos permitirá entender, como expressa Souza (2001, p. 81), que os “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”. Neste sentido, observamos que as estruturas montadas em dias de eventos são um elemento importante na reconfiguração dos territórios.

4.1 A Praça da Estação e a Praça Rui Barbosa.

Apesar das mudanças de nome, a Praça é, ainda hoje, popularmente conhecida como “Praça da Estação” e, embora hoje o prédio da Estação seja um museu, muitos fazem uma distinção: do lado do Museu de Artes e Ofícios (MAO) é Praça da Estação e, do outro lado da Avenida dos Andradas, é a Praça Rui Barbosa. Na figura 48, observamos que o Google Maps também traz essa distinção: Praça da Estação e Praça Rui Barbosa.

Figura 48 – Praça da Estação e Praça Rui Barbosa.



Fonte: Google Maps, 2015.

Como observamos no projeto original e nas fotos antigas o espaço já foi mais integrado, o ribeirão Arrudas era parte da paisagem e não existiam vias de trânsito rápido que separassem as duas praças. Com as conseqüentes intervenções, reformas e obras viárias, as duas metades foram ficando cada vez mais separados e as diferentes propostas paisagísticas para cada uma acabou consolidando dois espaços e diferenças nos usos de cada qual. Atualmente as duas praças estão integrados pelas faixas de pedestre e o deslocamento de uma Praça à outra depende de abertura do sinal, atravessando uma avenida com trânsito intenso – os canteiros no meio da pista inibem as pessoas de atravessar em outros pontos da Praça.

Essa leitura do espaço levou-nos a trabalhar a Praça da Estação e a Praça Rui Barbosa como dois espaços; isso nos permitiu também destacar as especificidades, similitudes e diferenças entre elas.

Nas duas praças há problemáticas similares em relação aos pontos de ônibus. Nenhum dos pontos localizados nas Praças atende devidamente os seus usuários. Na Praça da Estação existem dois pontos de ônibus na calçada da Avenida dos Andradas, muito frequentados e que não possuem nenhuma estrutura de abrigo. Nos dias de sol ou chuva, não há opção de sombra

ou proteção e é normal ver pessoas com sombrinhas ou procurando qualquer projeção de sombra. Nos horários de pico, é comum ver grandes filas de pessoas que se auto-organizam em fila indiana, por ordem de chegada, para esperar o ônibus.

Os pontos de ônibus são também o local escolhido pelos vendedores ambulantes que, se por um lado aproveitam a concentração de pessoas para vender seus produtos (água, balas, etc.), também prestam um serviço a quem espera o ônibus e não tem opções de consumo próximas ao local de espera - na cidade, em geral, é comum observar que, em torno dos pontos de ônibus, existem bancas de jornal e estabelecimentos com opções de consumo (lanchonetes, lojas de suco, etc.) para os usuários do ponto.

A (pouca) sombra é um elemento importante para entender a ocupação do espaço durante o dia. Desde a varanda do Edifício Central, observamos a ausência de pessoas na Praça. A única concentração de pessoas se dá nos pontos de ônibus, na projeção de sombra das árvores, das colunas de iluminação ou do monumento e nas laterais. Pouca gente atravessa a praça como parte do seu trajeto ou deslocamento o que também pode ser explicado pela falta de sombra, a percepção de aridez e o calor e a ausência de “atrativos” que convidem as pessoas a fazer esse trajeto.

Figura 49 – Sol e sombra na Praça da Estação em 21 nov. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Percebemos também que o monumento à Civilização Mineira também serve como proteção do sol. Observamos ali a presença de um grupo de pessoas (FIGURA 50). Eles improvisaram uma percussão com alguns elementos, e um moço começou a dançar com a vendedora de picolé. A percepção é de que o monumento funciona também como uma espécie de “parede”, outorgando maior “intimidade” para o improviso.

Figura 50 – Improvisos detrás do monumento em 21 nov. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero

No feriado de 1º de Maio, um grupo de moradores de rua do Centro de Referência da População de Rua (localizado no bairro Floresta) se encontrou na Praça. O local escolhido para jogar baralho foi ao pé do monumento.

Figura 51 – Jogando baralho no monumento em 1 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

O monumento funciona como um ponto de referência, pois ele se destaca no meio do vazio. Em dias de manifestações observamos que o espaço começa a ser ocupado primeiro em torno deste e, se a manifestação não for muito grande, as pessoas ficam mais concentradas desse lado da Praça, entre o monumento e o prédio do MAO, sempre conservando uma distância deste.

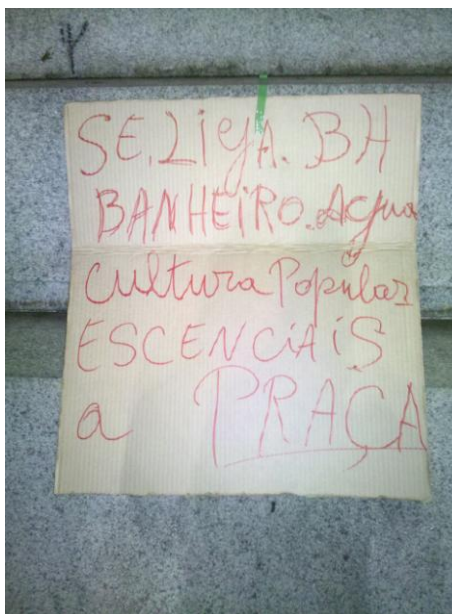
Além de uma referência espacial, o monumento também é uma referência simbólica, que a cada evento ou manifestação ganha novos sentidos, como expressa Canclini:

Mientras en los museos los objetos históricos son sustraídos de la historia, y su sentido intrínseco es congelado en una eternidad donde ya nunca pasará nada, los monumentos abiertos a la dinámica urbana facilitan que la memoria interactúe con el cambio, que los próceres se revitalicen gracias a la propaganda o el transito: siguen luchando con los movimientos sociales que los sobreviven [...] Sin vitrinas ni guardianes que los protejan, los monumentos urbanos están felizmente expuestos a que um *grafitti* o uma manifestación popular los inserten en la vida contemporánea” (2013, p.275)

Na figura 52 observamos um cartaz pendurado do monumento que traz as demandas de um morador de rua que frequenta a Praça da Estação: banheiro, água e cultura popular. O cartaz foi pendurado após um encontro do Coletivo Massa Critica ou Bicicletada, que tem

como objetivo promover o uso da bicicleta na cidade. Em diálogo com o morador, ele diz que após ter ouvido as demandas do coletivo ele resolveu acrescentar as dele.

Figura 52 – Cartaz no monumento.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No caso da “Praia da Estação” o estandarte, feito de toalha de banho laranja (cor do movimento “Fora Lacerda⁴⁴”) utiliza a imagem do monumento que, em lugar de uma bandeira, porta uma sombrinha, remetendo a um elemento da paisagem de praia.

⁴⁴ “Fora Lacerda” é um movimento suprapartidário criado em julho de 2011 que reuniu diversos segmentos insatisfeitos com o projeto político do prefeito Marcio Lacerda. Muitos dos seus integrantes eram participantes ou organizadores da Praia da Estação. O movimento pode ser inscrito num contexto global marcado pela eclosão de diversos movimentos sociais de protestos, cada um deles com reivindicações peculiares a cada região, mas com algumas características comuns como, por exemplo, o papel das redes sociais na organização das manifestações, a recusa a táticas violentas, a capacidade de inovar na disseminação de seus propósitos de contestação social e a ocupação de espaços públicos. Para uma análise mais detalhada sobre esses movimentos ver Harvey, David et al, 2012.

Figura 53 – Estandarte da Praia da Estação em 15 fev. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Nos últimos anos, com o crescimento do carnaval de rua da cidade, a Praça da Estação começou a fazer parte do trajeto do Bloco “Então, Brilha!”, que faz seus ensaios de carnaval no local e que, no dia do carnaval, sempre aos sábados, concentra e sai da Rua Guaicurus para terminar seu trajeto na Praça da Estação. Na figura observamos que no Carnaval de 2014 as árvores e o monumento foram fechados com grades, mas o fechamento não inibe as pessoas de escalar o monumento, neste caso vemos uma senhora fantasiada de “romana” que conquista seu topo.

Figura 54 – Monumento no Carnaval em 1 março 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No ano de 2015, os ensaios do bloco “Então, Brilha!” na Praça da Estação reuniram muito mais gente que no ano de 2014, fato que levou à sua transferência para outro local - essa situação não foi exclusiva da Praça da Estação, outros blocos que tinham seus ensaios na Praça Floriano Peixoto também foram transferidos. No primeiro ensaio observamos que, frente à quantidade de pessoas, o “diretor” do bloco subiu no monumento para conseguir dessa forma que a bateria enxergasse as instruções. Outras pessoas também sobem para conseguir uma melhor perspectiva para tirar fotos.

Figura 55 – Monumento no ensaio do Bloco Então, Brilha! em 15 jan. 2015.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No último dia de carnaval há também o encontro “Vira o Santo”, no qual todos os blocos de carnaval de rua da cidade, após realizarem seus trajetos, se encontram na Praça da Estação. Segundo o evento criado em Facebook no ano 2015:

Há seis anos corremos Carnaval afora e *desaguamos todxs na Praia da Estação*. O Vira o Santo 2015, encontro dos blocos, é nesse sábado, dia 21 de fevereiro! Cada bloco se concentra em seu canto da cidade e sai, a pé, de bicicleta, de metrô, de ônibus, pula catraca!, no seu ritmo, com suas cores, carnavalizando a cidade e desaguando na Praia! Vêm, gente! (PRAIA, 21 fev. 2015)

Na foto, observamos que se adicionam à bandeira do monumento novas bandeiras, os estandartes dos diversos blocos de carnaval.

Figura 56 – Monumento no Vira o Santo.



Fonte: PRAIA, 21 fev. 2015.

Durante as campanhas para as eleições presidenciais de 2014, houve uma passeata de apoio à candidatura da presidenta, Dilma Rousseff (PT). A Praça da Estação formou parte da trajetória dessa passeata que saiu da Praça Tiradentes, se deslocou pela Avenida Afonso Pena, passando em frente à PBH, foi até a Praça Sete e “desceu” para terminar na Praça da Estação. Na foto a seguir observamos militantes do PT em cima do monumento, uma espécie de tomada do local, levantando, junto à bandeira do monumento, as bandeiras do partido. Importante lembrar que, tanto Dilma Rousseff quanto o candidato da oposição, Aécio Neves, são mineiros.

Figura 57 – Militantes do PT sobem no monumento em 25 out. de 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No dia 2 de fevereiro de 2015, houve roda de capoeira na Praça da Estação do grupo Mestre João em homenagem ao dia de Iemanjá. Observamos mais uma vez como o monumento funciona como um ponto de referência, pois frente ao vazio da praça e não tendo muita gente no local a roda se concentrou de frente ao monumento.

Figura 58 – Roda de capoeira ao pé do monumento em 2 fev. 2015



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

O grupo de capoeira utilizou também, de uma forma muito criativa, o monumento para pendurar seu estandarte.

Figura 59 – Estandarte no monumento em 2 fev. 2015.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Além disso, um grupo que participa da Praia de Estação levou uma imagem de Iemanjá e foi improvisado, ao pé do monumento, um altar onde foram colocadas algumas oferendas.

Figura 60 – Altar para Iemanjá no monumento em 2 fev. 2015



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Assim como o monumento, o prédio da antiga Estação, hoje MAO, também é uma referência que delimita o espaço da Praça, mas, à diferença do monumento, o local é mais escolhido como “cenário”, no sentido de ser mais utilizado como parte da composição em fotos sociais (casamentos, por exemplo), como se pode notar na figura 61, e para reportagens ou matérias de exterior de alguns canais de televisão.

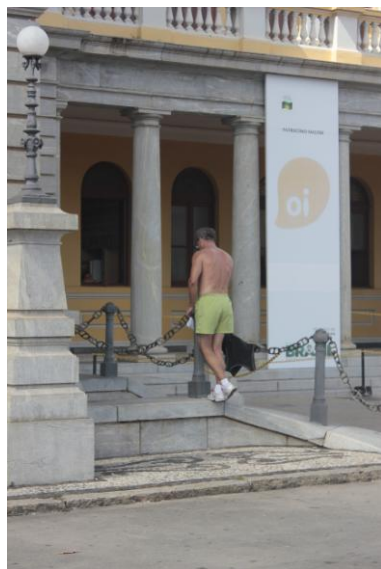
Figura 61 – Fotografia de casamento em frente ao MAO.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Excepcionalmente vemos pessoas interagindo com aquele prédio, como observamos, por exemplo, na figura 62, só situações isoladas como a de um homem que utiliza o desnível da pilastra na lateral da porta de entrada para fazer alongamento.

Figura 62 – Homem alongando no MAO em 29 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

As galerias do prédio ou os desníveis que poderiam ser utilizado como possíveis bancos, foram isolados com cordas, o que impossibilita esse tipo de uso. Além disso, a presença policial em frente ao prédio do MAO é contínua, criando um entorno intimidatório.

Figura 63 – Policias em frente ao MAO em 3 dez. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 64 – Viatura na lateral do MAO em 29 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No dia 18 de novembro de 2014, observamos uma formação de policiais em motocicletas em frente ao prédio; eles fizeram uma “cerimônia” e depois os policiais saíram nas suas motos com as sirenes ligadas.

Figura 65 – Cerimônia policial frente ao MAO em 18 nov. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No dia da Virada Cultural (evento organizado pela PBH) foi projetada no prédio uma série de imagens relativas ao evento (*mapping*). Antes de iniciar a projeção, o apresentador do evento disse para se olhar o Museu de Artes e Ofícios, e aclarou: “o prédio do lado direito”. Essa aclaração diz também do desconhecimento das pessoas de que ali funciona um museu. O prédio tem só alguns *banners* pendurados informando que ali existe um museu, mas essa

informação não é perceptível de longe; como vimos, não é muito frequente as pessoas passarem perto do prédio e, além disso, as correntes funcionam como uma barreira física e visual que não convida a quem passa por ali a ingressar.

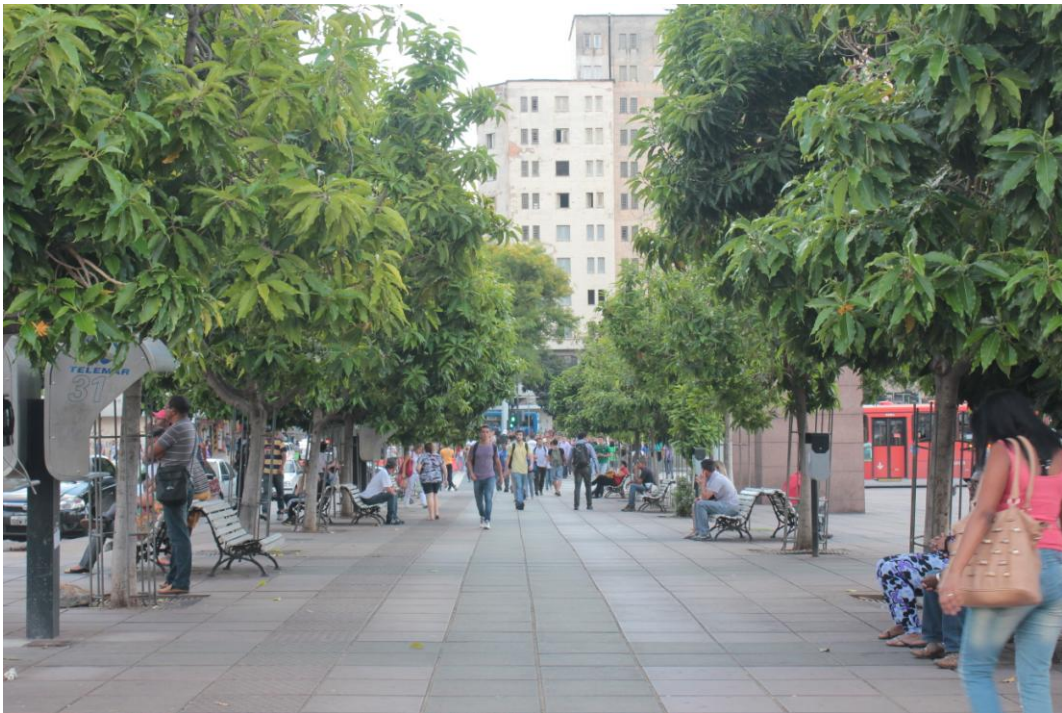
Figura 66 – *Mapping* projetado sobre o prédio do MAO em 30 ago. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Na Praça da Estação, as pessoas são mais atraídas para as laterais, com maior presença na lateral da Rua Caetés. As duas laterais têm uma composição similar, conformadas por uma espécie de “alameda/corredor”, delimitadas por bancos, árvores, lixeiras e orelhões. Ali, a presença de mais atrativos (bancos com sombra para descansar) faz com que esse espaço seja mais utilizado. A lateral da praça sobre a Rua Caetés funciona também como corredor que direciona o fluxo de pessoas que tem como origem ou destino a Estação central de metrô, o que faz desse espaço o mais animado e movimentado da praça. No horário de pico, o fluxo aumenta consideravelmente.

Figura 67 – Lateral da Praça da Estação com Rua Caetés em 3 dez. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

É possível identificar os pertences, possivelmente de pessoas ou que moram na rua, ou tomadores de conta ou lavadores de carros que trabalham na Rua Caetés ou Aarão Reis.

Figura 68 – Objetos na lateral da Praça da Estação com Rua dos Caetés em 1 mai. 2014.



.Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Sendo o local de maior fluxo, também é possível observar ali pessoas tentando comercializar seus produtos ou oferecendo serviços. Na figura 69 observamos uma jovem

mulher sustentando um cartaz, na saída do metrô, que oferece tatuagens e *pierciengs* e na figura 70 um grupo de mulheres evangélicas junto a uma “biblioteca móvel” com livros da religião como uma estratégia de abordagem das pessoas que por ali passam.

Figura 69 – Mulher oferece tatuagens na saída do metrô na Praça da Estação em 29 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 70 – Mulheres evangélicas em 25 jul. 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Outro ponto da praça, no qual há presença de pessoas ocupando o espaço, é ao lado do metrô. Ali, os desníveis funcionam como bancos e as grades como uma delimitação do espaço o que acaba formando um lugar na esplanada, mais aconchegante que o vazio.

Figura 71 – Estação Central do metrô



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A outra lateral da Praça, na Rua Guaicurus, é menos movimentada. A maior parte dos trabalhos de campo coincidiu também com as obras do Centro de Referência da Juventude. Ali observamos a presença dos carretos de mudança.

Figura 72 – Carretos parados na Rua Guaicurus com Praça da Estação.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Durante o tempo das obras do Centro de Referência da Juventude, observamos também sobre a rua Guaicurus a “construção”, aos poucos, de uma moradia encostada aos tapumes das obras. Aqui também é possível observar que o mobiliário urbano é utilizado para guardar objetos pessoais.

Figura 73 – Moradia na Rua Guaicurus com Praça da Estação em 1 mai 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 74 – Objetos na lateral da Rua Guaicurus em 29 mar. de 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Embora a Praça da Estação não disponha de tantos elementos como suporte, a não ser nas laterais, mesmo assim é possível identificar várias intervenções nos mais diversos suportes: árvore, chão, coluna, monumento, lixeira, orelhão e placa informativa. Os tipos de intervenção e informação também variam: pichação, xerox, estêncil, caneta etc. As intervenções na Praça da Estação parecem mais “clandestinas” devido a características do espaço, trata-se de um “espaço aberto” que inibe esse tipo de intervenção, assim como de um espaço com marcada presença policial. Algumas destas intervenções podem passar despercebidas por quem passa pelo local com pressa. Observamos, por exemplo, uma caixinha de madeira com o símbolo da “Praia da Estação” pendurada numa das árvores da Praça e um estêncil no chão com o lema “Democratize a mídia”. Observamos também alguns

xerox com informações variadas (alugueis, cursos etc.) colados nas lixeiras e nas colunas de iluminação, assim como as tentativas de apagar várias das intervenções, principalmente pixações, nas colunas e no monumento.

Figura 75 – Intervenção da Praia da Estação em 3 dez. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 76 – Estêncil “Democratize a mídia” na Praça da Estação em 3 dez. 2013



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 77 – Tentativa de remover uma pixação na coluna de iluminação.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 78 – Publicidade na Praça da Estação em 3 dez. 2014.



“More em um Oásis em frente ao Itaú Power. Lançamento 2 e 3 quartos. Sinal R\$ 10.000,00. (31) 8402-7362”.

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 79 – I'm not a monkey. Praça da Estação em 29 mai. 2014.



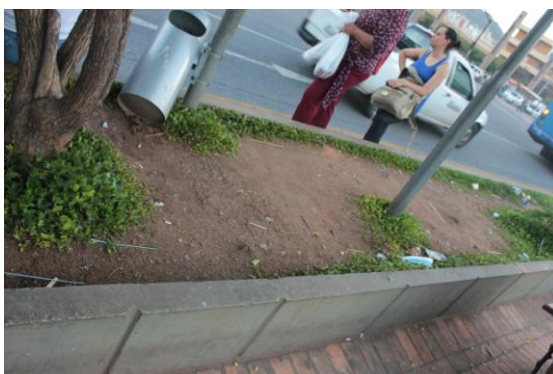
“NO!! I’M NOT A MONKEY!”

Possivelmente em referência à questionada campanha #somostodosmacacos, lançada pelo jogador Neymar frente aos atos de racismo no futebol.

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Na *Praça Rui Barbosa* há também problemas com os pontos de ônibus localizados nos dois caramanchões ou pérgolas que existem na praça. A estrutura foi projetada como referência às antigas, que foram retiradas com a duplicação das vias na década de 1960, e não como pontos de ônibus. A estrutura não possui teto para proteger os usuários em caso de chuva, nem bancos, nem lixeiras. Existem inclusive denúncias à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) que chegam à Diretoria do Patrimônio, por ser o local parte do conjunto tombado. Essas denúncias alertam sobre a segurança dos usuários e relatam um conjunto de problemas: a estrutura compromete a operação do ponto, pois junto a ela foram plantadas trepadeiras que obstruem a visualização do ônibus; o espaço destinado é insuficiente para a demanda; os canteiros impedem a acomodação dos usuários no passeio e eles acabam esperando o ônibus na via; várias linhas operam fora da área delimitada pela estrutura, com isto o embarque e desembarque acabam ocorrendo na própria via; entre outros. Na figura 80 observamos pessoas esperando na via. As falhas nas gramas do canteiros confirmam o fato de que as pessoas atravessam por cima deles, seja na hora do embarque ou desembarque, como observamos na figura 81.

Figura 80 – Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [1] em 3 dez. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 81 – Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [2] em 3 dez 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Sendo também um ponto forte de concentração de pessoas na praça, no qual as pessoas “permanecem” e têm mais tempo para ler, essas estruturas são utilizadas como suporte de propaganda e diversas informações, além de serem improvisadas como lixeiras. Observando que ali há uma maior “concorrência”, variedade de serviços e rotatividade nos anúncios.

Figura 82 – Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [3] em 3 dez. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 83 – Ponto de ônibus na Praça Rui Barbosa [4] em 3 dez 2013.



Serviços como tratamento de alcoolismo, de tabagismo e aula de idioma.

Fonte: Arquivo de pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Nos fluxos constantes da praça, os bancos são um local de parar, de ficar. Observamos pessoas sozinhas, principalmente homens, em atitude de contemplação, vendo o tempo passar. Também é muito frequente ver casais namorando, ou pessoas que, pela proximidade, escolhem a praça para seu horário de almoço.

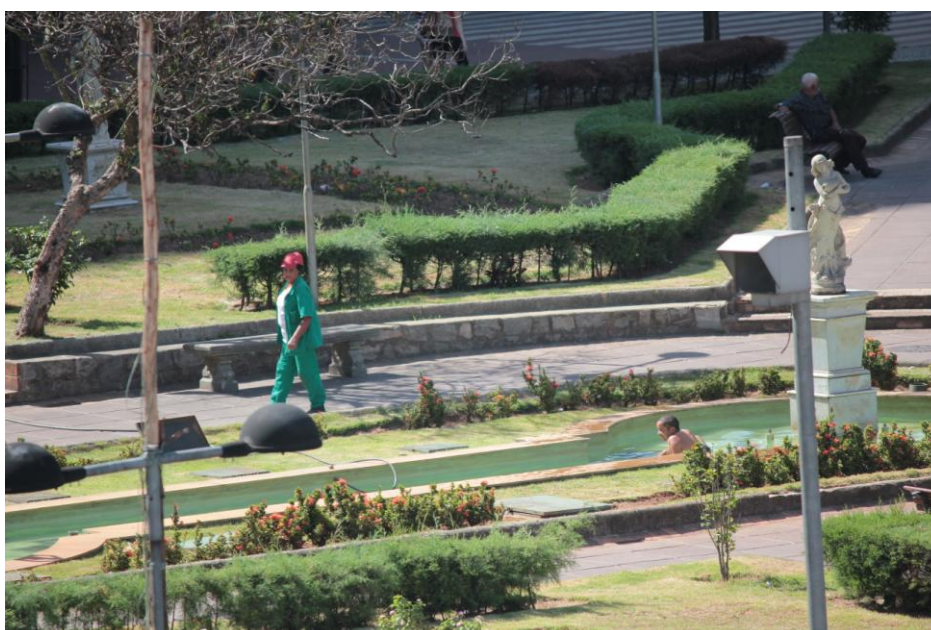
Figura 84 – Bancos na Praça Rui Barbosa em 29 mai. 2014.



Pessoas sentadas nos bancos em atitude de contemplação.
Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No calor, as fontes são uma opção para se refrescar e também para se lavar a roupa. Na mesma semana que vejo essa situação na praça, leio uma matéria do Jornal Hoje: “Chafariz e bebedouros fazem a alegria dos nova-iorquinos no verão”. Fico pensando porque os jornais locais não celebram da mesma maneira este tipo de práticas locais. Na figura 85 observamos um homem tomando banho de fonte.

Figura 85 – Homem tomando banho na fonte em 21 nov. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Observamos também algumas pessoas tirando fotos no local, mas, diferentemente da Praça da Estação, que é mais utilizada como cenário de composição das fotografias, tivemos a percepção de que as fotografias tiradas na Praça Rui Barbosa são mais próximas a um registro familiar de um passeio pela cidade. Nas figuras 82 e 83 observamos uma situação similar, mães retratando seus filhos na praça. Na primeira figura, a captura foi mais espontânea, na segunda, a mãe coloca o filho perto da fonte para compor a fotografia.

Figura 86 – Foto familiar na Praça Rui Barbosa em 1 maio 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 87 – Foto familiar na Praça Rui Barbosa em 3 agosto 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Diferentemente de outras Praças, como por exemplo a Praça Sete ou Savassi, observamos que a presença de artesãos na Praça da Estação ou Rui Barbosa só acontece excepcionalmente, em dias feriados ou quando há eventos no local, aumento na densidade do

fluxo e maior diversidade de renda da população que frequenta a praça. Em contraposição, na figura 89 vemos um homem meditando na Praça num domingo, quando a praça fica sem tanta movimentação.

Figura 88 – Artesão na Praça Rui em 30 ago. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 89 – Homem meditando nos jardins da Praça Rui Barbosa em 22 jun. 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A presença de moradores de rua é maior na Praça Rui Barbosa. Ela é mais utilizada como parte dos trajetos e, embora a Praça não seja o melhor local para “morar”, devido a que, por exemplo, em caso de chuvas não há nenhum anteparo, é comum ver pessoas utilizando os jardins da praça como moradia. Essas casas são construídas e desconstruídas com muita

frequência. Na figura 90 observamos, por exemplo, uma mulher dormindo no jardim da praça junto a seus pertences: carrinho de supermercado, mantas, etc.

Figura 90 – Mulher dormindo no jardim da Praça Rui Barbosa em 1 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Nos trabalhos de campo conheci Aparecido, ele é morador de rua e durante o tempo da pesquisa foi uma das pessoas que sempre estava presente na praça. Em várias oportunidades, vi-o participando em Assembleias ou Audiências Públicas embaixo do Viaduto Santa Tereza. Aparecido, ou o bailarino, como é chamado pelos conhecidos da praça, trabalha com reciclagem, catando latinhas quando há eventos na Praça e quando tem jogo de futebol no Estádio Independência. Aparecido costuma ficar sempre na praça próximo a Rua da Bahia (entre a Santos Dumont e a Guaicurus). Ali existem bancos, sol e sombra quando necessário, e, particularmente um banco, que é o banco do Aparecido, onde ele sempre fica para descansar. A praça é parte do seu trajeto e um local de descanso.

Na época que conheci Aparecido, havia também um grupo de jovens (umas seis pessoas) que dormiam na praça, sempre no mesmo local, na alameda configurada pelo que era a Avenida Santos Dumont (embora hoje esse quarteirão da Avenida seja integrado à praça, ela continua com formato de rua, dividindo os dois jardins). Observava que o mobiliário deles ia aumentando dia a dia: carinhos de supermercado, colchões, mantas, papelão, como expressa Arantes (1994) numa exposição pública de domesticidades que se realizam fora das quatro paredes da casa. Observava também que esse grupo não interagia com Aparecido e sua turma, outros moradores que já se conhecem e costumam trocar ideias sempre no mesmo local. Numa conversa, um dos conhecidos de Aparecido me confirmou que eles não interagem, cada

um fica no seu canto. Um deles me alertou “nem todos os moradores de rua são iguais, o problema é o crack”. Esse grupo de jovens era, para Aparecido e sua galera os “outros”. Nesse sentido, o território aparecia como “[...] um “*campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par da sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” e os “outros” (SOUZA, 1995, p. 86).

Foi também um morador de rua que me falou que “domingo ao médio dia tem um pessoal evangélico que traz comida”, fazendo referência A “Macarronada Solidária” que acontece todo domingo em torno do meio-dia, quando um grupo de pessoas chega para servir o almoço às pessoas que estão na Praça. Segundo Luiz, uns dos integrantes da Macarronada, o grupo começou no ano de 2013 pela iniciativa do Fredy que é de um centro espírita, mas ele fala que o grupo não tem “afiliação política ou religiosa”, embora antes de dar início ao almoço, o grupo que o organiza toma as mãos e reza.

Enquanto espera o almoço, Aparecido separa os lacres das latinhas para entregar ao pessoal que, por sua vez, entrega a uma menina que as junta para conseguir cadeiras de roda. No momento da macarronada, chega gente de todos os cantos da praça, mas eles não comem juntos, cada um pega sua marmitta e volta para seu local, sua casa na praça. Uma mulher que espera o ônibus em frente a praça, atravessa a rua para participar do almoço, ela vem ao centro aos domingos para frequentar o templo e, como mora longe e leva umas duas horas e meia para chegar em casa, ela costuma almoçar com eles. Um dos organizadores da macarronada falou que isso é bom, porque os pedestres podem ver que “não é só morador de rua que almoça ali”.

Figura 91 – Macarronada Solidária na Praça Rui Barbosa em 24 ago. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

4.2 A Praça das manifestações.

As manifestações públicas de conflito social não eclodem em quaisquer ruas, em quaisquer praças, em qualquer dia e horário. Elas buscam, isto sim, lugares e ocasiões determinados: aqueles que se apresentam como sendo os adequados do ponto de vista das significações que encerram e da produção de novos significados (ARANTES (2000) *apud* LEITE, 2007, p. 279).

Entendemos que a Praça da Estação, devido aos seus significados históricos e sociais, potencializa os significados de determinados eventos e manifestações. A partir da participação em três manifestações: a Praia da Estação, a Marcha da Maconha e A Ocupação # 7: o futebol é do povo (realizada durante a Copa do Mundo de 2014) observamos a escolha da Praça da Estação como espaço das reivindicações pelo direito à cidade e o local onde ganham visibilidade as novas pautas da juventude assim como suas formas e linguagens de manifestação, marcadas pela dinâmica: ruas e redes. São criados eventos em Facebook com o objetivo de informar, mobilizar e até organizar a forma como será realizada a manifestação.

Praia da Estação. Como observamos, a Praia da Estação teve início na Praça da Estação. Inicialmente o evento começava e terminava lá. Com o tempo, o movimento foi ganhando destaque como uma referência nas lutas pelo direito à cidade, articulando-se com outras demandas.

Na Praia da Estação do dia 15 de fevereiro de 2014 observamos que a ocupação começa pela sombra das árvores e, se o número de pessoas não for muito grande, ela vai se estendendo entre o monumento e o prédio do MAO. As pessoas que participam costumam levar cangas para colocar no chão e isopores com bebida, elementos da paisagem de praia.

Figura 92 – Praia da Estação [1] em 15 fev. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Parte do ritual consiste no deslocamento na praça para chegar perto do caminhão pipa que estaciona sobre a Avenida dos Andradas, onde uma mulher fantasiada de *chapolim* começa a jogar água nas pessoas ao canto de: “Ei Chapolim, joga água em mim”.

Figura 93 – Praia da Estação [2] em 15 fev. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Nesse mesmo dia, observamos um grupo de manifestantes que chegam para se unir à praia com uma bandeira que diz “CPI BH”, com um ônibus desenhado, fazendo referência ao pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a licitação e os contratos de concessão dos serviços de transporte público no município – lembrando que desde as Jornadas de Junho de 2013 a questão da mobilidade e dos aumentos das tarifas têm sido uma das principais pautas de mobilização.

Figura 94 – “CPI BH” na Praia da Estação em 15 fev. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Nesse mesmo dia, no final da praia, as pessoas se deslocaram pela Rua Aarão Reis até chegar embaixo do Viaduto Santa Tereza. O dia 15 de fevereiro foi o último dia da ocupação do Viaduto que tinha começado há uma semana, no sábado, dia 8 de fevereiro. A estratégia de ocupação do Viaduto também foi articulada com a Praia, quando após a concentração na Praça, as pessoas se deslocaram no sentido ao Viaduto e começaram a ocupação que tinha como principal objetivo questionar a falta de transparência nas obras de revitalização debaixo do viaduto.

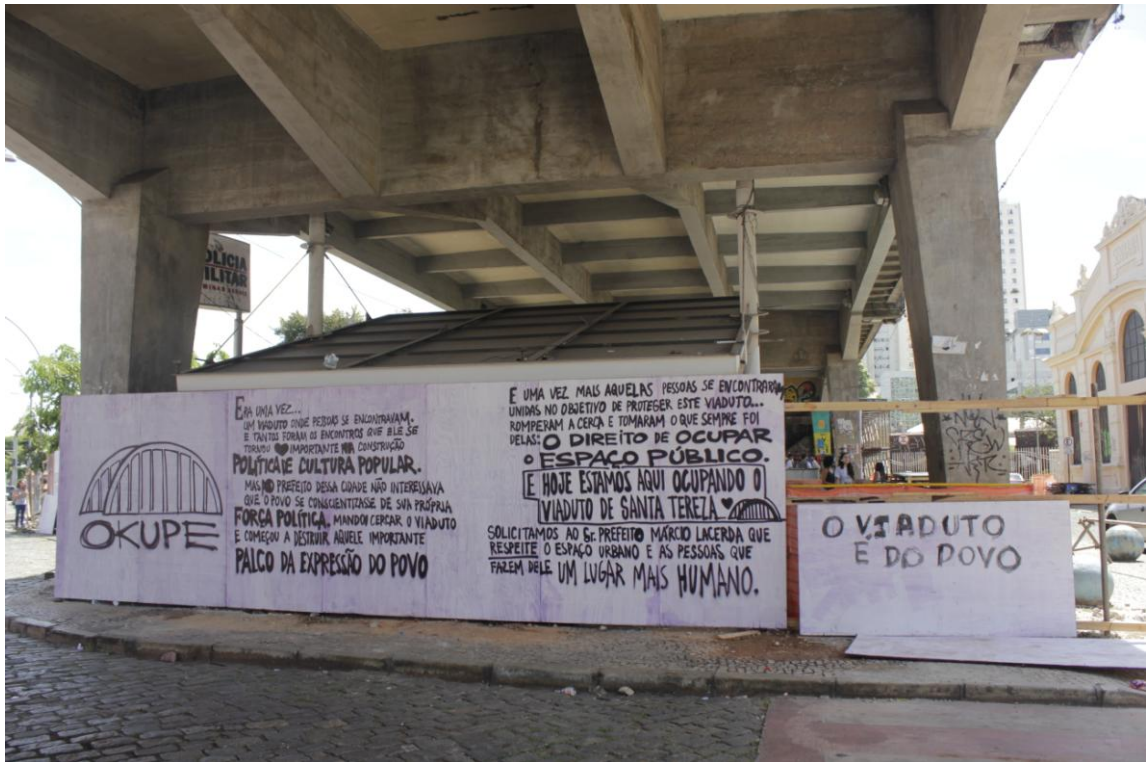
Figura 95 – Viaduto Santa Tereza [1] em 15 fev. 2014.



Praia da Estação culmina debaixo do viaduto Santa Tereza no dia do fim da ocupação.
Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Durante a semana em que aconteceu a ocupação, participei de algumas assembleias e fiz alguns registros dos escritos feitos nos tapumes das obras debaixo do viaduto. O primeiro escrito faz uma leitura da história do lugar recuperando desde sua ocupação como espaço de cultura popular, passando pela reforma até a ocupação como uma forma de recuperar o direito a ocupar o espaço público.

Figura 96 – Viaduto Santa Tereza [2] em 10 fev. 2014.



1- “Era uma vez... um viaduto onde pessoas se encontravam. E tantos foram os encontros que ele se tornou importante na construção política de cultura popular. Mas ao prefeito dessa cidade não interessava que o povo se conscientizasse de sua própria força política. Mandou cercar o viaduto e começou a destruir aquele importante palco da expressão do povo” 2- “E uma vez mais aquelas pessoas se encontraram unidas no objetivo de proteger este viaduto... romperam a cerca e tomaram o que sempre foi delas: o direito de ocupar o espaço público. E hoje estamos aqui ocupando o viaduto Santa Tereza. Solicitamos ao Sr. Prefeito Márcio Lacerda que respeite o espaço urbano e as pessoas que fazem dele um lugar mais humano”. 3- “O viaduto é do povo”.

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No segundo observamos uma interpelação à FIFA, lembrando muitas das obras realizadas na cidade foram feitas no marco da realização da Copa do Mundo de 2014 e que a FIFA foi uma das entidades mais questionadas desde as Jornadas de Junho.

Figura 97 – Viaduto Santa Tereza [3] em 10 fev. 2014.



“Hello FIFA... in here you find we hate and strike. Do well come”.

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Por último, utilizando uma gráfica típica de venda de imóveis, foi colocada numa das pilastras do Viaduto um cartaz que questiona a venda da cidade, a privatização dos espaços públicos, e ao prefeito como empresário da cidade.

Figura 98 – Viaduto Santa Tereza [4] em 10 fev. 2014.



“Vendo este imóvel. Tratar com Marcio. Av. Afonso Pena, 1212 – Centro / BH. TEL: 156”.

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No dia 1º de março, voltei ao Viaduto e os tapumes já tinham sido remanejados, as frases se perderam, mas foi pendurada uma bandeira no Viaduto com a frase “Direito à cidade”.

Figura 99 – Viaduto Santa Tereza [5] em 1º mar. 2014.



“Direito a cidade”

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Marcha da Maconha. Outra manifestação que acontece na Praça da Estação é a Marcha da Maconha. No ano de 2014, ela foi marcada para o dia 31 de maio (sábado), e o objetivo era concentrar na Praça da Estação às 13:00h e sair rumo à Praça da Liberdade às 16h20, passando pela Praça Sete e parando no trajeto em frente à PBH. Na figura 100 observamos que a concentração na Praça é utilizada também como um momento para realizar cartazes sobre lemas do evento que logo serão utilizados em todo o percurso da passeata.

Figura 100 – Marcha da maconha [1] em 31 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Na figura 101 observamos um “baseado”, cigarro de maconha, com uma bandeira que diz “cultivo doméstico” e, do lado esquerdo, um helicóptero fazendo referência à operação realizada em 24 de novembro, na qual a Polícia Federal do Espírito Santo apreendeu 450 kg de cocaína em um helicóptero da Limeira Agropecuária, empresa do deputado estadual por Minas Gerais, Gustavo Perrella (SDD).

Figura 101 – Marcha da maconha [2] em 31 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No dia da marcha, observamos também o aumento do policiamento que se localizou em frente ao MAO.

Figura 102 – Marcha da Maconha [3] em 31 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Formam parte desses eventos “não oficiais” vendedores ambulantes diferentes dos que trabalham cotidianamente na praça. Este novo tipo de vendedores ambulantes são jovens que, geralmente participam da marcha ao mesmo tempo que se utilizam de ferramentas de marketing para promover seus produtos.

Figura 103 – Ambulante na Praia da Estação em 25 fev. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 104 – Ambulante na Marcha da Maconha em BH em 31 mai. 2014.



“Catucaí. O drink do amor”.

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A Ocupação. Durante a Copa do Mundo, a Praça da Estação tinha sido pensada como um dos locais que receberiam as *Fan Fest's* da Fifa. As “Jornadas de junho” de 2013 mudaram o cenário e, durante a Copa, por temor a possíveis manifestações, as *Fan Fest's*, que seriam realizadas na Praça da Estação e na Praça JK, foram transferidas para o Expominas.

Durante a Copa, além da Praça Sete, houve também manifestações na Praça Savassi, local onde se concentravam as diferentes torcidas dos times que jogaram em Belo Horizonte assim como na Praça da Liberdade.

No dia 22 de junho de 2014, durante a Copa do Mundo, foi realizada na Praça da Estação a Ocupação #7: “O Futebol é do povo”.

A Ocupação é um ato/manifestação político-estética da cidade de Belo Horizonte construído de forma horizontal, autônoma e autogestionada por artistas, ativistas culturais e demais agentes tendo como pauta sempre a reivindicação do uso do espaço público para maneiras outras de ser, estar e sentir! Desde a sua primeira vez, A Ocupação vem sendo construída pela população de forma autônoma, horizontal, colaborativa, a fim de integrar os espaços, potencializar a participação popular livre e promover o manifesto cultural alinhado ao caráter democrático, inclusivo, diverso e espontâneo. É importante destacar que as ocupações não são eventos, e sim manifestações artísticas-políticas-culturais populares, organizadas de forma descentralizada e abertas a todos que quiserem participar da sua construção de maneira colaborativa e autogestionária (A OCUPAÇÃO #7, 22 Jun. 2014)

Desde a sua primeira edição, as ocupações têm como principal objetivo a “reivindicação do uso do espaço público”. No contexto da Copa essa pauta foi resignificada com o objetivo de “resgatar o verdadeiro sentido popular e lúdico do futebol arte”.

Em sua sétima edição, A Ocupação #7 tomará o corredor cultural da Aarão Reis e também contará com um campeonato mundial de futebol de rua. Atingidas e atingidos pela Copa vão resgatar o verdadeiro sentido popular e lúdico do futebol arte, que se difunde dos campinhos de terra e nas ruas, com direito a tropeirão dos barraqueiros do mineirão, juiz palhaço e geral na torcida! Nosso futebol é do povo e não aceita a FIFA não! Monte sua seleção e participe! (A OCUPAÇÃO #7, 22 Jun. 2014).

Foram penduradas varias faixas em distintos pontos da Praça da Estação que deram visibilidade para algumas das mudanças que o megaevento operou sobre o futebol, enquanto elemento da cultura local, material e simbolicamente. Uma primeira faixa “O futebol é nosso!” denuncia o processo de desapropriação do futebol enquanto produto, mercancia.

Figura 105 – A Ocupação # 7 [1] em 22 jun. 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No monumento a Civilização Mineira foi pendurada uma faixa exigindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigue as obras de reforma realizadas no Estádio para a Copa do Mundo.

Figura 106 – A Ocupação # 7 [2] em 22 jun. 2014



“CPI do Mineirão”

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

O Mineirão, como qualquer ambiente construído, tem sua história e memória atrelada à cultura do lugar. As reformas no estádio (monumentos do futebol) tiveram um efeito similar às revitalizações que acabam gerando processos de gentrificação. Outra faixa pendurada na lateral da Praça exige “Volta Tropeirão”, lembrando que já durante a Copa das Confederações (2013) a FIFA proibiu a sua comercialização dentro do estádio para evitar concorrência com os produtos dos patrocinadores oficiais e por exigir o uso de gás na produção.

Figura 107 – A Ocupação # 7 [3] em 22 jun. 2014



“Volta Tropeirão”

Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A Praça da Estação foi marcada como um campo de futebol e houve “campeonato” entre diversos grupos que participaram da ocupação: o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC), Ocupação Eliana Silva, Tarifa Zero e Brigadas Populares, grupos que representam de alguma maneira, as diversas pautas que foram colocadas durante as manifestações: transporte, moradia e luta contra os despejos.

Figura 108 – A Ocupação # 7 [4] em 22 jun. 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Dentre a série de reivindicações que eclodiram durante a realização da copa do mundo no Brasil, a ocupação deu visibilidade para umas das mudanças que os megaeventos trouxeram para a cultura local. Um elemento tão caro a cultura do Brasil como o futebol foi “padronizado” e foram apagados todos os elementos da cultura local.

4.3 A praça dos eventos.

Os eventos e shows realizados na Praça da Estação trazem um olhar do espaço, e seus usuários, como cenário da cultura popular e de massa. Os artistas que ali se apresentam possuem um repertório ligado às tradições da cultura popular ou tem grande convocatória. A particularidade dos shows na Praça da Estação, ficou mais evidente no caso da Virada Cultural, evento organizado pela PBH que, na edição de 2014, utilizou as diversas praças como palcos de shows. Os repertórios dos artistas e o perfil do público variaram de acordo a cada local.

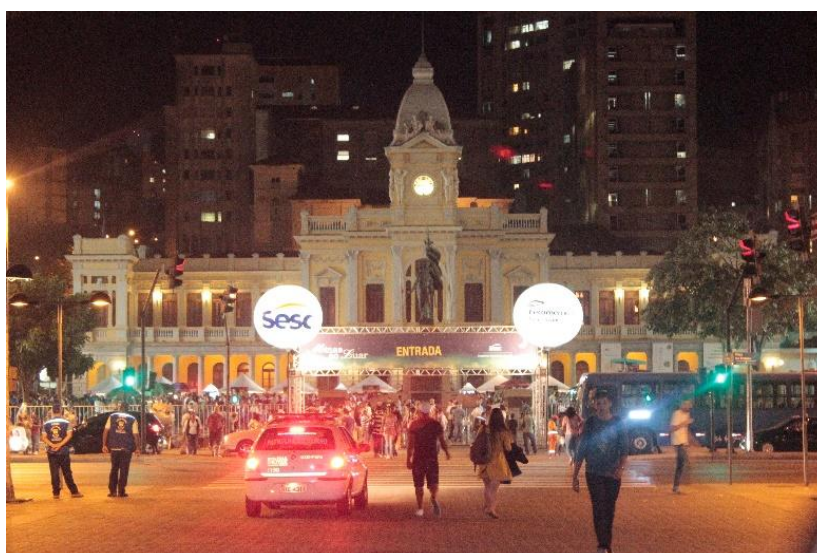
Como já mencionamos, diferentemente das manifestações, os eventos oficiais implicam toda uma estrutura de fechamento do perímetro das duas praças (com grades ou painéis), do monumento na Praça da Estação e dos jardins e fontes da Praça Rui Barbosa. No caso da Praça da Estação, esse fechamento deve sempre deixar acesso à Estação Central de Metrô e ao MAO e, na Praça Rui Barbosa, são liberadas algumas passagens.

Os ingressos são gratuitos e retirados com antecedência. Em geral, cada pessoa pode retirar entre dois e quatro ingressos, sob o argumento de evitar os “cambistas”. Temos observado que, quando o evento é muito visado, formam-se grandes filas para a retirada de ingresso e, na hora de sua realização temos observado, principalmente em eventos com artistas de muito apelo, a presença de alguns cambistas no local. Recentemente passou a existir a opção de adquirir os ingressos pela internet numa plataforma que cobra pelo serviço.

No dia 23 de maio de 2014 foi realizado na Praça o evento Minas ao luar, uma parceria do Sesc (Serviço Social do Comércio) com a TV Globo Minas. O evento é gratuito e itinerante e tem como objetivo promover a “difusão cultural, preservando a tradição seresteira, ao mesmo tempo em que cultiva e difunde grandes sucessos do cancionero musical popular brasileiro. No repertório, letras e melodias de todos os tempos” (SESC, 2015). Na sua edição da Praça da Estação teve apresentação de Aline Calixto (sambista) e o Grupo Canta Brasil que apresenta em seu repertorio da seresta tradicional aos clássicos da MPB.

Nas figuras 107, 108 e 109 observamos as estruturas montadas para o evento: portão “entrada” com catracas e fechamento com grades do monumento e árvores. Destacam-se também as logomarcas dos patrocinadores do evento.

Figura 109 – Portão de entrada em 23 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 110 – Catracas em 23 mai. 2014.



Cartaz pendurado que diz: “Feminino”.
Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 111 – Fechamento do monumento e arvores em 23 mai. 2014.

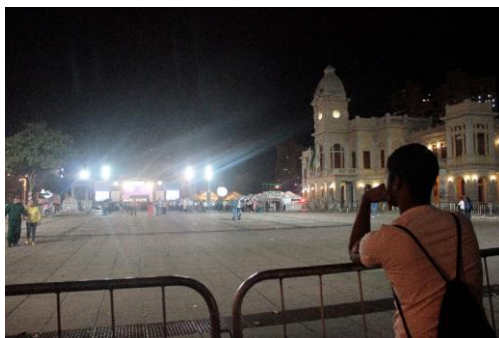


Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

O público do evento era, majoritariamente, composto de famílias e pessoas adultas. Como observamos na figura 112, o evento não teve muita convocatória e a praça só foi

ocupada pela metade. Observamos que as pessoas que por ali passavam com destino ao metrô, por exemplo, ficavam curiosas sobre o que estava acontecendo na Praça, mas o fato de esta encontrar-se fechada com grades e a necessidade de prever a busca de ingresso fez com que muitos dos transeuntes acabassem assistindo o espetáculo detrás das grades.

Figura 112 – Espectador do Minas ao Luar em 23 mai. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Os jardins da Praça Rui Barbosa tinham sido fechados com grades com abertura nos passeios para permitir a circulação das pessoas e acesso aos bancos.

Figura 113 – Grades na Praça Rui Barbosa em 23 mai. 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Outro evento realizado na Praça é o Arraial do Belô que faz parte do calendário oficial de Belotur. O evento contempla “manifestações culturais que resgam o costume das festas juninas mineiras, reafirmando a importância das tradições populares brasileiras [...] juntamente com as apresentações das quadrilhas, o público pode apreciar a gastronomia típica da festa” (BELOTUR, 2015).

Observamos a mesma situação que no Minas ao Luar, embora o evento seja realizado só na Praça da Estação há também fechamento com grades dos jardins da Praça Rui Barbosa.

Figura 114 – Fechamento Praça Rui Barbosa em 25 de julho de 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

As estruturas para o Arraial são mais complexas, similar à de um circo, com arquibancadas, barracas, etc..

Figura 115 – Fechamento Praça da Estação [1] em 25 de julho de 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Apenas uns metros de afastamento da Avenida deixam espaço para circular e há, consequentemente, uma redução do espaço para as pessoas que esperam nos pontos de ônibus.

Figura 116 – Fechamento Praça da Estação [2] em 25 de julho de 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Observamos que, perto do ponto de ônibus, foi improvisada na grade uma lixeira com uma sacola.

Figura 117 – Lixeira nas grades na Praça da Estação em 25 julho 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A “Olimpíada do Conhecimento” é uma competição promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Como parte desse evento, foram realizados shows na Praça da Estação nos dias 23 e 24 e 30 e 31 de agosto. Duas semanas depois, no dia 14 de setembro, foi realizado o Festival Natura. A diferença dos outros eventos, o Festival Natura

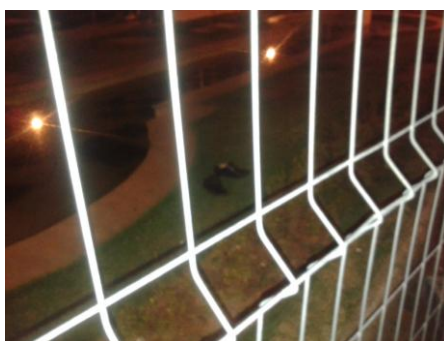
tem 12 horas de programação simultânea. Os palcos foram montados em três praças: a Praça da Liberdade, com uma programação destinada ao público infantil, a Praça JK com espetáculos para um público mais seleta e a Praça da Estação com artistas de grande convocatória.

Durante quatro semanas, desde a realização das Olimpíadas até o Festival Natura, parte das estruturas, grades, começaram a fazer parte do mobiliário da praça. Observamos que, embora colocadas para estabelecer limites a determinados usos (proteger os bens tombados, não pisar na grama e não ingressar nas fontes), elas mesmas são subvertidas com novos usos ou, simplesmente, ignoradas.

Observamos detrás das grades das fontes um par de sapatos de homem que pareciam estar lustrados e ter sido colocados com precisão, não sabemos ao certo se se tratava de uma intervenção ou de uma casualidade, como expressa Sarlo,

La operación artística sobre el espacio urbano responde al programa de hacer críticamente visible la vida en la ciudad, la pérdida de los derechos de ciudadanía, la caída del espacio público. Sin embargo la ciudad tiene una potencia devoradora de esas intervenciones al oponerles escenas que parecen provenir de un programa de artista cuando se originan en la casualidad de la vida cotidiana. La ciudad material ofrece resistencias materiales a la intervención estética (SARLO, 2010, p. 169).

Figura 118 – Intervenção ou casualidade? Praça Rui Barbosa em 23 ago. 2013.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Em época de eleição os eventos podem ser utilizados como parte das estratégias de campanha e as grades podem virar um suporte para promover um candidato.

Figura 119 – Propaganda política pendurada nas grades. Rui Barbosa em 30 ago. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Elas podem ser simplesmente ignoradas, como no caso do homem que abre as grades que “impedem” o acesso à fonte para ingressar, refrescar-se e lavar sua camisa (FIGURA 120) ou ficar obstruindo e limitando o espaço do ponto de ônibus (FIGURA 121)

Figura 120 – Abertura do fechamento da fonte. Praça Rui Barbosa em 9 set. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 121 – Grades no ponto de ônibus na Praça da Estação em 9 set 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Para quem faz da praça seu lugar de moradia, elas podem ser o suporte para improvisar um varal para estender as roupas que foram lavadas na fonte.

Figura 122 – Roupas estendidas nas grades. Praça Rui Barbosa em 9 set. de 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No dia do *Festival Natura* além das grades foram colocados painéis em todo o perímetro da Praça. Durante o dia da montagem ainda era possível observar os usos cotidianos da praça, como um homem aproveitando o sol e lendo um jornal num banco da praça.

Figura 123 – Homem entre as grades lendo um jornal em 13 set. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A turma, que na época dormia na Praça Rui Barbosa, assim como nos bancos onde ficam Aparecido e seus companheiros, ainda “resistia”. Eles “abrem” as placas da praça para poder utilizar os bancos. Um deles é o mais indignado com o fechamento, diz que “isso não pode”, que “a praça é pública”, e argumenta que ele também é cidadão, que paga os impostos sobre a cachaça que compra, e que o fato de não ter um endereço não o faz menos gente.

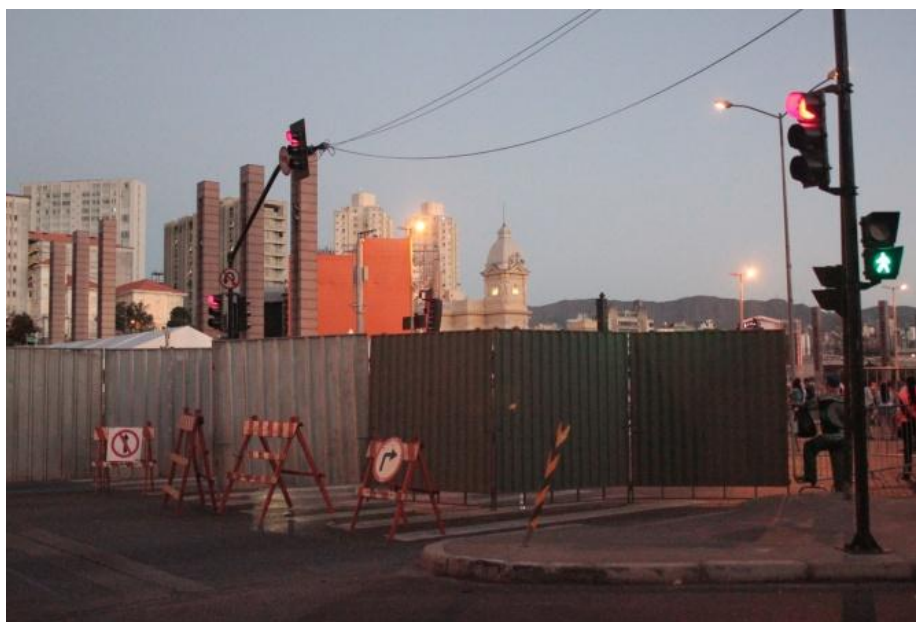
Figura124 – Abertura das placas da Praça Rui Barbosa em 14 set. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Aproximei-me da turma que na época dormia lá e perguntei-lhes o motivo dos painéis que estavam sendo colocado. Quem me respondeu foi Marta, dizendo que era por causa do evento que haveria à noite. Falou em tom explicativo, não havia sinais de denúncia nisso. Perguntei o que eles pensavam fazer, onde iriam ficar, mas ela não se mostrou preocupada. Quando voltei à noite, a praça já estava totalmente fechada, e já não era possível identificar o que estava acontecendo dentro da praça.

Figura 125 – Praça fechada no Festival Natura [1] em 14 set 2015.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Figura 126 – Praça fechada no Festival Natura [2] 14 set 2014



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Frente ao portão de entrada, diante das filas enormes de gente com ingresso para entrar na praça, encontrei a turma que dormia na praça com todo seu mobiliário na calçada do Centro Cultural da UFMG. Isso me fez refletir sobre como a expulsão de determinadas pessoas não faz que elas “desapareçam”, eles simplesmente mudam para outro local.

Figura 127 – Moradores de rua em frente ao Centro Cultural UFMG em 14 set. 2014.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A entrada tinha sido montada em frente ao Centro Cultural, na Rua da Bahia. Catadores e vendedores ambulantes, proibidos de ingressar e obrigados a sair, ficaram concentrados em torno ao portão de entrada. Os que conseguem ingressar não podem levar seus carinhos, então eles improvisam um ponto de coleta: grandes sacolas penduradas de algum poste no qual vão colocando as latinhas.

Figura 128 – Portão de ingresso do Festival Natura. Praça Rui Barbosa 14 set 2015.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A realização desses eventos permite observar que o fechamento da praça cria fronteiras materiais e simbólicas, elas mudam territórios construídos, proibem determinados usos e determinam quem pode ou não entrar nela em dias de eventos, além disso, a diversidade de usos das grades evidencia a diversidade de usos e usuários da praça.

4.4 Disputas e apropriações na Virada Cultural e o Carnaval de rua.

El llamado aumento del incivismo no es el resultado de un excesivo índice de libertad, sino todo lo contrario, de un aumento en los constreñimientos de una desconfianza frontal ante cualquier apropiación del espacio público no fiscalizable o que no rinda beneficios y de la hostilidad contra las puestas en escena de los descontentos que toda sociedad no puede dejar de producir (DELGADO, p. 235)

A partir das pesquisas e trabalhos de campo percebemos que os eventos e manifestações culturais são um elemento importante para entender os conflitos em torno da Praça da Estação. Para refletir sobre isso, escolhemos analisar dois grandes eventos, um, a Virada Cultural, realizada pela PBH e o outro, o Carnaval de Rua, em particular, o desfile do Bloco Então, Brilha! que tem como destino final do seu trajeto a Praça da Estação.

Na segunda edição da Virada Cultural (2014) a Praça da Estação não foi fechada, só os jardins da Praça Rui Barbosa. Acreditamos que isso tenha a ver com a proposta conceitual do evento: “Em sua segunda edição, a Virada traz à tona conceitos discutidos e apropriados pela cidade, como o uso do espaço público, sustentabilidade, mobilidade e novas vivências” (VIRADA CULTURAL, 2014). A proposta do evento são 24h interrompidas de programação artística e cultural em diversos locais da cidade (praças e equipamentos).

Houve por parte dos organizadores do evento, uma leitura do espaço diferente da observada nos outros eventos. Foram reconhecidas algumas territorialidades, por exemplo, além da Praça da Estação, a Rua Aarão Reis também foi transformada em palco de shows afins dos tipos de ocupação cultural que já acontece debaixo do viaduto (lembrando que na época se encontrava em obras), principalmente a cultura *hip hop*.

Figura 129 – Palco da Rua Aarão Reis na Virada Cultural.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Na Praça Rui Barbosa houve uma exposição do Centro de Referência da População de Rua de um tapete, similar àqueles realizados com serragem, feito com materiais recicláveis.

Figura 130 – Tapete na Praça Rui Barbosa na Virada Cultural.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

A Avenida dos Andradas foi interditada e se realizou no local o 2º Campeonato Brasileiro de Bike Polo.

Figura 131 – Avenida dos Andradas em frente ao Edifício Central na Virada Cultural.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Outro espaço “palco” foi a rua Tupinambás com shows ligados a cultura Jamaicana assim como a Rua Guaicurus, onde teve palco com shows, exposições de fotografias e intervenções que, de alguma forma, procuravam diálogo com a história da rua ligada à prostituição. A maior apresentação lá foi do artista Tom Zé, que parece ter se informado da história do local e improvisou uma marchinha dedicada à rua: Guaicurus, Guaicurus, toda menina aperta na medida / Guaicurus, Guaicurus, se não fosse tu, Belo Horizonte podia ‘tá’ fodida / Guaicurus, Guaicurus, carrega tua cruz que no buraco também tem luz.

A Virada Cultural também foi local de manifestações contra o despejo das ocupações das ocupações de Esperança, Vitória e Rosa Leão, conhecidas como ocupações Isidoro, localizadas na área da Mata da Granja Werneck, na Região/Bairro Isidoro. Por meio das redes sociais foi lançada uma campanha para ocupar a Virada Cultural com cartazes de apoio às ocupações. No convite da *fanpage* Resiste Isidoro, pode-se ler:

Hoje é dia de resistir na Virada Cultural de BH. Está aberto o “Resiste Isidoro OCUPA a Virada Cultural! A festa é pública, é para todos e é conquista do povo. A partir de 16h de hoje até o final do dia de amanhã, estamos todos convidados a participar da mobilização pelas famílias que vivem no Isidoro, na Rua Aarão Reis, perto do Viaduto Santa Tereza. Faça sua plaquinha #ResisteIsidoro e vem! (RESISTE Isidoro, 2014)

Figura 132 – Resiste Isidoro ocupa a Virada Cultural [1]



Fonte: RESISTE..., 2014.

Fotografias de diversos artistas e participantes que manifestaram seu apoio as ocupações foram publicadas no perfil Resiste Isidoro em um álbum denominado: “Resiste Isidoro na Virada Cultural”.

Figura 133 – Resiste Isidoro na Virada Cultural [2]



Fonte: RESISTE..., 2014.

Figura 134 – Resiste Isidoro na Virada Cultural [3]



Fonte: RESISTE..., 2014.

Se na Virada Cultural houve por parte do poder público uma leitura “especializada” da cultura, que reforça determinadas representações desses lugares na cidade assim como uma apropriação dos discursos de ocupação do espaço público, o Resiste Isidoro ocupa a Virada Cultural, veio para tensionar esse discurso, colocando em questão as ocupações urbanas e o direito a moradia.

No caso do Carnaval foi possível observar outra tentativa de apropriação e formatação da cultura popular por parte de uma empresa patrocinadora que foi em seguida denunciada pelos blocos de carnaval que lançaram um manifesto de repúdio à cervejaria Skol, do grupo Ambev, pela utilização de imagens do carnaval. O manifesto publicado no perfil “Carnaval de Rua BH” relata como, desde 2009, o carnaval na cidade vem crescendo de forma independente e como uma forma de ocupação festiva do espaço público:

Desde 2009, o Carnaval de rua de Belo Horizonte vive a olhos nus uma intensa transformação que, de forma independente, sem chancelas ou patrocínio, reinventa tradições e faz pensar a cidade que queremos. Anarquicamente maravilhoso, nosso Carnaval tem se tornado um sublime momento do ano em que, em meio à ocupação festiva do espaço público, buscamos ressignificar a relação com a cidade e com o outro, bem como contestar políticas danosas ao bem-estar social. E com um detalhe importante: é feito do povo e para o povo, como deve ser o Carnaval.

[...] muito nos espantou quando surgiu, no decorrer do Carnaval de 2015, uma esdrúxula tentativa de apropriação financeira da festa pela cervejaria Skol, do grupo Ambev, que amargou propostas de patrocínio negadas por vários blocos. Companheirxs desses mesmos blocos tiveram, sem autorização prévia, fotos divulgadas com logomarcas estampadas em seus rostos, tendo seus direitos de imagem violados, como se compactuassem com qualquer tipo de aparelhamento do Carnaval. (CARNAVAL DE RUA BH, 24 FEV, 2015)

O prefeito Márcio Lacerda defendeu a atitude de ter um patrocinador oficial e expressou: “Nós conseguiríamos conviver com 200 blocos tranquilamente, mas será sempre necessário, apesar dos liberticidas dizerem que tem que ser espontâneo e andar onde quiserem, o direito de outras pessoas não comporta esse tipo de reivindicação” (CRUZ, 2015).

No caso da Praça da Estação foi montada a estrutura de “proteção do patrimônio público e cultural da cidade” com a logomarca dos patrocinadores Skol e Tim (companhia de telefone) e o lema do Carnaval 2015: “A casa é sua. A festa também”.

Figura 135 – Carnaval na Praça da Estação.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

No dia sábado 24 de fevereiro, o Bloco Então Brilha! saiu da Rua Guaicurus até chegar na Praça da Estação. A quantidade de gente transbordou a Praça e foi ocupada toda a Avenida dos Andradas. Não vimos o momento em que algumas grades foram retiradas, mas rapidamente, as pessoas começaram a ocupar os jardins da Praça Rui Barbosa.

Figura 136 – Jardins da Praça Rui Barbosa no Carnaval



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Era um dia de muito calor e as pessoas começaram a ingressar na fonte, isso foi encorajando outras. Durante um tempo a fonte permaneceu ligada refrescando aos foliões até que foram desligadas e as pessoas se retiraram. Houve um caso de um jovem que caiu da fonte e teve que ser atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Fiquei com a sensação de que se o espaço não teria sido fechado e tivessem colocado pessoal para cuidar da segurança das pessoas o acidente não teria acontecido.

Figura 137 – Fonte da Praça Rui Barbosa no Carnaval.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

As pessoas permanecem nos jardins da Praça, sentadas e deitadas na grama debaixo da sombra das árvores.

Figura 138 – Jardins e esculturas da Praça Rui Barbosa no Carnaval.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Foto: Elena Lucía Rivero.

Observamos que, na proposta da Virada Cultural, que tinha como objetivo trazer à tona os conceitos discutidos e apropriados pela cidade, como o “uso do espaço público”, subjaz a ideia de um espaço público preexistente aos atores, que só deve ser “usado”, “preenchido”. Já no carnaval, ganha destaque o espaço público enquanto espaço da espontaneidade, da possibilidade de ações sem aviso prévio, baseadas no improviso e na emoção, onde se torna possível e visível a reapropriação da cidade como valor de uso, como expressa Lefebvre, “o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)” (2009, p.12).

As dimensões que o carnaval vem tomando a cada ano e as diversas tentativas de disciplinar a festa falam de um embate entre apropriação da cidade em seu valor de uso e a cidade enquanto mercadoria. Essas observações nos levam a pensar que na dicotomia festa/espetáculo (eventos) há novas possibilidades para se repensar a cidade, o espaço público e sua relação com o corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

El diámetro del Aleph sería de dos o tres centímetros,
pero el espacio cósmico estaba ahí,
sin disminución de tamaño.
(BORGES, 2007, p.192)

A Praça da Estação também pode ser vista como um Aleph, mas em vez do espaço cósmico, ali estava o espaço social, sem diminuição de tamanho.

Enquanto objeto de pesquisa, a Praça da Estação evidenciou inúmeros debates e a capacidade de revelar, através de suas transformações, os conflitos na produção do espaço nos quais subjazem diversos projetos de cidade.

Neste percurso observamos que o discurso dominante na organização do espaço é um discurso técnico, arquitetônico e urbanístico. Desde as primeiras discussões em torno do patrimônio, passando pelo projeto arquitetônico e as obras viárias, até os programas mais abrangentes de revitalização do hipercentro, o espaço concebido tenta se impor e reduzir o espaço vivido, exigindo uma adaptação dos usos às novas propostas e normas. Esse discurso técnico é acompanhado por um discurso do espaço público cívico, lugar do consenso e respeito que omite as contradições que emergem da sociedade.

A pesquisa revelou também alguns elementos essenciais para entender a dinâmica da Praça da Estação e os conflitos em torno dela.

O tombamento como fronteira física e simbólica. Entendemos que a delimitação do conjunto de tombamento vai definir a área de intervenção das posteriores revitalizações, excluindo da dinâmica, e da história do espaço, outros equipamentos, como vimos, por exemplo, com o Edifício Central.

O cidadão como depredador do patrimônio. Nos dias de eventos é montada uma estrutura com grades com o objetivo de “proteger” o patrimônio, tentando isolar o mesmo da dinâmica do espaço, das pessoas. Cremos que uma mudança importante seria que o poder público possa evidenciar em suas ações uma preocupação maior em proteger as pessoas nos lugares que os lugares das pessoas.

A incorporação e exclusão, através das revitalizações, de atores na gestão do espaço. Entendemos que, além de mudanças físicas, através de projetos arquitetônicos, as diversas

intervenções incorporam e excluem atores na gestão e construção do espaço. Neste sentido vemos que, se de um lado, a retirada do estacionamento da Praça foi um ganho para a população, de outro, a conversão da Estação em Museu de Artes e Ofícios se apresentou como uma forma de elitizar um patrimônio público. Observamos que a presença do MAO nesse prédio não contribuiu para uma maior vitalidade à Praça. Além disso, a gestão do museu tem estabelecido uma relação de poder com a praça, sendo inclusive favorável à proibição de eventos nela, o que gera alguns desconfortos nos equipamentos do entorno. A saída da Associação Mineira de Ferreomodelismo (AMF) para a implantação do MAO e do Espaço Miguilim para a construção do Centro de Referência da Juventude são exemplos da exclusão de alguns atores na construção do espaço. Tanto a AMF como o Miguilim tinham uma relação intensa com o território e ambos reclamam que o trabalho deles tem sido afetado pela mudança de local. Consideramos que essas situações poderiam, muito bem, ter sido negociadas de uma maneira em que todos fossem beneficiados. A falta de participação da população nos projetos tem se mostrado, principalmente a partir de 2010, uma das principais críticas e pontos de conflito.

Transporte público, obras de mobilidade e duração das obras. Observamos que a criação do Bulevar Arruda, como parte do Projeto Linha Verde, embora celebrada pela imprensa, é ainda hoje muito questionada como um retrocesso no planejamento urbano por ter coberto, o Ribeirão Arrudas para construção de novas pistas de trânsito. Isto ganha mais (ou menos) visibilidade na Praça da Estação por ter sido, historicamente, o rio um elemento da paisagem do entorno.

A pesquisa demonstrou também a importância do transporte público na dinâmica do espaço. Ele pode ser considerado uso principal, aquele que, por si só, atrai pessoas ao local. Observamos uma sinergia entre pontos de ônibus, comércio e calçadas movimentadas. Neste sentido, as obras de mobilidade do BRT-MOVE mostraram ser umas das intervenções que mais modificam a dinâmica do espaço. Além disso, vimos que ainda não foram solucionados os problemas que apresentam os pontos de ônibus existentes na Praça da Estação e Praça Rui Barbosa.

A duração das obras também deve ser considerada, pois quando estas se prolongam por muito no tempo acabam prejudicando aos pequenos comerciantes e degradando espaços com vida.

Os usos da cultura. Vimos como os projetos de revitalização da Praça têm como principal argumento reforçar a “vocação” cultural do espaço, o que foi levando a uma progressiva institucionalização desta através não só dos equipamentos culturais, como das diversas tentativas de regulamentar os usos do espaço. Nesse processo, expressões culturais como os fotógrafos Lamb-lamb, o ferreomodelismo e a cultura como ferramenta de inclusão, no caso do Projeto Miguilim, foram excluídas do espaço. Mais recentemente, frente a essa instrumentalização da cultura através de projetos como o “Corredor Cultural”, observamos que, principalmente através dos jovens, a ideia de uma cultura do “Baixo Centro” vem se fortalecendo. Essa categoria, utilizada principalmente no âmbito do urbanismo para revelar o processo de distinção sócio-espacial visível no interior do próprio centro da cidade, hoje é utilizada pelos jovens como forma de reafirmação de um espaço marcado pela diversidade cultural e que, polarizada pelas ruas Aarão Reis e Guaicurus, mistura, entre outras, expressões da chamada “cultura urbana” jovem e a “boêmia”.

Arquitetura de uma praça cívica e para eventos. Os conflitos em torno da praça revelam que o espaço público não é anterior aos atores. As manifestações realizadas na Praça utilizam o espaço público, transformando suas funções cotidianas, elas possibilitam a construção da identidade desses espaços, sempre em tensão com outras representações. Desde a Praia da Estação, a praça tornou-se um símbolo da luta pelo direito à cidade e o local escolhido pela juventude para expressar suas demandas e, a partir disso, tornam-se visíveis as mudanças nas formas de manifestação e uma nova dinâmica entre ruas e redes. Através dessas formas de protestos lúdico-culturais são criados acontecimentos que reconfiguram o espaço público como lugar do conflito e da confrontação política. As disputas em torno da Praça da Estação são também pelo direito a imaginar a cidade.

REFERÊNCIAS.

[CONJUNTO VAZIO]. *A tradição praieira insurgente de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 28 maio 2011. Disponível em: <<https://comjuntovazio.wordpress.com/2011/05/28/tradicao-praieira/>>. Acesso em: 19 abril 2015.

A OCUPAÇÃO #7. *Futebol é do povo*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/656705694398052/>>. Acesso em: 29 abril 2015.

AFINAL, uma notícia boa para a cultura mineira. *Jornal de Casa*, Belo Horizonte, 19, abr. 1989.

AINDA Ribeirão Arrudas. Direção: Amâncio Cardes Monção. 2014.(13 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZvVoqvCcO5I>>. Acesso em maio 2015.

ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. EI, Policia, a praia é uma delicia!. Rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. 2013. 163 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

ALEX, Sun. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.

ANDRADE, Cristiana. A nova Estação das águas em BH. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12, ago. 2004.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. IPHAN. n. 23, p. 190-204, 1994.

ATÉ PARECE a Lapa. Porque a Praça da Estação e seu entorno podem se transformar na versão mineira da Lapa carioca. *Revista Encontro*, Belo Horizonte, 2011.

B&L ARQUITETURA. *Praça da Estação – Boulevard Arrudas*. Disponível em: <<http://www.belarq.com.br/?portfolio=praca-da-estacao-boulevard-arrudas>>. Acesso em: 27 ago. 2014

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

DJLELEY. Bastidores do BH Canta e Dança Exclusivo (1992). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kFtmcw3jSZE>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG) Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Anteprojeto Estação 104*. Belo Horizonte, maio 2008. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. *Audiência pública discute efeitos dos eventos na Praça da Estação junto aos comerciantes*. Belo Horizonte, 7 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. *Audiência pública sobre o Centro de Referência da Juventude*. Belo Horizonte, 19 out. 2011. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. *Audiência pública sobre proibição de eventos Praça da Estação*. 24 mar. 2010a. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Câmara Municipal. *Audiência pública solicita informações sobre corredor cultural e outras intervenções*. Belo Horizonte, 16 abril 2013. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/reunioes>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto n.º 13.961 de 04 de Maio de 2010. Altera o Decreto n.º 9.687, de 21 de agosto de 1998, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XVI, n. 3577, 5 de maio de 2010. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031518>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto n.º 13.798, de 09 de dezembro de 2009. Proíbe a realização de eventos no local. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XV, n. 3481, 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto n.º 13.863, de 29 de Janeiro de 2010. Institui a Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XVI, n. 3516, 30 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto n.º 15.587, de 09 de junho de 2014. Institui a Zona Cultural Praça da Estação. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XX, n. 4574, 10 junho de 2014. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1123021>>. Acesso em: 3 maio 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Parecer técnico referente ao projeto executivo de restauração da Praça Rui Barbosa como parte do Projeto Boulevard Arrudas, pertencente ao Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências*. Belo Horizonte, 2005. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Lei n.º 7.165, de 27 de agosto de 1996. *Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237742/lei-7165-96>>. Acesso em: 2 maio 2015.

BELO HORIZONTE (MG). *Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <portalpbh.pbh.gov.br>. Acesso em 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). Portaria SARMU-CS n.º 02/2010. Regulamenta a realização de eventos na Praça da Estação. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, Ano XVI, N. 3577, 5 de maio de 2010b. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031525>>. Acesso em: 28 abril 2015.

BELO HORIZONTE (MG). *Programa Centro Vivo*. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria municipal de Coordenação e Gestão Regional Centro-Sul (SCOMGER- CS). Departamento de Planejamento Regional. Projeto 4 Estações. *Identificação e distribuição espacial das atividades econômicas do Edifício Central*. Belo Horizonte, nov. 2002. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Relatório referente à implantação da linha de integração SA01 – Praça da Estação - Metrô - Mercado Central entre modos de transporte ônibus/trem metropolitano*. Ricardo Samuel de Lana. Belo Horizonte, 24 jan. 1994. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Requalificação da Esplanada da Praça Rui Barbosa*. Memória de Projeto. Belo Horizonte, 2003. Não publicado.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Cultural. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Conjunto Urbano da Praça Rui Barbosa e Adjacências*. Belo Horizonte, 1996. Não publicado.

BELOTUR. *Arraial de Belô*, 2014. Disponível em: <<http://www.belohorizonte.mg.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/arraial-de-belo-ganha-novo-formato-e-chega-sua-36a-edicao>>. Acesso em maio 2015.

BOMFIM, Simone. Bulevar valoriza imóvel em até 40%. *O Tempo*, Belo Horizonte, 13, mar. 2007.

BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Buenos Aires: Alianza, 2007.

CALDEIRA, Junia Marques. *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (doutorado), 2007, 434p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico*. In: Carlos, A.F.; Souza, M. L. e Sposito, M. E. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo, Contexto. 2012. p. 53-73.

CARLOS, Ana Fani Alessandro. *O espaço urbano*. Novos escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNAVAL de Rua BH. Disponível em: <<https://www.facebook.com/carnavalderruaBH?fref=ts>>. Acesso em maio 2015.

CENTO E QUATRO. Disponível em: <http://www.centoequatro.org/>. Acesso em: 28 abril 2015.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CLANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

CORPOS políticos. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 4 fev. 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/02/page/4/>>. Acesso em: 29 abril 2015.

CRUZ, Márcia Maria. Prefeito defende captação de patrocínio para bancar o carnaval em BH. Belo Horizonte. *Estado de Minas*. 24 fev 2015.

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa*. Fraude y miséria del modelo Barcelona. Madrid: Catarata, 2010.

DINIZ, Ana Elizabeth. Contraste domina cenário da Praça da Estação. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jan. 1994.

DOS SANTOS, Agostinho. PBH proíbe eventos na Praça da Estação. *Hoje em dia*, Belo Horizonte, 11, dec, 2009. Minas.

ELEIÇÕES 2012 Mario Valadares (PSB-BH). *Vídeo de campanha do candidato Mario Valadares do PSB-BH*. Belo Horizonte, 4 set. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uh_bHQpaCKM>. Acesso em: 3 maio 2015

ENCONTRO PELA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO, 1, 1981, Belo Horizonte. *Belo Horizonte: Ontem, hoje, amanhã*. Belo Horizonte: IAB, 1981.122 p.

EU ALUGO BH Radicalmente. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 20 mai. 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/05/20/972/>>. Acesso em: 20 abril 2015.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *A memória cinzelada: em busca de uma consciência político-social – análise dos monumentos belorizontinos aos Inconfidentes*. In: BH. Horizontes Históricos. Org: Eliana de Freitas Dutra. Belo Horizonte: C/ ARTE, 1996.

FARIA, Guilherme. Estreia do Brasil não atrai grande público à fan fest em Belo Horizonte. Belo Horizonte. *Estado de Minas*. 15 jun 2013.

FERREIRA, Marta. Prefeitura analisa restauração da Estação. *Tempo*, Belo Horizonte, 7, jul. 1997.

FERREIRA, Pedro. Expositores de feira local vão para Alfonso Pena. *O tempo*, Belo Horizonte, 3, dez. 1998. Urbanismo.

FERREIRA, Pedro. Igreja desocupa galpão na Praça da Estação. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 07 jun. 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Omnibus: uma historia dos transportes coletivos em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

GARCIA, Luiz Henrique Assis; RODRIGUES, Rita Lages. *Historicidade e política de patrimônio: algumas reflexões envolvendo dois museus em edifícios tombados em Belo Horizonte*. In: Sebramus, 1., 2014, Belo Horizonte.

GAZETA de notícias, Rio de Janeiro, 30 jan. 1895.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONZAGA, Milene Migliano. *Diálogos públicos no Centro de Belo Horizonte: Mapas de sentido em comunicação urbana*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GOOGLE Maps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 28 abril 2015.

GOUTHIER, Juliana. *Contraste. Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28, nov. 1994. Cidade/Serviços.

GRUPOS e entidades de BH lançam carta aberta sobre o fechamento do Miguilim, espaço para crianças e adolescentes em situação de rua. *Forum das Juventudes*. Grande BH. Belo Horizonte, 20 jun. 2014. Disponível em: < <http://forumdasjuventudes.org.br/grupos-e-entidades-de-bh-lancam-carta-aberta-sobre-o-fechamento-do-miguilim-espaco-para-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 20 abril 2015.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

IEPHA. *Dossiê de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa – Praça da Estação*, Belo Horizonte. 1988. Não publicado.

JACINTO, Vanessa. Degradação engole a praça. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21, jun. 2001.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Mastins Fontes, 2011.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. *Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte*. Cívicas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2012.

JUNQUEIRA, Eduardo. Aguarde boas mudanças nesta praça. *Jornal de Casa*, Belo Horizonte, 29 set. – 05 jan. 1991.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. [Lisboa]: FCG, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 3. Ed. Barcelona: Península, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007.

LEMOS, Celina Borges. *Antigas e novas centralidades: A experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

LUTA contra o abandono. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 16, out. 1997. Cidade.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte, um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG. 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MAIS um passo para uma cidade limpa? *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 21 jan. 2010. Disponível em: < <https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/01/21/mais-um-passo-para-uma-cidade-limpa/>>. Acesso em: 20 abril 2015.

MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. *É a questão urbana, estúpido!* In: *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, Fernanda. Manchas na revitalização. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23, jun. 2007. Cidades

MELO, Thalita Motta. *Praia da Estação: Carnavalização e performatividade*. 2014. 152 f. Dissertação de mestrado. Escola de Belas Artes, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *O patrimônio cultural dentro e fora do museu: os equívocos dos 'usos culturais' da cultura*. In: *Seminários de capacitação museológica*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flavio Gutierrez, 2004.

MIRANDA, André de Sousa. *A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação*. 2007. 241 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

MORENO, Bruno. Galpão na Praça da Estação atrapalha criação de corredor cultural em BH. *Hoje em dia*, Belo Horizonte, 25 fev. 2013.

MOTTA, Lia. *A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global*. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 258.

MUSEU de Artes e Ofícios. Disponível em: <<http://www.mao.org.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

NATURA MUSICAL. *Programação*, 2014. Disponível em: <<http://www.naturamusical.com.br/festival-natura-musical-2014-programacao>>. Acesso em maio 2015.

NERY, Bernardete. Um palco à cultura. *Minas Gerais*, Belo horizonte, 11, jul. 1989.

NUNCA subestime um homem de sunga e guarda-sol. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 28 fev. 10. Disponível em: < <https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/02/28/nunca-subestime-um-homem-de-sunga-e-guarda-sol/>>. Acesso em: 29 abril 2015.

O CONTADOR de histórias. Direção: Luiz Villaça. 2009. (110 min.), son., color.

O CORREDOR Cultural já existe! Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=zyScBTfMCayY.kXwnN4QhBdRs&ie=UTF&msa=0>>. Acesso em: 20 abril 2015.

O PEQUENO vasto mundo da Praça da Estação. *Jornal de Casa*, Belo Horizonte, 20-26, ago. 1989.

ODILLA, Fernanda. Palco oficial de protestos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10, set. 2003. Gerais.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. *Uma “praia” nas alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. 2012. 244 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2012;

OLIVEIRA, Junia. Intervenção simula “velório” do Rio Arrudas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 nov. 2014.

PANFLETO: Nasce uma rebelião a partir de um Decreto. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 28 fev. 2010. Disponível em <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/02/28/panfleto-nasce-uma-rebeliao-a-partir-de-um-decreto/>>. Acesso em: 20 abril 2015.

PBH. Centro Vivo. *Portal da Prefeitura de Belo Horizonte*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicaurbanas&lang=pt_BR&pg=5562&tax=16903>. Acesso em: 15 jun. 2014.

PEDERZOLI, Cecília. Empresaria quer criar museu. *Hoje em dia*, Belo Horizonte, 10, ago. 2000. Reportagens, p. 19.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. *Ribeirão Arrudas – outro rio é possível*. Projeto Manuelzão. UFMG. Belo Horizonte, set. 2010. Disponível em: <<http://www.manuelzao.ufmg.br/comunicacao/noticias/ribeir%C3%A3o-arrudas-outro-rio-%C3%A9-poss%C3%ADvel>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

PRAÇA da Estação, o Decreto, a Cidade, e as Pessoas. Mais um ponto de vista. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 21 jan. 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/01/21/praca-da-estacao-o-decreto-a-cidade-e-as-pessoas/>>. Acesso em: 29 abril 2015

PRAÇA DO ESPAÇO. Praça Livre BH. Belo Horizonte, 3 fev. 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/02/03/praca-do-espacao/>>. Acesso em: 29 abril 2015.

PRAÇA Livre BH: Postagens de “qualquer natureza” sobre a Praça da Estação. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/>>. Acesso em: 28 abril 2015.

PRADO, Isabel. (In) Visível sob a cidade: o projeto Entre Rios e Ruas. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo horizonte, v. 20, n.1, p.298-305, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/15-invis_vel_sob_a_cidade_isabela_prado.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PRAIA da Estação – *Vira o Santo 2015*. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1399337527042970/>>. Acesso em: 28 abril 2015.

PRAIA da Estação: Debaixo da praça, a praia; debaixo da praia, uma cidade inteira a ser ocupada. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 22 jan. 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/01/22/praiadaestacao-debaixo-da-praca-a-praiadebaixo-da-praia-uma-cidade-inteira-a-ser-ocupada/>>. Acesso em: 29 abril 2015.

PRAIA NA PRAÇA da Estação. [*Conjunto Vazio*]. Belo Horizonte, 13 jan. 2010. Disponível em: <<https://conjuntovazio.wordpress.com/2010/01/13/praiana-praca-da-estacao/>>. Acesso em: 29 abril 2015.

PREDADORES destroem leões da Rui Barbosa. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19, jul. 1994.

REIS, Sérgio Rodrigo. SOS memória. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26, ago. 2000.

RESISTE Isidoro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/resisteisidoro?fref=ts>>. Acesso em: 28 abril 2015.

ROCHA, Murilo. Praça da Estação é reaberta com protesto. *O tempo*, Belo Horizonte, 13, ago. 2004. Geral.

RUI BARBOSA perde memória, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28, mar. 1993.

SÁNCHEZ Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociología e Política*, n. 16, p.31-39, 2001.

SARLO, Beatriz. *La ciudad vista. Mercancias y Cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2010, p 169.

SCHMID, Christian. *A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional*. GEOUSP - Espaço e Tempo, n.32, p. 89-109, 2012.

SEMINÁRIOS de Capacitação Museológica, 2004, Belo Horizonte, Anais.. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004. 452 p.

SESC. *Minas ao Luar, 2015* Disponível em: <http://www.sescmg.com.br/wps/portal/sescmg/areas/cultura/servicos/minas_ao_luar>. Acesso em: maio 2015.

SILVA, Regina Helena Alves da. Espaço urbano, espaço da comunicação. Trabalho apresentado ao Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

SILVA, Regina Helena Alves da. Cartografias Urbanas: construindo uma metodologia de apreensão dos usos e apropriações dos espaços da cidade. *Visões Urbanas*

SOUTO, Adriano. Arrudas pode ser coberto para ampliar a Praça da Estação, Belo Horizonte, *Jornal Hoje em Dia*, 13, mar. 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes. *O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.76-115

TRABALHO de Comunicação e Culturas Urbanas. Um breve relato sobre Praia da Estação. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 30 mar. 2010. Disponível em <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/03/30/trabalho-de-comunicacao-e-culturas-urbanas-um-breve-relato-sobre-a-%E2%80%9Cpraia-da-estacao%E2%80%9D/>>. Acesso em: 20 abril 2015.

TREVISAN, Eveline Prado. *Transformação, ritmo e pulsação: O baixo centro de Belo Horizonte*. 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

UM RELATO pessoal da reunião de ontem. *Praça Livre BH*. Belo Horizonte, 26 jan. 2010. Disponível em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/01/27/um-relato-pessoal-da-reuniao-de-ontem-26jan/>>. Acesso em: 20 abril 2015.

UMA ONDA no ar. Direção: Helvécio Ratton. 2002. (92 min.), son., color.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. 3ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis 2002.

VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luiza Howard de (Org). *Intervenções em Centros Urbanos*. Objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2009.

VARGAS, Samuel. Pacto para salvar a praça. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18, jun. 2000.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen B. *A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos, intervenções e dinâmicas do lugar*. In: VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luiza Howard de (Org). *Intervenções em Centros Urbanos*. Objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2009.

VIRADA Cultural de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <www.viradaculturalbh.com.br>. Acesso em: 28 abril 2015.

WERNECK, Gustavo. PBH promete demolir galpão que destoa de conjunto histórico da Praça da Estação, *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 out. 2012.